UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

ADILSON CLAUDINO PEREIRA MONTEIRO

A SUSTENTABILIDADE DO TURISMO EM CABO VERDE: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E CONCEITUAL DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ARQUIPÉLAGO

Salvador – Bahia
2011

ADILSON CLAUDINO PEREIRA MONTEIRO

A SUSTENTABILIDADE DO TURISMO EM CABO VERDE: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E CONCEITUAL DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ARQUIPÉLAGO

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia como exigência parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Alban Suarez.

Salvador – Bahia
2011

À Amilcar Cabral (herói) e demais companheiros, que sonharam e lutaram para libertar o povo do Arquipélago das mãos dos opressores, deixando para as gerações futuras a responsabilidade de romper com os paradigmas (seca, pobreza, dependência e ausência de mão de obra especializada), que até então circundam as ilhas cabo-verdianas, a eles, meu muito obrigado.

Monteiro (2011).

AGRADECIMENTOS

Ao Criador e Mantenedor de todas as coisas, meu Deus.

Ao Governo Brasileiro que, por intermédio do Conselho de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior – (CAPES), me proporcionou as condições necessárias para que o projeto de vida de ser pesquisador e professor em nível universitário fosse realizado.

Ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração – (NPGA) da Universidade Federal da Bahia – (UFBA), na pessoa do Professor e Coordenador, Doutor, Antônio Gomes de Pinho, pela forma como acolheram o peregrino que, com muita garra e força de vontade, trilhou os caminhos difíceis da vida até conquistar o título de Mestre por esta instituição de referência internacional.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Marcus Alban, por ter colaborado de forma profissional durante todo o processo de elaboração deste trabalho, cobrando sempre a coerência, a consistência e a objetividade na sua realização e, sobretudo, por se ter demonstrado sensível às dificuldades que qualquer estudante estrangeiro está propenso a atravessar.

A todos os meus Professores, que, com muito esforço, dedicação e intelectualidade, contriburam na minha formação acadêmica.

Aos Professores Mestres Valdir José dos Santos, Diretor da Faculdade Adventista de Administração, e Ithyel Moraes da Silva, meus amigos e mentores, por construirem as bases para que, em 2008, eu alcançasse as condições necessárias para ter o acesso ao conceituado Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Federal da Bahia.

Às Professoras Doutoras Elizabeth Loyola, Maria do Carmo, ao Professor Doutor Célio Andrande e ao Professor Mestre Elienaldo Santos, pelas importantes colaborações metodológicas e de conteúdo, que foram determinates para a conclusão deste trabalho; e à Professora Solange Fonsêca, pela revisão e normatização da estrutura desta dissertação.

Aos meus colegas, na pessoa do líder da turma, Rômulo Cristauldo, e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta obra.

Aos dirigentes das Instituições Públicas Governamentais em Cabo Verde que entenderam a importância deste trabalho e prontamente disponiblizaram os dados para a sua realização.

A minha família, a minha maior motivação, por aceitar a minha ausência durante oito anos.

A minha mãe e meu pai *(in memoriam),* que não pouparam esforços para me encaminhar nas trilhas da educação.

A minha irmã Cala Monteiro, por me ter apoiado e incentivado durante a elaboração deste trabalho.

Ao meu primo Loté, pelos apoios recebidos desde o início da minha carreira acadêmica, sem os quais não seria possível alcançar esta etapa importante da minha vida.

A minha prima Ana Rodrigues, que, desde sempre, me incentivou a me dedicar aos estudos.

A minha prima Francisca Correia pelos apoios recebios.

A Joaquina e Mario Djeme Tedeu e sua familía, que sempre acreditaram, incentivaram e apoiram as minhas iniciativas.

À Senhora Adelina e seu esposo Euclides Silves Ferreira, pelos constantes apoios.

Ao meu amigo e colega Fernando Jorge Moreno e Eliza, pelas sugestões inteligentes e pelos apoios recebidos durante todo o processo da elaboração deste trabalho.

Aos meus amigos Jovanildo Tavares, Sandro Djunga, e minha amiga Simone, pelas colaborações e sugestões inteligentes recebidas durante o processo da elaboração deste trabalho.

Ao meu amigo Joselino Correia, Caliane e seus familiares, pelos apoios recebidos.

Ao meu amigo Aderito, Tunêcas e família, pelos apoios recebidos no processo da elaboração deste trabalho.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS:

Figura 1 – Chegadas de turistas internacionais por regiões no Mundo – Ano 2008/2009.....14
Figura 2: Participação do Turismo no PIB.....14
Figura 3 – Chegadas de Turistas Internacionais.....30
Figura 4 – A Previsão da Organização Mundial do Turismo para 2020.....31
Figura 5 – Modelo de Análise.....86
Figura 6 **–** Localização das ilhas cabo-verdianas.....89
Figura 7 – IDE Acumulado 2006 – 2008 por ilhas.....110
Figura 8 – Intensidade Turística em Cabo Verde.....113
Figura 9 – Estrutura Institucional de Gestão do Setor do Turismo Cabo-verdiano.....127
Figura 10 – Origem dos Dados Triangulados nesta pesquisa.....137

QUADROS:

Quadro 1 – Turismo sustentável versus turismo não-sustentável.....58
Quadro 2 – As principais estratégias políticas adotadas no PND (1982 – 1985).....63
Quadro 3 – As principais estratégias políticas adotadas no PND (1986 – 1990).....65
Quadro 4 – As principais estratégias políticas adotadas no PND (1992 – 1996).....70
Quadro 5 – As principais estratégias políticas adotadas no PND (1997 – 2000).....72
Quadro 6 – As principais estratégias políticas adotadas no PND (2001– 2005).....77
Quadro 7 – As principais estratégias políticas adotadas no PND (2006 – 2011).....79
Quadro 8 – Programas Estratégicos.....131

TABELAS:

Tabela 1 – Número de empregos gerados pelo turismo no mundo.....28
Tabela 2 – Número de emprego gerado pelo turismo na África Sub- Sariana.....30
Tabela 3 – Chegada de Turistas Internacionais, por país de destino – 2000 a 2010……...……....32
Tabela 4 – Receitas do turismo internacional por país receptor – 2000 a 2010.....32
Tabela 5 – Participação do Turismo no PIB (em %).....71
Tabela 6 – Balança de Pagamentos (em milhões de escudos).....73
Tabela 7 – Principais Emissores de Turista para Cabo Verde.....101
Tabela 8 – Número de Investimentos Diretos Estrangeiros versus Empregos gerados pelo turismo em Cabo Verde.....109
Tabela 9 – Número de Camas versus Empregos gerados pelo turismo em Cabo Verde.....109
Tabela 10 – Percepção dos Residentes, Empresários Locais e Turistas, sobre a Segurança Pública em Cabo Verde.....116
Tabela 11 – Percepção dos Residentes, Empresários Locais e Turistas, sobre os Serviços Táxis em Cabo Verde.....117
Tabela 12 – Percepção dos Residentes, Empresários Locais e Turistas, sobre os Serviços de Telecomunicação em Cabo Verde.....117
Tabela 13 – Percepção dos Residentes, Empresários Locais e Turistas, sobre as Condições das praias.....118
Tabela 14 – Percepção dos Residentes, Empresários Locais e Turistas, em relação aos Aeroportos em Cabo Verde.....118
Tabela 15 – Percepção dos Residentes, Empresários Locais e Turistas, em relação à Segurança Pública em Cabo Verde.....120
Tabela 16 – Percepção dos Residentes, Empresários Locais e Turistas, sobre o Desenrolar do Turismo em Cabo Verde.....122
Tabela 17 – Estratégias para melhorar o turismo cabo-verdiano.....123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC – Acordo de Cooperação Cambial

DGT – Direção Geral do Turismo

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BCV – Banco de Cabo Verde

CI – Cabo Verde Investimentos

EEP – Espaço Econômico Português

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

INE – Instituto Nacional de Estatística (CABO VERDE).

INGRH – Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

MPD – Movimento Para Democracia

OIT – Organização Internacional do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PAGIR – Plano de Ação Nacional Para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos

PAIGC – Partido Africano Para Independência de Guiné e Cabo Verde

PAICV – Partido Africano Para Independência de Cabo Verde

PDM – Países de Desenvolvimento Médio

PED – Países em Desenvolvimento

PMEs – Pequenas e Médias Empresas

PIB – Produto Interno Bruto

PMD – Países Menos Desenvolvidos

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PEDT – CV – Plano Estratégico para Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde

ST-EP – Turismo Sustentável – Eliminação da Pobreza

WTTC – World Travel and Tourism Council

RESUMO

A presente pesquisa buscou compreender o "processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde" à luz do conceito de sustentabilidade turística. Para tanto, formulou-se inicialmente a seguinte pergunta problema: **o desenvolvimento do setor do turismo no Arquipélago cabo-verdiano processou-se de forma sustentável no decorrer dos anos 2000 a 2010?** Para interpretar a problemática do turismo em Cabo Verde e, consequentemente responder a essa pergunta de partida, foram usados elementos teóricos encontrados nos trabalhos de MILANI; DROULERS (2002), IRVING (2005) ABRANJA (2009), CABRAL (2006), MONIZ (2006), SOUSA (2006), DELAMARO et al. (2007), FARSARI, et. al. (2007), DINICA (2008), SILVA (2008), BARTHOLO et. al. (2009), PRADO, et, al (2004) BRITO; MELO (2008), NUNES (2009). Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo exploratório de caráter teórico e empírico. No processo do estudo de caso do Setor de Turismo no Arquipélago, foi adotada a abordagem quanti-qualitativa, considerada a mais adequada, tendo em vista a natureza fenomenológica do conceito investigado. Entre as técnicas utilizadas no processo de coleta e análise dos dados/informações utilizadas nesta pesquisa, estão: o método de Análise Documental (BARDIN, 2009), e os Indicadores de Sustentabilidade Turística, propostos por Garcia e Díaz (2007), e pela Comissão Europeia ("ENVIRONMENT AND TOURISM IN THE CONTEXT OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT", DGXI-EC, 1993, apud, APA, 2007). O estudo teve como principais sujeitos de pesquisa, grupos de residentes, empresários locais e turistas, selecionados a partir do método não probabilístico intencional (BERQUÓ et. al., p. 1981). As ilhas do Sal, Boavista, São Tiago e São Vicente, fizeram parte da amostra desta pesquisa. O estudo do processo de desenvolvimento do turismo no Arquipélago foi feito em três etapas. Na primeira, a análise foi realizada com base nos Indicadores de Sustentabilidade Turística e concluiu-se que, a despeito dos grupos de Residentes entrevistados colocarem estar satisfeitos com a atividade turística que se vem desenrolando, outros indicadores como a empregabilidade, apontaram que o número de empregos gerados não é representativo quando comparado com o montante de investimentos estrangeiros diretos que o setor vem recebendo. Na segunda etapa, a análise foi feita a partir da percepção dos três grupos entrevistados, e concluiu que esse setor tem experimentando avanços significativos decorrentes não só da sua natural capacidade de atração, como também pelo fato dos sucessivos governos terem investido em infraestruturas turísticas de qualidade. Isto tem resultado em aumento no número de turistas oriundos de diferentes partes do mundo. Na terceira etapa, a análise foi realizada tendo como parâmetro o atual Plano Estratégico Para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde, e inferiu-se que a ausência de um Plano que adote políticas estratégicas de gestão, no nível de complexidade desse setor no Arquipélago, justifica em grande medida os problemas do segmento do turismo em Cabo Verde. Por fim, concluiu-se, com base nos resultados encontrados, que o processo de desenvolvimeto do turismo em Cabo Verde se deu de forma pouco sustentável.

Palavras-chave: Sustentabilidade Turística, Desenvolvimento, Políticas Públicas do Turismo.

ABSTRACT

This dissertation aims understand the "process of development of tourism in Cape Verde" the light of the concept of sustainable tourism. Considering this subject, formulated initially following the question: **the development of the tourism sector in Cape Verde archipelago was carried out in a sustainable way over the years from 2000 to 2010?** In the process of the interpretation the issue of tourism in Cabo Verde and to answer the question of initial, was used theoretical elements found in the work of MILANI; DROULERS (2002), IRVING (2005) ABRANJA (2009), CABRAL (2006), MONIZ (2006), SOUSA (2006), DELAMARO et al. (2007), FARSARI, et. al. (2007), DINICA (2008), SILVA (2008), BARTHOLO et. al. (2009), PRADO, et, al (2004) BRITO; MELO (2008), NUNES (2009). From the methodological point, this is an exploratory study theoretical and empirical. In the process of case study of the sector of Tourism in the Archipelago, was adopted the quantitative and qualitative approach, both considered the most appropriate for the study of the phenomenological in investigated of the concept. Between the techniques used in the process of collecting and analyzing data / information used in this research are: the method of documentary analysis (BARDIN, 2009), and Indicators of Sustainable Tourism, proposed by Garcia and Diaz (2007), and the European Commission ("TOURISM AND ENVIRONMENT IN THE CONTEXT OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT", EC-DG XII, 1993, apud, APA, 2007). Data were collected mainly with Residents, local entrepreneurs and tourists, selected from the probabilistic method not intentional (BERQUÓ. al., p. 1981) in the islands of the Sal, Boavista, São Tiago and São Vicente. The study of the development of tourism in the Archipelago was made in three phases. In the first phase, the analysis was based on Sustainable Tourism Indicators and concluded that, despite the groups of residents interviewed said they were satisfied with the tourist activity that has been develop in this destination, others indicators as employability, indicated that the number of employment generated by this sector is not representative when compared to the number of Foreign Direct Investment to the sector has been receiving. In the second phase, the analysis was based on the perception of the three groups interviewed for this research and concluded that this sector has experienced significant advances resulting not only from its capacity to attract tourists, by offering some products of international reference, but also because the successive governments have invested heavily in tourism infrastructure quality. This has resulted in an increased number of tourists from different parts of the world. In the third phase, the analysis was made using as parameters the actual Strategic Plan for the Development of Tourism in Cape Verde, and inferred that the absence of a strategic plan to adopt management policies, the level of complexity of this sector of the Archipelago, justified in large extent the problems of the tourism industry in Cape Verde. Finally, it was concluded, based on the results found in this research, that the process development tourism in Cape Verde occurred so sustainable little.

Key-words: Sustainable Tourism, Development, Tourism Public Policy

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA.....13
1.2 DETERMINAÇÃO DO PROBLEMA.....15
1.3 OBJETIVOS.....17
1.3.1 Objetivo Geral.....17
1.3.2 Objetivos específicos.....17
1.4 OBJETO E PRESSUPOSTOS DE PARTIDA.....18
1.5 RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E SOCIAL DA INVESTIGAÇÃO.....20
1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....21

2 A EVOLUÇÃO DO TURISMO NO MUNDO E A NECESSIDADE DA SUSTENTABILIDADE.....22
2.1TURISMO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E CONCEITUAL.....22
2.1.1O Pré-turismo.....23
2.1.2O Turismo Industrial.....24
2.1.2.1. *O turismo industrial primitivo.*.....24
2.1.2.2 *O turismo industrial maduro*.....25
2.1.2.3 *O turismo pós-industrial*.....26
2.1.3 O Pós-turismo.....26
2.2 ECONOMIA DO TURISMO E A SUA IMPORTÂNCIA PARA OS DESTINOS.....28
2.3 OS PRINCIPAIS DESTINOS DO TURISMO INTERNACIONAL E OS PAÍSES DETENTORES DAS MAIORES RECEITAS GERADAS POR ESTE SETOR.....32
2.4 TURISMO SUSTENTÁVEL: ORIGEM E EVOLUÇÃO.....34
2.5 NECESSIDADE DE SUSTENTABILIDADE NO SETOR DO TURISMO.....38

3 REVISÃO DA LITERATURA.....41
3.1 SISTEMATIZANDO O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA.....41
3.1.1 Dimensão Sociocultural da Sustentabilidade Turística.....46
3.1.2 Dimensão Econômica da Sustentabilidade Turística.....49
3.1.3 Dimensão Ambiental da Sustentabilidade Turística.....50
3.1.4 Dimensão Político-Institucional da Sustentabilidade Turística.....52
3.1.5 Dimensão Histórica e Territorial da Sustentabilidade Turística.....55
3.8 SUTENTABILIDADE TURÍSTICA EM ILHAS DE PEQUENA DIMENSÕES.....56

4 A INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE E A OPÇÃO DO TURISMO COMO UM VETOR DO DESENVOLVIMENTO.....60
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO ARQUIPÉLAGO.....61
4.2 DA INDEPENDÊNCIA À DEMOCRACIA (1975 A 1990).....61
4.2.1 Principais Estratégias de Desenvolvimento.....63
4.2.2 Principais Estratégias de Desenvolvimento.....66
4.3 A DEMOCRACIA E A LIBERDADE ECONÔMICA (1991 a 2000).....69
4.3.1 Principais Estratégias de Desenvolvimento.....71
4.3.2 Principais Estratégias de Desenvolvimento.....73
4.4. DA LIBERDADE ECONÔMICA, A MODERNIDADE (2000 a 2010).....75
4.4.1 Principais Estratégias de Desenvolvimento.....78

4.4.2 Principais Estratégias de Desenvolvimento 80
4.6 TURISMO CABO-VERDIANO: ORIGEM E CONSISTÊNCIA 83

5 METODOLOGIA 85
5.1 QUANTO AO MÉTODO 85
5.2 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA 88
5.3 QUANTO À ABORDAGEM 89
5.4 UNIVERSO E AMOSTRA 90
5.4.1 Sujeitos do Estudo 91
5.5 TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DOS RESULTADOS. 92
5.6 INDICADORES 93
5.6.1 Dimensão Sociocultural 93
5.6.1.1 Percepção da comunidade local acerca da atividade turística 93
5.6.1.2 Grau de participação da comunidade nas atividades culturais 93
5.6.1.3 Deterioração de estruturas de interesse turístico 94
5.6.2 Dimensão Econômica 94
5.6.2.1 Grau de satisfação em serviços turísticos 94
5.6.2.2 Licenças municipais 95
5.6.2.3 Total de emprego direto gerado pelo turismo 95
5.6.3 Dimensão Ambiental 96
5.6.3.1 Disponibilidade de água potável para novos projetos turísticos 96
5.6.3.2 Capacidade de Saturação Turística 96
5.6.3.3 Expansão do espaço turístico construído 97
5.7 DADOS PRIMÁRIOS 98
5.8 DADOS SECUNDÁRIOS 98

6 SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA: O CASO DO ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE 100
6.1 Características Gerais do Setor do Turismo no Arquipélago Cabo-Verdiano. 100
6.2 Análise e Discusão Dos Resultados 103
6.2.1 Análise do processo de desenvolvimento do setor do turismo em Cabo Verde, com Base em Indicadores de Sustentabilidade Turística. 103
6.2.2 Análise do processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, a partir da percepção dos (Residentes, Empresários Locais e Turistas). 116
6.3 Síntese do Capítulo 126

7 ANALISANDO A POLÍTICA PÚBLICA DO TURISMO EM CABO VERDE 127
7.1 Estrutura Institucional e Política Turística Cabo-Verdiana 127
7.2 Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde (2010-2013). 131
7.2.1 Estrutura do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde 131
7.2.2 Programas e instrumentos de gestão 132
7.2.3 Análise do processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde tendo como parâmetro o atual Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo 133
7.3 Síntese do Capítulo. 136

8 TRIANGULAÇÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES 138
8.1 Limitações da Investigação 142

REFERÊNCIAS.....143

APÊNDICES 151

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos Residentes.....151
PÊNDICE B – Questionário aplicado aos Empresários Locais.....153
APÊNDICE C – Questionário aplicado aos Turistas – Versão Português 155
APÊNDICE D – Questionário aplicado aos Turistas – Versão Inglês 157
APÊNDICE E – Questionário aplicado Turistas – Versão Francês.....159

ANEXOS.....161

ANEXO A – Localização geográfica de Cabo Verde 161
ANEXO B – Quantidade de água disponível (m3/ano.).....162
ANEXO C – Programas do Plano Estratégico para Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde – (PEDT-CV). 163

INTRODUÇÃO

Nesta parte introdutória, apresentam-se a contextualização temática, a formulação do problema de pesquisa, os objetivos, os pressupostos, as justificativas e a estrutura da dissertação.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA

O turismo, desde os anos de 1950, é considerado por vários políticos, pesquisadores e organismos internacionais, como uma oportunidade para o desenvolvimento dos países mais pobres.

As pesquisas realizadas periodicamente pela World Travel and Tourism Council (WTTC) e Organização Mundial do Turismo evidenciam o potencial de crescimento deste importante setor da economia mundial.

Nos últimos anos, os países africanos têm atraído turistas de diversas partes do mundo, um dado importante, se entendermos que quanto maior é a entrada dos turistas nesses países, maiores são os gastos feitos por eles, e, por conseguinte, a receita gerada. Nem a última crise econômica mundial que afetou a maioria dos países e continentes, foi capaz de interromper o crescimento do turismo no continente africano, em termos de chegadas internacionais (Vide a Figura 1).

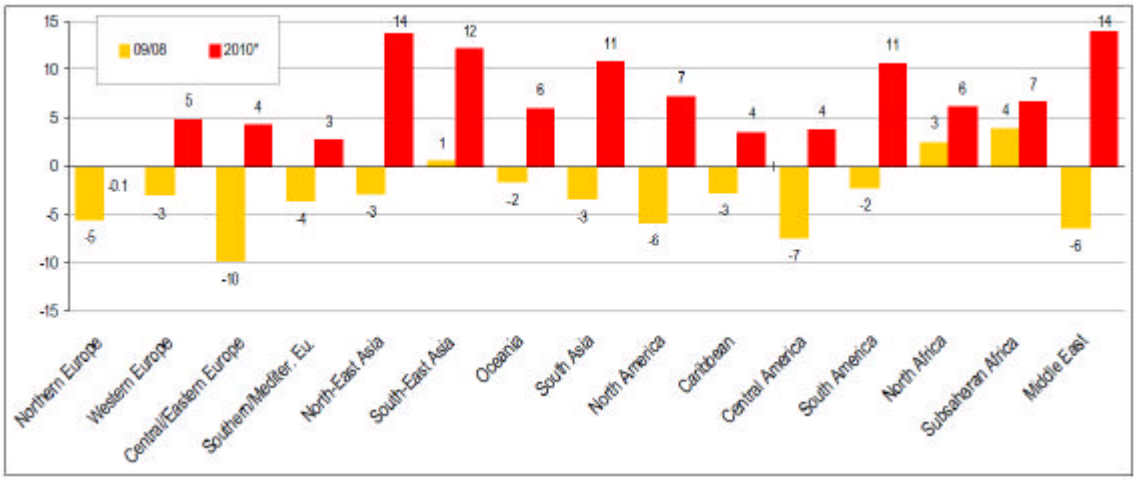

Figura 1 – Chegadas de turistas internacionais por regiões no Mundo (em milhões de pessoas) – Ano 2008/2009 e 2010.
Fonte: Organização Mundial do Turismo – (OMT, 2011, p. 8).
*Resultados preliminares.

Em Cabo Verde o turismo é considerado atualmente o principal motor de desenvolvimento da economia nacional, chegando a representar 21% no PIB em 2008 (Vide Figura 2). Naquele mesmo ano o setor dos serviços que inclui também o turismo representou 70,2 % do total das receitas geradas internamente, o que denota o potencial de crescimento e a importância desse setor da econômia no Arquipélago.

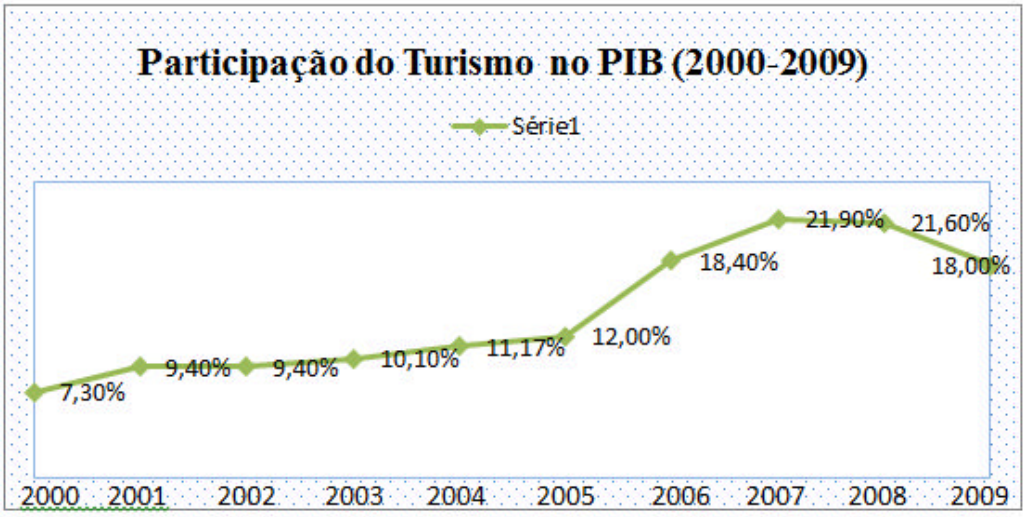

Figura 2: Participação do Turismo no PIB de Cabo Verde (em %).
Fonte: Elaborado a partir dos dados do BCV (RELATÓRIO ANUAL, 2002, 2004, 2006, 2010).

Paralelamente ao crescimento deste setor, cresce o número de estudos buscando compreender este fenômeno. A sua complexidade e o seu potencial de impacto nas áreas sociais, econômicas e ambientais constituem uma das razões que justificam o uso frequente do conceito de sustentabilidade turística, para explicar os problemas causados pelo turismo nas comunidades receptoras.

Antes de abrir a discussão sobre o tema em epígrafe, considera-se importante definir o que venha ser Turismo. Há tantas definições de turismo quantos autores que tratam do assunto, afirma Beni (1998). Segundo esse autor, quanto maior o número de pesquisadores que se preocupam em estudá-lo, tanto mais evidentes se apresentarão a amplitude e a extensão do fenômeno do turismo e tanto mais insuficientes e imprecisas serão as definições existentes. Enquanto fenômerno, o turismo é entendido neste estudo da mesma forma que a OMT (2008, p. 1) o define, isto é, como um fenômeno social, cultural e econômico, que implica a livre circulação de pessoas para países ou lugares fora do seu ambiente habitual para fins pessoais ou de negócios / profissional", permanecendo geralmente por um período inferior a 360 dias no local de destino. Enquanto setor da economia, o turismo é interpretado nesta pesquisa como um dos segmentos onde concentram vários agentes econômicos que compõe a cadeia produtiva do turismo, e que interagem entre si visando promover a prática do turismo. Tais agentes estão sujeitas ao controle das instituições governamentais que coordenam todas as ações implementadas nesse setor, através de estabelecimento de "regras de jogos" ou política de funcionamento do mercado[1].

Nos últimos anos, Cabo Verde tem sido um dos destinos muito procurados pelos turistas, que viajam por motivos profissionais, negócio e, sobretudo, por aqueles que o procuram para satisfazer os seus desejos de lazer. Além dos problemas comuns inerentes ao fenômeno do turismo, que serão demonstrados no decorrer deste trabalho, o fato de este destino possuir uma estrutura territorial composta por ilhas de pequenas dimensões, com poucos recursos naturais disponíveis, desperta certa preocupação, no que tange à realização desse tipo de atividade. É neste contexto que emerge a necessidade de um estudo que tente compreender o desenrolar do Turismo nas ilhas do Arquipélago.

1.2 DETERMINAÇÃO DO PROBLEMA

[1] Nas análises apresentadas nos dois últimos capítulos desta dissertação que estuda o caso do setor do turismo em Cabo Verde tomou-se como referência o conceito do turismo enquanto setor.

Antes de apresentar o quadro atual do setor do turismo no Arquipélago de Cabo Verde, país africano localizado a 800 km da costa do Senegal (Vide o Mapa, ANEXO A), considera-se importante sublinhar que o objetivo central deste estudo é analisar o **processo de desenvolvimento** do setor do turismo em Cabo Verde **à luz do conceito de sustentabilidade**. Para tanto, foi feita uma ampla revisão da literatura sobre turismo (BENI, 2006; MARINÉ 2001; MILANI; DROULERS, 2002; PRADO, et. al., 2004; ÁLVARES; CARSALADE, 2005; BURSZTYN, 2005; IRVING 2005; KO 2005; OMT, 2005; CABRAL, 2006; MONIZ, 2006, SOUSA, 2006; DELAMARO et. al., 2007; FARSARI, et. al., 2007; BRITO; MELO, 2008; CORDEIRO, 2008; DINICA, 2008; HANAI; ESPÍNDOLA, 2008; SILVA, 2008; ALMEIDA; ABRANJA, 2009; BARTHOLO et. al., 2009; MOURA; GARCIA, 2009, NUNES, 2009; SANTOS; TEIXEIRA, 2009, CORDEIRO et. al., 2010; HALL, 2010), visando selecionar elementos teóricos, em fontes bibliográficos nacionais e internacionais, que expliquem a problemática desse setor em Cabo Verde.

Neste estudo, quatro das dimensões – **sociocultural, econômica, ambiental, político-institucional –** do conceito de sustentabilídade turística, foram consideradas e usadas na interpretação do caso do turismo em Cabo Verde. Apenas a dimensão **espacial/territorial** não foi considerada nesta pesquisa, porém constitui também uma das dimesões importantes do conceito de turismo sustentável. Acredita-se que as quatro dimensões selecionadas para esse estudo são suficientes para compreender o "objeto de estudo" desta pesquisa. Todavia, salienta-se que essas cinco dimensões são as mais discutidas pelos estudiosos e pesquisadores que se debruçam sobre o tema sustentabilidade turística, e demonstram ser as mais consolidadas.

Foi observada, com maior profundidade, a dinâmica do setor do turismo no Arquipélago, durante os anos de (2000-2010), período em que o turismo passa a ser considerado, pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento, como o principal motor de desenvolvimento do Arquipélago.

Ao idealizar o turismo em Cabo Verde, numa perspectiva sustentável, surge automaticamente a necessidade de considerar os efeitos desse fenômeno, a curto e longo prazo, nas diferentes dimensões do conceito de sustentabilidade.

Para entender a lógica da problemática existente no setor do turismo em Cabo Verde, formulou-se inicialmente a seguinte questão de pesquisa: **o desenvolvimento do setor do**

turismo no Arquipélago cabo-verdiano processou-se de forma sustentável no decorrer dos anos 2000 a 2010?

1.3 OBJETIVOS

Os objetivos seguintes foram definidos com o propósito de orientar a resposta à pergunta da pesquisa.

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender o processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, à lúz do conceito de Sustentabilidade Turística, no decorrer dos anos de 2000 a 2010.

1.3.2 Objetivos específicos

I. *Investigar* as origens do conceito de turismo sustentável, a partir da análise da evolução do turismo no mundo.

II. *Descrever* o trajeto histórico e conceitual do processo de desenvolvimento no Arquipélago, visando identificar em que período o turismo passou a ser considerado um vetor de desenvolvimento nas estratégias políticas governamentais adotadas.

III. *Identificar,* através de indicadores-chave, os avanços e os desafios do setor do turismo cabo-verdiano, tendo como parâmetro o conceito de sustentabilidade turística.

IV. *Entender* o desenrolar do turismo em Cabo Verde, a partir das percepções dos: Residentes, Empresários Locais e Turistas, relativas à sustentabilidade turística em Cabo-Verde.

V. *Apurar* o nível de conhecimento e de adesão a práticas de sustentabilidade do turismo, por parte das instituições públicas que elaboram e implementam as políticas públicas, para o setor do turismo cabo-verdiano.

1.4 OBJETO E PRESSUPOSTOS DE PARTIDA

Para explicitar melhor o "objeto de estudo" desta pesquisa, neste tópico apresenta-se, não só o consenso teórico existente em torno do conceito de **processo de desenvolvimento,** como também sublinha-se os importantes pressupostos de partida desta investigação.

Para entender o conceito **"Desenvolvimento",** bem como o seu **"Processo",** isto é, a forma como ele se dá, considera-se importante compreender primeiro as suas origens.

Segundo Capul e Garnier, (2002, apud NUNES, 2009, p. 11), o conceito "Desenvolvimento" advém da Revolução Industrial, sendo inicialmente muito confundido com o conceito de crescimento econômico, que se manteve até os anos 70 do século XX. Até esse período, o conceito de desenvolvimento foi meramente «economicista, industrialista, eurocêntrico e urbanista», por se ter baseado na experiência européia.

Segundo Silva (2008, p. 16), Myrdal e Hirschman "foram os primeiros autores a fazer referência a fatores de natureza não econômica na explicação dos processos de desenvolvimento e crescimento regional ou local". Essa autora explica que,

> o fato das principais fontes de inspiração para as definições de desenvolvimento serem resultado de aprendizagens decorrentes da experiência de investigadores diferentes a trabalharem em contextos disciplinares ideológicos, sócio-espaciais e temporais distintos, contribuiu grandemente para a inexistência de uma definição universalmente aceita e para o fato de que se possa afirmar que o conceito de desenvolvimento é subjetivo, ambíguo e bastante discutível. (SILVA, 2008, p. 31)

Por esse conceito apresentar ambiguidades, subjetividades, e ser interpretado inicialmente a partir de uma visão estritamente economicista, enfrentou muitas críticas em relação a sua definição. Diante disso, o conceito de Desenvolvimento teve de ser repensado de forma a

integrar outras dimensões: social, política e ambiental. É nesse contexto que surgiram então os novos conceitos de: Desenvolvimento Participativo, Sustentável, Humano, e Local (CARDOSO, 2007, apud NUNES, 2009).

Assim, a visão que se tem do processo de desenvolvimento, neste estudo, vai além da visão meramente economicista do desenvolvimento, isto é, ela vai no encontro da visão dos teóricos que estudam o fenômeno na perspectiva da sustentabilidade. O desenvolvimento é entendido aqui como um processo que abrange questões ligadas às vertentes sociais (relações sociais e culturais entre os envolvidos), ambientais (recursos naturais disponíveis), territorial ou espacial (dimensões geográficas) e, políticas (estratégias a serem adotadas).

No campo do turismo, Marcon (2006, p. 13) argumenta que analisar ou refletir sobre o processo de desenvolvimento, "[...] implica reconhecer os impactos que a atividade produz sobre as localidades ou regiões, estado ou país, visto que o ser humano é parte integrante e indissociável do meio ao qual está inserido". Segundo ainda esse autor, "[...] relacionar turismo com desenvolvimento implica analisar mais do que o simples crescimento econômico, pois envolve o deslocamento de pessoas e as mais variadas relações decorrentes desses deslocamentos".

Estas são apenas algumas das questões que envolvem o fenômeno do turismo, que têm despertado interesse de estudiosos e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento (Administração, Engenharia, Geografia, Economia, etc.) interessados em estudar a forma como se dá o seu desenvolvimento. E é esse o conceito de **processo de desenvolvimento,** que esta pesquisa assume.

Neste estudo, entende-se que compreender o processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, exige uma reflexão sobre as transformações sociais que este fenômeno é capaz de causar, seus impactos na economia, sejam eles positivos ou negativos; as suas implicações ambientais e, sobretudo, as políticas implementadas no sentido de o promover.

Quanto aos pressupostos, foram definidos para esta pesquisa, os seguintes:

Primeiro: a forma como a atividade turística encontra-se organizada no Arquipélago, não proporciona benefícios para as ilhas como um todo.

Segundo: a ausência de um planejamento e de políticas que adotem princípios de prática do turismo sustentável à altura das complexidades do setor do turismo cabo-verdiano, constitui um dos principais elementos responsáveis pelos impactos ambientais e socioeconômicos negativos causados por este fenômeno a este segmento.

Terceiro: conjeturou-se ainda, que os recursos naturais, nomeadamente água e energia, por serem escassos no Arquipélago, podem colocar em causa o acesso da comunidade a tais recursos, e, por conseguinte, comprometer o desenrolar da atividade turística neste destino.

1.5 RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E SOCIAL DA INVESTIGAÇÃO

A preocupação em promover o bem-estar social e econômico da população, de um modo geral, é um dos principais fatores que justificam a busca de novos paradigmas de gestão, por parte dos líderes ou dirigentes de municípios, estados e países. Não obstante, as estratégias políticas e institucionais a serem adotadas para alcançar tais objetivos, configuram nesta dialética como um dos fatores determinantes. Cabo Verde, Arquipélago constituído por ilhas de origem vulcânica e localizado ao largo do oceano Atlântico, apresenta todas as condições para explorar o turismo, ao reunir na sua oferta turística uma gama de produtos que, por suas características raras, não podem ser comparados com outros destinos. Entre esses produtos, pode-se destacar a rica diversidade natural, arquitetônica e cultural, que as ilhas exibem, o que pode ser traduzido em: lindas praias de areia branca a perder de vista, com água cristalina;na arquitetura das cidades e; sobretudo, na cultura cosmopolita[2], e na morabeza[3] do povo cabo-verdiano.

É considerando essas riquezas naturais, culturais, e as fragilidades desse destino em face dos aspectos contrários ao fenômeno do turismo, que emerge este estudo, que leva a reflexões sobre o processo de desenvolvimento do turismo nas ilhas do Arquipélago.

Do ponto de vista acadêmico-científico, o presente estudo irá resgatar a discussão sobre sustentabilidade turística em Cabo Verde, iniciada por Milani e Droulers (2002), ao estudarem o caso particular do Município de Tarraval interior de São Tiago. Por outro lado, a intenção aqui é incitar a retomada dessa discussão, e a construção dessa importante vertente teórica, no seio da comunidade acadêmica em Cabo Verde.

Outro fator que ressalta a importância deste trabalho é o fato de este ter operacionalizado alguns Indicadores de Sutentabilidade Turística, muito debatidos na literatura recente sobre turismo, porém pouco testados.

Além de entender a relevância deste estudo para o ambiente acadêmico, acredita-se que uma reflexão criteriosa sobre os conceitos que norteiam o desenvolvimento do turismo sustentável e até mesmo a implementação das proposições teóricas sobre o processo de

[2] Cultura de um povo que se sente cidadão do mundo, que se adapta em qualquer parte do mundo, tem o planeta como sua casa.
[3] É uma terminologia oriunda do crioulo de Cabo Verde que significa: amabilidade; afabilidade, hospitalidade.

desenvolvimento do turismo, apresentadas nesta dissertação, podem levar a resultados positivos a longo prazo.

1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além desse primeiro capítulo – a parte introdutória, que inclui a contextualização temática, a definição do problema, dos objetivos, dos pressupostos e a estrutura da dissertação – este trabalho encontra-se estruturado em mais seis capítulos importantes. No Capítulo 2, apresentam-se as estratégias metodológicas adotadas na pesquisa. No Capítulo 3, apresenta-se uma retrospectiva histórica do turismo no mundo, desde os seus primórdios até os momentos atuais em que emerge a questão da sustentabilidade. O Capítulo 4 trata de uma revisão da literatura sobre o tema, visando sistematizar o conceito de sustentabilidade turística, seguido de uma discussão sobre a sustentabilidade em ilhas de pequenas dimensões. No Capítulo 5, é apresentada uma análise histórica do processo de desenvolvimento do Arquipélago, mapeando as principais estratégicas políticas adotadas pelos sucessivos governos após a independência da República. No Capítulo 6, são apresentadas a análise e a discussão dos dados/informações coletadas através da pesquisa de campo. No último Capítulo é feita uma análise das Políticas Públicas explicitadas no mais recente Plano Estratégico para Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde (2010-2013). Nestes dois últimos capítulos, também é feita a discussão dos achados, realizando-se as devidas conexões com a parte teórica. Por fim, realiza-se uma triangulação dos resultados encontrados, seguida das Conclusões.

A EVOLUÇÃO DO TURISMO NO MUNDO E A NECESSIDADE DA SUSTENTABILIDADE

2.1 TURISMO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E CONCEITUAL

Ao longo dos tempos, o turismo internacional vem crescendo, tanto em termos do número de chegadas, como também em termos econômicos, proporcionando desenvolvimento paravários países, estados, regiões e municípios ao redor do mundo.

Para uma melhor compreensão da realidade turística contemporânea, considera-se de salutar importância um mergulho na história do turismo, visando identificar a sua origem, e, em seguida, delinear a sua evolução, até chegar aos momentos atuais em que emerge a necessidade da sustentabilidade.

De acordo com Barreto (2003, apud TEIXEIRA, 2010, p. 61) "o conceito turismo surge no século XVII na Inglaterra, referido a um tipo especial de viagem [...]". Mas é no decorrer do século XX que o seu desenvolvimento tornou-se mais visível (BRITO, 2000).

O período que marca a Segunda Guerra Mundial é apontado por vários autores que estudam o fenômeno, como o período em que o turismo experimentou um crescimento exorbitante. O número de pessoas circulando entre os países em busca de novas culturas, por motivos religiosos, de negócios, convenções e lazer, aumentou consideravelmente, chegando a atingir a casa dos milhões, a despeito de algumas quedas, resultantes de crises, guerras terremotos, etc.

Entre os fatores que influenciaram o crescimento do turismo no mundo, Silveira e Medaglia (2006, p. 4) destacam, "a revolução tecnológica, com significativas conseqüências para o transporte, e o período pacífico do pós-guerra (...), a recuperação econômica da Alemanha, do Japão, a consolidação das classes médias e as novas técnicas comerciais e de marketing", entre outros fatores que influenciaram substancialmente o turismo internacional (BALANZÁ; NADAL, 2003, apud SILVEIRA; MEDAGLIA, 2006, p. 4).

Com o aumento do número de turistas que viajam em busca de descanso e da satisfação dos desejos de lazer, o setor ganhou uma importância maior do ponto de vista econômico, passando a ser visto como uma indústria, por incorporar várias empresas trabalhando de forma integrada para prestar o serviço, ou vender o produto a um único cliente, o turista.

A história conta que,

> a primeira agência de viagens foi fundada por Stangen, em 1863, em Breslau, Alemanha. Dando início a uma empresa que não tinha antecedentes em outro setor de atividade. Há quem diga também que foi o "italiano Galignani quem criou o que seria a primeira agência de viagens, com sede em Paris". Em todo caso, segundo crônicas históricas, apontam que em 1878 a agência Stangen organizou e operou a primeira viagem ao redor do mundo com a finalidade e caráter turísticos. E posteriormente surge o Thomas Cook, o primeiro empresário a organizar uma viajem com uma série de serviços incluídos a partir de um único preço pago pelos clientes. (MOLINA, 2004, p. 23).

Para uma melhor compreenssão do processo da evolução do fenômeno do turismo, este estudo toma como base a taxionomia utilizada por Sergio Molina para descrever as suas diferentes etapas históricas delineadas a seguir.

2.1.1 O Pré-turismo

O pré-turismo, apresenta como seu expoente máximo o "gran tour", uma prática de viagens que nasce na Europa durante o século XVII, e se estendeu até o século XVIII.

Segundo Molina (2004, p. 23), este tipo de turismo "consistia em viagens realizadas pelos filhos das famílias nobres e de ricos comerciantes", daquela época, visando "melhorar a sua educação e estabelecer contatos diplomáticos e de negócios nas mais importantes cidades da Europa, como, Madri, Paris, Roma e Londres".

Quanto à estrutura organizacional naquela época, "as empresas que ofereciam os produtos ou serviços turísticos, tinham um nível relativamente baixo de tecnologia", afirma Molina (2004, p. 23). Segundo ele, "[...] as empresas careciam de sistemas administrativos [...], e apresentavam instalações rudimentares, mas que podiam ser apreciados por determinados segmentos da demanda". Assim, a diversificação dos produtos e a competitividade entre as empresas, eram praticamente inexistentes, e o turismo assumia um caráter mais cultural. Desse período em diante, porém, o setor começa a ganhar corpo, até se tornar em uma verdadeira indústria, como será demonstrado na próxima etapa.

2.1.2 O Turismo Industrial

O turismo industrial se subdivide em três subetapas ou categorias: turismo industrial primitivo, turismo industrial maduro e o turismo pós-industrial.

2.1.2.1. *O turismo industrial primitivo*

O turismo industrial primitivo teve sua origem no século XIX e se estendeu até o início da Segunda Guerra Mundial.

Entre os grandes acontecimentos desse período, Molina (2004) destaca os hotéis construídos nos centros urbanos, o desenvolvimento dos balneários nas zonas costeiras no mar mediterrâneo, a expansão do transporte de superfície e a criação dos escritórios governamentais de turismo.

Quanto à estrutura, o autor relata que as empresas já contavam com uma estrutura organizacional elementa, ainda que pouco diversificada no que concerne aos serviços que ofereciam. Foi nesse período que algumas práticas científicas começaram a ser introduzidas à gestão administrativa.

2.1.2.2 *O turismo industrial maduro*

Situado entre 1950 e 1990, o período Industrial Maduro é caracterizado pelo impressionante crescimento ininterrupto nas chegadas de turistas internacionais, passando de 25 milhões na década de 1950, para 600 milhões em 1990.

O turismo de *sol e praia* é considerado um dos principais produtos dessa fase. A ligação feita entre o turista e o destino era na base dos pacotes de integração operador-avião-hotél-praia. Segundo Molina (2004, p. 24), o turismo se converteu "em um fenômeno de deslocamentos massivos, gerando importantes conseqüências" sócio-econômicas, políticas, culturais e de meio ambiente. O autor ainda afirma que "[...] é nessa etapa que o turismo se consolida como uma indústria, ou seja, um conjunto de empresas de diversos itens que se guiam por um código conceitual e operacional em que predominam os princípios de uniformização, de centralização e de maximização".

Neste período, as empresas passaram a perceber que não é preciso se especializar em todas as áreas para poder prestar os serviços turísticos, e que a terceirização de algumas atividades ou funções seria a melhor estratégia a ser adotada para angariar ganhos que o turismo pode proporcionar. Por outro lado, é importante constatar que é nessa etapa também que se começou a perceber que o turismo pode causar efeitos tanto positivos como negativos.

Ruschmann (2001, apud, TEIXEIRA, 2010, p. 63) afirma que

> as decadas de 1950 e 1960 caracterizaram-se pela massificação da atividade, quando voos *charters* e pacotes turísticos conduziram milhares de pessoas as partes mais remotas do planeta, além de localidades nos próprios paises emissores, com o turismo interno.

A partir do início da década de 1970, o turismo de massa se destaca de forma mais acentuada, sendo desencadeados aspectos negativos na estrutura social, econômica, e ambiental nos ambientes visitados (Teixeira, 2010, p. 63). Percebe-se, assim, que o turismo de massa – que se caracteriza pelo deslocamento de grande número de pessoas para os mesmos lugares na mesma época do ano [...] vem causando agressões socioculturais nas comunidades receptoras, gerando danos, as vezes irreversiveis, nos recursos naturais (RUSCHMANN, 2001, apud TEIXEIRA (2010, p. 63).

Do ponto de vista da estrutura organizacional, Molina constata que as empresas e as instituições públicas e sociais, e inclusive os canais de distribuição podem ser caracterizados pelo caráter piramidal, monolítico e burocrático (2004). Segundo ele, essa estrutura obedece à lógica do mercado, em que os governos nacionais assumem papéis diretivos na organização e

gestão da atividade, inspirados na concepção e implementação industrial. São eles que ditam as leis de fomento e regulamentação, por intermédio dos organismos públicos, encarregados de estabelecer políticas nacionais para o desenvolvimento do turismo. Já as indústrias turísticas contribuem para a colonização de diversos territórios, ampliando de forma expressiva as fronteiras do setor.

A gestão começa a ganhar importância no que tange ao direcionamento das ações ou investimentos privados. É gerindo de forma estratégica esse setor, que algumas comunidades têm tirado parte dos benefícios inerentes ao fenômeno do turismo.

2.1.2.3 *O turismo pós-industrial,*

Inicia-se em meados da década de 80, e, segundo Molina algumas práticas foram trazidas dos anos anteriores. O autor afirma que o modelo pós-industrial constitui um paradigma que despreza os valores, as metodologias e as técnicas chamadas "tradicionais", que foram os suportes da expansão do modelo industrial maduro.

A revolução industrial foi determinante no processo de evolução do turismo, e o setor do turismo vem acompanhando e se adaptando às mudanças do mercado e, sobretudo, da tecnologia, causadas principalmente pela capacidade das indústrias de conceber novos produtos e instrumentos, que influenciam o comportamento dos turistas, despertando novas necessidades de consumo.

Nesse período, entendido por Molina como "pós-industrial" o foco era se diferenciar através dos produtos/serviços, segmentando e personalizando a demada. É nessa fase que o conceito de ecologia, que se desdobra na estratégia desenvolvimento sustentável, é incorporado às estratégias empresariais nos mercados mais disputados (MOLINA, 2004).

Aqui nasce, portanto, a ideia de que a adoção de práticas de estratégias de negócios sustentáveis pode ser uma forma de se diferenciar no mercado. As discussões sobre uso das práticas sustentáveis na gestão continuam intensas na área, ainda que, na prática, ele permaneça muitas vezes apenas em nível teórico.

2.1.3 O Pós-turismo

Nesta etapa, as tecnologias que já se manifestavam na etapa anterior como potencial para o desenvolvimento do setor do turismo, passam a ser intensivamente exploradas levando

ao surgimento de novos produtos, como os parques temáticos de alta tecnologia, que começaram a competir e, em alguns casos, ocupar o espaço, do produto *sol e praia*, o mais procurado das épocas anteriores (turismos industriais). A maioria dos parques temáticos está localizada na América do Norte, Europa e no Japão (MOLINA, 2004). O desenvolvimento tecnológico contribuiu também para melhorar os meios de transporte, que diminuíram o custo das viagens e tornaram-nas mais baratas e confortáveis. [...] O avanço tecnológico permitiu (também) que os trabalhadores tivessem mais tempo para o lazer, transformando o turismo em fenômeno mundial de massas" (BARRETO, 2003, apud TEIXEIRA, 2010, p. 62).

O pós-turismo emerge na década de 90, e se estende até os momentos atuais. No entanto, a partir da última década, esta etapa, denominada pelo autor de (pós-turismo) se caracteriza pela segunda geração. Isto é, "a primeira geração caracterizou-se pela existência de espaços onde o visitante desempenhava um papel, principalmente, de espectador". Já a "segunda geração de parques, reserva ao visitante o papel de protagonista, desempenhando papéis mais ativos e interagindo física e intelectualmente em diversos cenários" (MOLINA, 2004, p. 29).

As tecnologias de informação e comunicação contribuíram e continuam contribuindo, para o avanço no desenvolvimento do setor do turismo. Os benefícios e os ganhos em termos econômicos que o turismo pode proporcionar quando acoplado às novas tecnologias, estão ainda aquém do seu potencial. Diante disso, acredita-se que os países menos desenvolvidos e as empresas que atuam nesse ramo de negócio, devem apostar mais nesse setor, ainda que existam riscos e implicações negativas possíveis de ser causado por este fenômeno.

Ao analisar a capacidade desse setor no que concerne à geração de empregos, Batista (2003, apud OLIVEIRA, 2006, p. 25): afirma que,

> essa nova indústria [do turismo] é capaz de oferecer um rápido crescimento econômico em termos de nível de empregos, distribuição mais justa de riqueza, melhoria da qualidade de vida e incremento de alguns setores industriais ligados à atividade turística.

De fato, o turismo tem essa capacidade de multiplicar os seus efeitos numa determinada economia, sendo capaz de proporcionar os seus benefícios para os diversos setores da economia, quando a gestão dos diferentes setores é realizada de forma integrada.

Dessa forma, termina-se este tópico denominado por Molina de "pós-turismo", demonstrando sua relevância, do ponto de vista econômico, para os destinos. A seguir, dar-se-á continuidade à discussão sobre a importância do turismo para os destinos, em particular, para os países mais pobres.

2.2 ECONOMIA DO TURISMO E A SUA IMPORTÂNCIA PARA OS DESTINOS

O setor de turismo se torna importante, a partir do momento em que este for capaz de gerar emprego e renda para população do destino, e quando o seu crescimento passar a ser representativo em sua participação no PIB.

É visando tais benefícios que muitos países vêm apostando nesse segmento da economia, canalizando investimentos para este setor, visando desenvolver territórios, outrora, sem nenhuma perspectiva de desenvolvimento.

A importância da economia do turismo para o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos é incontestável, mesmo sabendo dos impactos negativos que o turismo possa causar quando não há um controle eficaz deste setor, por parte das instâncias que o coordenam.

No âmbito global, as últimas pesquisas publicadas pela World Travel and Tourism Council – WTTC, mostram que, em 2010, o turismo respondeu por cerca de 250 milhões de empregos (entre diretos e indiretos) depois de atingir o seu pico maior de 270 milhões em 2007. Esse número é relevante mesmo sabendo que, desde 2008, o setor vem registrando queda no que tange à geração de emprego (Vide a Tabela 1). A previsão do WTTC é que o número de empregos (incluindo diretos e indiretos) venha aumentar em 2,3%, em 2011, e 9,7% em 2012.

Tabela 1 – Número de empregos gerados pelo turismo no mundo.

Travel & Tourism Total Contribution to Employment	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
World											
Real growth (%)	-4,1	-3,1	1,5	1,4	5,1	0,6	2,7	3,1	-4	-3,1	-0,8
'000	243112	235376	238949	242348	254790	256508	263553	271805	260838	252720	250565

Fonte: WTTC (2011).

No nível regional, vários países têm procurado desenvolver parcerias estratégicas para o desenvolvimento do turismo. No âmbito do continente africano, por exemplo, já existe a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África – NEPAD. De acordo com Cabral (2005, p. 74),

> essa parceria, é resultado de uma "iniciativa de um mandato dado a cinco chefes de Estado (África do Sul, Argélia, Egito, Nigéria e Senegal) pela Organização de Unidade Africana (OUA), a fim de promover um quadro socioeconômico integrado para o desenvolvimento da África. A trigésima-sétima cimeira da OUA em Julho de 2001 oficialmente adotou o documento do quadro estratégico.

Segundo esse autor, o objetivo principal da NEPAD "é a erradicação da pobreza" na África, e o turismo foi apresentado neste plano como um dos setores para o qual os investimentos estarão sendo direcionados, "visando à promoção da diversidade da produção e das exportações". (CABRAL, 2005, p. 73).

Acredita-se que essa pode ser considerada uma das parcerias que pode reforçar a capacidade desses países, no que tange à sinergia para explorar esse setor potencial da economia africana, tendo em vista, as riquesas que esses países ainda guardam e, sobretudo, a diversificação cultural e biológica ainda existentes no continente.

Ainda, de acordo com Cabral (2005, p. 73),

> as iniciativas da NEPAD em relação ao mercado turístico consistem, entre outras, na orientação a nível nacional e sub-regional para projetos chave que podem ter impactos e contributos para a integração econômica inter-regional; no desenvolvimento de uma estratégia de marketing inter-regional; na criação de uma capacidade de pesquisa sobre turismo e estatística turística.

A integração das economias do turismo desses países é entendida neste estudo como uma das estratégias adequadas que pode ser adotada, principalmente em nível regional, tendo em vista a familiaridade desses países. Dessa forma, é possível conceber marcas turísticas regionais, que, por conseguinte, podem se tornar referências no mercado turístico internacional.

Acredita-se que a possibilidade de aumentar os resultados em termos de geração de emprego e renda para as comunidades desses países será maior, quando for possível estabelecer alianças estratégicas de gestão entre esses países, pois a capacidade de competir no nível internacional tende naturalmente a ser reforçada. Para isso, acredita-se que o consenso e a participação ativa desses países nas ações que envolvem o programa NEPAD, são de suma importância para que os objetivos traçados venham ser alcançados.

Quanto ao emprego nas regiões que formam o Continente Africano, pode-se destacar o caso da África Sub-Sariana, que inclui Cabo Verde. Diferentemente da dinâmica do turismo

em termos de geração de emprego em nível global, que registrou queda em 2009, essa região da África indicou crescimento, a despeito de ter voltado a registrar novamente uma queda em 2010 (Vide a Tabela 2).

Tabela 2 – Número de empregos gerados pelo turismo na África Sub-Sariana.

Travel & Tourism Total Contribution to Employment	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Sub-Saharan África											
Real growth (%)	11,9	9,2	6,5	2,8	15,4	4,2	-5,2	10,4	-0,2	0,5	-0,8
'000	7507	8201	8739	8992	10378	10822	10259	11330	11303	11360	11264

Fonte: WTTC (2011).

A crise imobiliária, que teve seu início nos Estados Unidos da América e, em seguida, afetou as principais economias mundiais, constituiu uma das razões da mudança no crescimento do turismo, sem contar a "incerteza em torno da epidemia da gripe (H1N1), que transformou 2009 em um dos anos mais difíceis para o setor" (UNWTO, 2010).

No que se refere às chegadas, segundo esse organismo, a despeito desses eventos no cenário econômico mundial, vários destinos turísticos conseguiram suportar a crise e ainda crescer significativamente, graças a algumas medidas governamentais específicas adotadas. Este foi o caso, por exemplo, da China, Brasil e Espanha, onde o mercado interno representa uma grande parte da demanda total, o que contribuiu para compensar parcialmente a queda no turismo internacional.

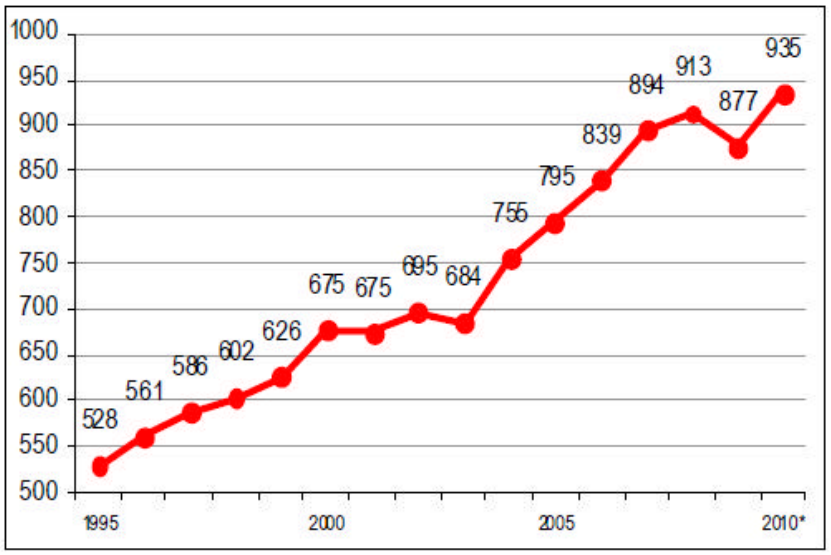

Figura 3 – Chegadas de Turistas Internacionais no Mundo (em milhões de pessoas)
Fonte: Organização Mundial do Turismo – OMT (2011, p. 1).
*Resultados preliminares

Conforme se observa na Figura 3, a exceção da África, que apresentou um crescimento de 5% nas chegadas, todas as regiões do mundo apresentaram resultados negativos em 2009 (UNWTO, 2010). “Em 2010, o turismo internacional recuperou fortemente, as chegadas internacionais de turistas cresceram quase 7%, para 935 milhões, após um declínio de 4% em 2009” UNWTO, (2011, p. 1).

A previsão da OMT é que as chegadas internacionais alcancem 1,6 bilhões de pessoas, até o ano de 2020 (Vide a Figura 4). Destas chegadas do mundo inteiro em 2020, a OMT prevê que 1,2 bilhões serão intrarregionais, e 378 milhões serão viajantes de longo curso.

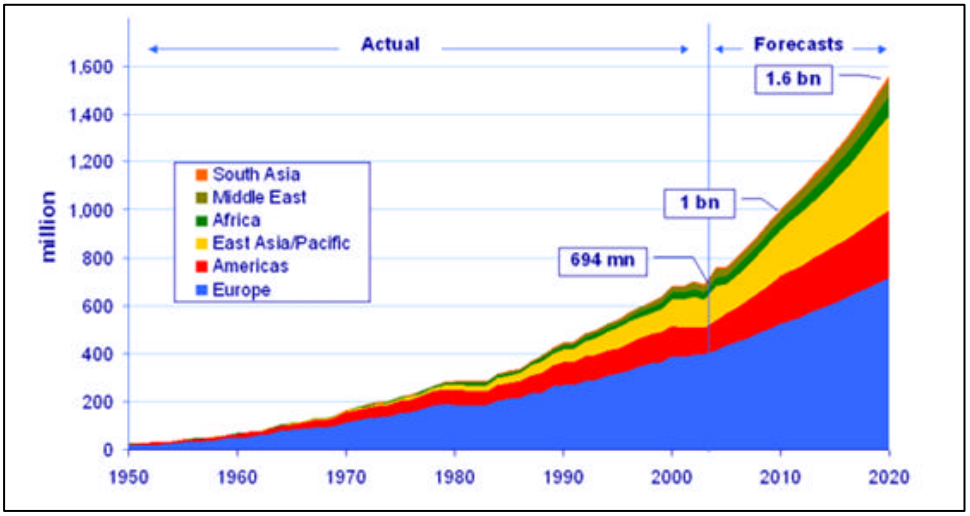

Figura 4 – A Previsão da Organização Mundial do Turismo para 2020.

Fonte: Organização Mundial do Turismo – OMT (2011).

2.3 OS PRINCIPAIS DESTINOS DO TURISMO INTERNACIONAL E OS PAÍSES DETENTORES DAS MAIORES RECEITAS GERADAS POR ESTE SETOR.

Durante a última década, a França liderou a lista dos países mais visitados pelos turistas internacionais, ficando os Estados Unidos na segunda posição (Vide a Tabela 3).

Tabela 3 – Chegada de Turistas Internacionais, por país de destino – Ano de 2000 a 2010 (em milhões de pessoas).

	2000	**2005**	**2008**	**2009**	**2010***
França	77,2	75	79,2	76,8	-
Estados Unidos	51,2	49,2	57,9	54,9	-
China	31,2	46,8	53	50,9	55,7
Espanha	46,4	55,9	57,2	52,2	52,7
Itália	41,2	36,5	42,7	43,2	-
Reino Unido	23,2	28	30,1	28,2	-
Turkia	9,6	20,3	25	25,5	27
Alemanha	19	21,5	24,9	24,2	26,9
Malaysia	10,2	16,4	22,1	23,6	24,6
México	20,6	21,9	22,6	21,5	22,4

Fonte: Organização Mundial do Turismo – OMT (2011).
*Resultados preliminares

De acordo com a Tabela 3, percebe-se que apenas um país da Afríca (Malaysia) faz parte dos dez maiores destinos mundiais, o que ressalta a importância de trabalhos que analisem os problemas referentes a este setor, bem como as potencialidades do continente. A despeito das dificuldades para se desenvolver o turismo, muitos são os benefícios que este setor pode propiciar, principalmente aos países menos desenvolvidos. A Tabela 4, apresenta os resultados financeiros que os maiores destinos alcançaram nos últimos anos.

Tabela 4 – Receitas do turismo internacional por país receptor – 2000 a 2010 (em bilhões de dólares).

	2000	2005	2008	2009	2010*
Estados Unidos	82,4	81,8	110.0	93,9	103,2
Espanha	30	48	61,6	53,2	52,5
França	33	44	56,6	49,4	46,6
China	16,2	29,3	40,8	39,7	45,8
Itália	27,5	35,4	45,7	40,2	
Alemanha	18,7	29,2	40	34,7	34,7
Australia	9,3	16,8	24,8	25,4	30,1
Reino Unido	21,9	30,7	36	30,1	
Hong Kong (China)	5,9	10,3	15,3	16,4	23
Turkia	7,6	18,2	22	21,3	20,8

Fonte: Organização Mundial do Turismo – OMT (2011).
*Resultados preliminares

Apesar de nem todos os países apresentados na Tabela 4 serem detentores de uma economia voltada totalmente para o turismo, tais países têm sido os maiores beneficiados com os recursos financeiros que giram em torno da cadeia produtiva do turismo mundial. É o caso, por exemplo, dos Estados Unidos da América, o primeiro classificado na lista. Coriolano (1998, apud RODRIGUES; RODRIGUES, 2009, p. 2) afirma que,

> a importância e o significado do turismo no mundo tem crescido de forma tão expressiva que vem dando a esta atividade lugar de destaque na política geoeconômica e na organização espacial, vislumbrando-se como uma das atividades mais promissoras para o futuro milênio.

O turismo mais do que nunca, se configura hoje como uma oportunidade para o desenvolvimento dos países mais pobres, detentores de características naturais e culturais peculiares, e possíveis de serem transformadas em produtos turísticos de alto valor agregado. Para tanto, acredita-se que deve haver uma aposta maior em investimento neste setor promissor, o que pode levar esses países a terem parte das receitas ou riquezas geradas pelo turismo, que, ao longo de décadas, se concentrou nos países desenvolvidos.

Contudo, paralelamente à acelerada evolução do número de turistas e das receitas geradas, crescem os problemas relacionados com o fenômeno, muitas vezes a ponto de serem considerados irreversíveis. É nesta dialética que emerge o conceito de sustentabilidade, em especial o do turismo sustentável.

2.4 TURISMO SUSTENTÁVEL: ORIGEM E EVOLUÇÃO

A literatura sobre turismo é repleta de estudos, que demonstram as dificuldades por parte dos governos, tanto nos níveis locais, quanto nacionais, no que tange as competências para gerir as implicações do turismo nas mais diversas áreas de uma sociedade. O turismo é apresentado por vários autores e entendido neste estudo como um fenômeno complexo e cheio de peculiaridades.

> A discussão sobre o turismo responsavel ligado a um desenvolvimento socioambiental sustentável vem emergindo tanto junto às comunidades receptoras como no meio acadêmico, gerando a necessidade de pensar esta tematica sob o olhar interdisciplinar, em virtude de sua complexidade (ANJOS; ANJOS; RADOS, 2010, apud, TEIXEIRA, 2010, p. 23).

Uma das razões que justificam a transposição do conceito de "sustentabilidade" para arena do turismo, é sem dúvida a constatação de que esse fenômeno não só é capaz de gerar emprego, renda, e riquezas para as nações, como também pode causar impactos negativos dos mais diversos.

Bartholo (2006) sustenta que a ideia de que o turismo é uma indústria limpa, e de que o mesmo poderia substituir a indústria de transformação em importância estratégica na geração de empregos e de receitas para o Produto Nacional, sem causar impactos similares, não corresponde a verdade. Segundo ele,

> o rótulo de "indústria limpa" é demonstrado como falacioso: o turismo gera impactos no meio natural em que estiver alocado, na cultura de comunidades e povos, na distribuição social de seus ganhos, na organização econômica da localidade ou região. Seus efeitos podem ser positivos ou negativos, graves ou inócuos, dependendo do seu planejamento e das políticas públicas, quando existem. (BARTHOLO, 2006, p. 2).

É nesse contexto que o conceito de "sustentabilidade" é introduzido na área do turismo. Pois, para promover o desenvolvimento de forma sustentável, é preciso usar de forma racional os recursos disponíveis, sem comprometer o futuro das novas gerações.

O conceito de turismo sustentável é entendido pela Organização Mundial do Turismo como aquele que se dá com,

> la participación informada de todos los agentes relevantes, así como un liderazgo político firme para lograr una colaboración amplia y establecer un consenso. El logro de un turismo sostenible es un proceso continuo y requiere un seguimiento constante de sus incidencias, para introducir lasmedidas preventivas o correctivas que resulten necesarias.El turismo sostenible debe reportar también un alto grado de satisfacción a los turistas y representar para ellos una experiencia significativa, que los haga más conscientes de los problemas de la sostenibilidad y fomente en ellos unas prácticas turísticas sostenibles. (OMT, 2006, p. 11).

Ceballos-Lascurain (1996, apud IRVING, 2005, p. 3) o define como.

> [...] um tipo de turismo que é desenvolvido e gerenciado, de maneira tal, que toda a atividade (de alguma forma focalizada no recurso de patrimônio natural ou cultural) possa continuar indefinidamente". Assim, sustentabilidade se associa à permanência em tempo e espaço, construção intra e intergeracional; integração entre passado, presente e futuro; continuidade e inovação.

Com base em estudos realizados por (TOSUN, 1998; HARDY; BEETON, 2001; UNWTO, 2004a; IRVING et. al., 2005; MONIZ, 2006; SAARINEN, 2006; SREA/DREM/ISTAC; 2006; COELHO, 2007; VIEIRA, 2007), Cordeiro (2008, p. 24) argumenta-se que

> a noção de turismo sustentável é decorrente do conceito de Desenvolvimento Sustentável introduzido pelo Relatório Brundtland em 1987. Assim, o entendimento do que vem a ser turismo sustentável passa necessariamente pelo entendimento do que é desenvolvimento sustentável.

Mesmo com os avanços em termos de críticas e tentativas de definição do conceito do turismo sustentável, é possível encontrar estudos que apresentam dificuldades em separar o conceito do turismo sustentável do de desenvolvimento sustentável. Butler (1993, apud MONIZ, 2006, p. 43), explica esse problema, argumentando que “para apreciar o papel que o turismo pode desempenhar no processo de desenvolvimento sustentável, este não pode ser dissociado do contexto mais vasto do desenvolvimento, do qual faz parte”. Segundo Moniz (2006, p. 43) Butler,

> foi um dos primeiros autores a criticar a interpretação demasiado restritiva que tem sido dada ao conceito de “turismo sustentável”, ao propor que se faça a distinção entre esta noção e a de “desenvolvimento sustentável no contexto do turismo.

Embora haja muitas confusões em torno do conceito de turismo sustentável e desenvolvimento sustentável, apresentados pela literatura, o entendimento que se tem neste estudo é o mesmo proposto por Butler (1993, apud MONIZ, 2006). Ou seja, é a compreensão de que o turismo sustetável constitui apenas uma das correntes teóricas que estuda o setor, enquanto que o "desenvolvimento sustentável" representa uma outra dimensão, englobando todos os setores da economia.

A gênese do conceito de "turismo sustentável está relacionada com o interesse acadêmico sobre os impactos negativos do turismo no início dos anos 60, e as pesquisas relacionadas à capacidade de carga". É a partir "das diversas contastações sobre a capacidade de carga e sua utilidade enquanto conceito, que amadurece, durante as décadas de 80 e 90, o conceito de turismo sustentável." (SAARINEN, 2006, apud KÖRÖSSY, 2008, p. 63).

Burnay (2000, apud MANSO, 2010, p. 244) corrobora a opinião do autor citado no parágrafo anterior, afirmando que foi na década de 80

> que o conceito de desenvolvimento sustentável estendeu-se ao de turismo sustentável e esta atividade passa a ser encarada como um instrumento também de desenvolvimento para as populações locais e para a conservação da natureza. "Desde então, tem-se verificado uma preocupação crescente com a sustentabilidade da atividade turística.

O fato é que nem sempre o turismo traz desenvolvimento para as populações locais, pois, na maioria das vezes, ele proporciona apenas o crescimento de alguns indicadores econômicos do destino, e não o desenvolvimento sustentável, que deve abranger obrigatoriamente os indicadores das áreas sociais, econômicas e ambientais. E, no caso do turismo, há que se considerar também outras dimensões, como será demonstrado no Capítulo 3.

Um dos aspectos comuns no que tange às implicações do turismo nos destinos, é que este fenômeno é capaz de aumentar o orçamento público, se os atores governamentais forem capazes de gerenciar de formar eficaz a economia interna, considerando as diferentes variáveis sociais, econômicas e ambientais, e implementar estratégias que incentivem os investimentos, sejam eles nacionais ou estrangeiros. Dessa forma, é possível sim promover o desenvolvimento sustentável dos territórios menos desenvolvidos.

Irving et. al., (2005, p. 2) asseguram que,

> promover e praticar turismo, de base sustentável, requer, assim, um novo olhar sobre os problemas sociais, a diversidade cultural e a dinâmica ambiental dos destinos, diante de uma economia globalizada e sujeita a

> *nuances* de imprevisibilidade, ditadas por um mercado que transcende as peculiaridades locais e/ou as especificidades de um destino turístico.

É considerando o nível de abrangência desse fenômeno nas áreas sociais, culturais e ambientais, e a nova estrutura econômica globalizada, que se trata o turismo nesse estudo, como um fenômeno complexo e cheio de particularidades. Neste sentido, a sustentabilidade do turismo é colocada como uma meta que "depende de uma concepção estratégica e duradoura de desenvolvimento, apoiada numa interpretação interdisciplinar e integral" (IRVING, et. al., 2005, p. 2).

O turismo constitui, sem dúvida, um fenômeno que exige uma interpretação interdisciplinar. Atualmente, esse conceito é trabalhado, por estudiosos de diversas áreas do conhecimento, entre eles podem se destacar, os engenheiros, economistas, administradores, sociólogos, etc. O olhar diferente em relação a esse fenômeno dificulta o consenso entre os estudiosos que compõem esse campo teórico.

Este estudo entende que a evolução do conceito de turismo sustentável e também a consolidação deste como referencial teórico dependem, fundamentalmente, da sua aplicação prática. Acredita-se que para atingir este objetivo, é importante que os esforços dos pesquisadores e estudiosos da área, venham ser canalizados no sentido de operacionalizar este conceito, e esta é uma tarefa que deve ser empreendida também pelos governos e empresas que atuam no setor.

Do ponto de vista teórico, Moniz (2006, p. 39); afirma que "a valorização do imperativo da sustentabilidade, na esfera do turismo, tem levado a uma acesa discussão sobre o significado e a extensão do conceito de turismo sustentável". Segundo ela, "a multiplicidade de abordagens de que tem sido alvo na literatura dos últimos quinze anos não tem favorecido o consenso em torno de uma idéia." A autora afirma também que as diferentes interpretações sobre o conceito de sustentabilidade vêm crescendo e, muitas vezes, os argumentos ou visões são diferentes, e isso tem levado a conflitos do ponto de vista teórico, "contribuindo para o aumento da complexidade do debate e levando alguns autores a afirmarem, em tom irônico, depreciativo ou até fatalista, que o turismo sustentável nunca irá passar de uma mera retórica"

Neste estudo, entende-se que a aplicação prática dos indicadores de turismo sustentável, desenvolvidos por vários pesquisadores e diferentes instituições que atuam na área, pode ser o caminho para que o conceito de turismo sustentável se estabeleça como referência teórica.

Do ponto de vista prático, isto é, quanto aos governos e às empresas, acredita-se ser importante dedicar-se menos aos discursos e se procurar mais a introdução do conceito de sustentabilidade nas suas estratégias de gestão, através da incorporação dos princípios que norteiam esse conceito, nas mais diversas ferramentas de gestão. Haal (2010, p. 1) afirma que o "turismo sustentável é um conceito de sucesso dado a sua difusão entre as indústrias, os governos, acadêmicos e agentes políticos. Mas, por outro lado, é um fracasso político dado o aumento constante dos impactos ambientais do turismo em termos absolutos".

De fato, o conceito de turismo sustentável vem sendo bastante debatido no nível teórico, e pouco aplicado do ponto de vista prático. Entretanto, não se pode negar, também, que já existem tentativas de operacionalização e integração do conhecimento já produzido nesse campo. Os trabalhos realizados por Moniz (2006) e Cordeiro (2008) são exemplos, de esforços no sentido de procurar sistematizar o conhecimento gerado nessa área, o que contribui para a consolidação dessa importante vertente.

Enquanto essa linha teórica não se estabelece definitivamente como um campo de conhecimento, tornando-se uma área de referência, os impactos causados por esse fenômeno continuarão sendo pouco estudados, à luz do conceito de sustentabilidade. Diante disso, continuará havendo a necessidade de se aprofundar o estudo sobre a sustentabilidade turística. No próximo tópico, aprofundar-se-á um pouco mais sobre a problemática do turismo nos destinos.

2.5 NECESSIDADE DE SUSTENTABILIDADE NO SETOR DO TURISMO

Acredita-se que, a partir das discussões apresentadas na seção anterior, tornou-se evidente a necessidade de se preocupar com a sustentabilidade do turismo, tendo em conta as suas implicações diretas e indiretas nos destinos. Se, por um lado, o turismo tem gerado inestimáveis divisas para alguns países, por outro, tem conduzido a irreparáveis perdas ambientais e socioculturais em muitas localidades, afirmam Yázigi, Carlos e Cruz (1999, apud MOURA; GARCIA, 2008).

Bursztyn (2005, p. 7) afirma que,

> muito se tem falado nos dias de hoje sobre o potencial da atividade turística em promover o desenvolvimento econômico das regiões onde se instala. As estatísticas promissoras inspiram governos de todo mundo a investirem em

> ações voltadas para o incremento do setor. Contudo, experiências nos quatro cantos do mundo colocam em cheque a crença de que a "indústria do turismo", ou a "indústria limpa", como também é comumente conhecida, seja necessariamente benéfica na geração de emprego e renda e na preservação do meio ambiente natural e cultural.

É considerando as experiências negativas apontadas por esse autor, que a Organização Internacional do Turismo (OIT, 2004, p. 37) salienta que, a sustentabilidade de um destino turístico deve "consistir em assegurar a utilização de um bem ou recurso turístico para que aporte benefícios à totalidade do sistema. Esta sustentabilidade tem de se fazer no respeito mais absoluto para não alterar o seu interesse e a sua utilização futuras".

Segundo esse Organismo,

> poucos setores como o turismo encontram-se diante da necessidade de resolver, na atualidade, esta difícil equação: crescimento sustentável a médio e longo prazo, e otimização dos recursos para que esta atividade econômica tenha efeitos diretos e imediatos nas suas economias (OIT, 2004, p. 5).

Nas ilhas turísticas, a situação é ainda mais delicada. Cordeiro (2008, p. 13) argumenta que esta preocupação com os destinos turísticos insulares decorre principalmente pelo "fato de se tratarem de ambientes relativamente mais frágeis para os quais a sustentabilidade não é uma opção e, sim, uma necessidade urgente".

"O bom funcionamento de um destino emergente não é diretamente proporcional apenas ao número de turistas que ele recebe" (OIT, 2004, p. 12). Segundo a Organização Internacional do Turismo,

> este elemento é um mero indicador, uma conseqüência, e nunca deve ser tomado como o ponto de referência e de partida para interpretar o complexo ciclo de vida de um destino turístico. Por outro lado, não é fácil introduzir *a priori* um destino turístico emergente nos fluxos e canais dos mercados já estabelecidos. Vender algo que acaba de começar inclui muitas dificuldades, e as maiores resistências são impostas pelos grandes intermediários, que cada vez se encontram mais especializados e são mais autônomos na hora de tomar as decisões.

A competição no mercado turístico internacional tende a aumentar, à medida que o número de turistas internacionais aumenta, e isso influencia diretamente os produtos ou serviços que são ofertados pelos destinos emergentes, tendo em conta o poder de barganha dos destinos e das empresas. O fato de os destinos e as empresas estarem no mercado há mais tempo, possibilita vários outros benefícios, o que é mais difícil de conseguir por parte dos

destinos emergentes. É muito mais fácil estabelecer uma parceria estratégica entre duas grandes empresas que atuam neste segmento, para explorar novos mercados, do que firmar uma parceria entre pequenas empresas para competir no mercado onde os grandes detêm a maior parte, e são capazes de ofertar preços muitos mais competitivos.

Os destinos considerados emergentes, além de enfrentarem dificuldade no processo de internacionalização dos seus produtos, na maioria são países em desenvolvimento e dependentes, política e economicamente, dos países desenvolvidos. Os produtos ou serviços ofertados por esses países são, em geral, menos competitivos, tanto em termos de preços, quanto em qualidade. Coriolano (2006, apud MOURA, 2008, p. 112) sustenta que,

> os países tropicais pobres, de modo geral, iniciaram a exploração da atividade turística com o turismo de sol e praia, para atender aos países ricos, ao capital proveniente das corporações internacionais, oferecendo as condições favoráveis à instalação das redes hoteleiras e *resorts* internacionais. Com a alocação dos equipamentos turísticos, entretanto, especialmente os hotéis e *resorts*, causaram uma série de impactos socioambientais, com investimentos que são questionados, alguns deles embargados e outros com a mitigação dos impactos ambientais.

No que tange, ainda, às discussões sobre sustentabilidade dos destinos turísticos, uma das questões que vêm sendo alvo de muitas críticas, é o fato de o investimento exterior ser super incentivado. É neste sentido que Rodrigues (1999, apud MOURA; GRACIA, 2008, p. 10) argumenta que,

> o país hospedeiro, nos megaprojetos de capitais transnacionais, oferece vantagens de várias ordens expressas por incentivos fiscais e grandes gastos com a implementação de infraestrutura básica, não garantindo retorno significativo de capital, que é canalizado para o exterior". O fato de grande parte da receita gerada ser repartida para outros países implica em grandes prejuízos sócio-econômicos para a localidade turística.

É nesse contexto que o presente estudo assume um papel importante, ao tentar "compreender o processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde à luz do conceito de sustentabilidade". Ao terminar este capítulo, está-se também respondendo ao primeiro objetivo específico desta pesquisa: o de *investigar as origens do conceito de turismo sustentável, a partir da análise da evolução do turismo no mundo.*

No próximo capítulo, é apresentado o arcabouço teórico do conceito de sustentabilidade turística, que será tomado como base para interpretar as informações e os dados coletados através da pesquisa de campo.

REVISÃO DA LITERATURA

O objetivo deste capítulo é apresentar o estado da arte do conceito de sustentabilidade turística, e nele identificar elementos teóricos que auxiliem na interpretação dos achados desta pesquisa. Para isso, foi feita uma ampla revisão da literatura, visando sistematizar o conceito de sustentabilidade turística, seguido de algumas reflexões sobre este conceito nos países em desenvolvimento (PED), particularizando o caso das ilhas turísticas de pequenas dimensões.

3.1 SISTEMATIZANDO O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA

Após a revisão da literaturasobre o fenômeno do turismo, visando sistematizar o conceito de sustentabilidade turística, e identificar no seu arcabouço elementos teóricos que expliquem o caso de Cabo Verde, verificou-se uma certa divergência no que tange à compreensão desse conceito, por parte dos pesquisadores e estudiosos dessa vertente teórica. [4] Muitas são as críticas que a literatura apresenta (Vide o Capítulo 2) direcionadas ao conceito do turismo sustentável e às dimensões que o compõem. Não obstante, entende-se neste estudo que tal conceito é o mais adequado para análise do caso de Cabo Verde, tendo em conta o nível de abrangência desse conceito, quando se analisa o processo de desenvolvimento local ou regional, e, sobretudo, pelo fato de considerar o desenvolvimento numa perspectiva de longo prazo.

A questão do desenvolvimento sustentável foi discutida pela primeira vez na Conferência do Estocolmo, realizada em 1972, na Suécia. Foram vários os encontros que sucederam este primeiro, reunindo a cúpula política e especialistas de diferentes países ao redor do mundo, interessados no avanço das práticas da sustentabilidade.

Além do Relatório Brundtland, que passou a ser utilizado como instrumento-chave nas discussões posteriores sobre a noção de sustentabilidade, destaca-se a Agenda 21, um dos principais documentos que resultaram da conferência Eco-92, realizada nno Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse evento, foi discutida e destacada a importância da cooperação entre os Governos, a sociedade civil, e as empresas, no combate aos problemas socioambientais, tanto no nível global quanto local.

Entre os sucessivos encontros realizados após Estocolmo, pode-se destacar, ainda, a Cúpula Mundial de Joanesburgo (2002). Nesse encontro, a Organização Mundial do Turismo (OMT) e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED), preocuparam-se também em promover discussões sobre estratégia de desenvolvimento dos países mais pobres.

De acordo com Cabral (2006, p. 14), nesse encontro "foi lançado uma iniciativa nova, chamada Turismo Sustentável – Eliminação da Pobreza (ST-EP)", "que visa o desenvolvimento de um turismo sustentável especificamente focalizado na eliminação da pobreza". Desse encontro, resultou um Plano de Ação e, segundo Moniz (2006, p. 38),

---

[4] (MARINÉ 2001; MILANI; DROULERS, 2002; PRADO, et, al 2004; ÁLVARES; CARSALADE 2005; BURSZTYN, 2005; IRVING, 2005; KO 2005; OMT, 2005; ALMEIDA; ABRANJA, 2009; BENI, 2006; CABRAL, 2006; MONIZ, 2006, SOUSA, 2006; DELAMARO et al., 2007; FARSARI, et. al., 2007; BRITO; MELO, 2008; CORDEIRO 2008; DINICA, 2008; HANAI; ESPÍNDOLA, 2008; SILVA, 2008; BARTHOLO et. al., 2009; MOURA; GARCIA, 2009, NUNES, 2009; SANTOS; TEIXEIRA, 2009, CORDEIRO et. al., 2010; HALL, 2010).

> nele são apresentadas recomendações sobre as formas de conciliar o crescimento econômico, a luta contra a pobreza e o desenvolvimento do terceiro mundo com a preservação ambiental do planeta. Nesse documento, fazem-se várias alusões ao desenvolvimento do turismo sustentável, quer como uma forma de proteger os recursos naturais, considerados basilares para o desenvolvimento econômico e social, quer para promover o desenvolvimento sustentável em pequenos Estados insulares e em vários países do Continente Africano.

Isso demonstra, de fato, a preocupação dos organismos internacionais no sentido de melhorar a qualidade de vida, entre outros indicadores socioeconômicos, nos países menos desenvolvidos. Segundo Moniz (2006), o evento mencionado serviu também para reforçar a ideia de considerar as três dimensões (social, econômica e ambiental) como sendo os três pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável, no qual o turismo sustentável constitui apenas um capítulo.

Como foi mencionado no Capítulo 1, o conceito de sustentabilidade turística, tem uma relação direta com o de desenvolvimento sustentável, pois ambos defendem a tese, de que o desenvolvimento, para ser sustentável, tem de ser "economicamente viável, ambientalmente sustentável e socialmente justo". É a mesma proposta defendida e "discutida já no âmbito da Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano (1972), que tratou de reafirmar a pertinência do triângulo "economia", "ambiente" e "sociedade"" (MILANI; DROULERS, 2002, p. 2):

No que tange às críticas direcionadas, em particular, ao conceito de sustentabilidade turística, acredita-se que há que se considerar essencialmente a natureza interdisciplinar do conceito de turismo a ele associado, os interesses políticos envolvidos nos debates sobre esse fenômeno, o que justifica em grande medida a diferença entre as críticas feitas a este conceito.

O fato de existir uma relação direta entre esses dois conceitos levou praticamente todas as pesquisas posteriores a tomar o conceito de Desenvolvimento Sustentável como ponto de partida para descrever e dar sentido ao conceito de sustentabilidade turística. Isto é, o turismo sustentável se alicerça sobre o conceito "mãe" de desenvolvimento sustentável. Entretanto, salienta-se que o conceito de sustentabilidade no turismo apresenta outras dimensões também importantes, além dos três pilares, ostentadas pelo conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Além dos diferentes olhares dos pesquisadores e estudiosos de diversas áreas do conhecimento, que de certa forma influenciam a abordagem do conceito de sustentabilidade turística, acredita-se que, o turismo, por ser um fenômeno complexo, representa preocupação

maior em relação as suas implicações. Isso leva ao surgimento de muitas outras dimensões consideradas também relevantes, a despeito de ser perceptível um número excessivo de trabalhos que enfatizam a questão ambiental, deixando em segundo plano as outras dimensões que envolvem o fenômeno.

No que concerne à avaliação do desenvolvimento sustentável, em particular na arena do turismo, que está intrinsecamente relacionada com os objetivos deste estudo, considera-se importante destacar os argumentos de Ko (2005), Cordeiro (2008) e Cordeiro et. al., (2010), que estudam o conceito de sustentabilidade, mais especificamente, a avaliação da sustentabilidade em destinos turísticos. Estes estão preocupados com a transição deste conceito da teoria para a prática. Isto é, a operacionalização do conceito. Colocar em prática as estratégias de sustentabilidade turística que a literatura apresenta, constitui nesta dialética um dos principais desafios. Neste sentido, sublinha o argumento de Nitsch e Van Straaten (1995, apud MONIZ, 2006, p. 21) que afirmam, o ato de se aceitar o conceito de desenvolvimento sustentável não significa que este venha sendo implementado na prática.

Ainda no que tange a transposição do conceito de sustentabilidade turística da teoria para a prática, podem ser citados Trousdale (1999); Simpson (2001) e Ruhanem (2004, apud CORDEIRO, 2010, p. 3), os quais asseguram que, no setor do turismo, de uma forma geral, há um vazio crescente entre a "doutrina da sustentabilidade e sua aplicação ao "mundo real".

Após analisar os estudos realizados por Farrell (1992); Klemm (1992); Gilbert, Penda e Friel (1994); Haukins e Cunningham (1996); Driml e Common (1996); Knight, Mitchell e Wall (1997); Mak e Moncur (1995); Owen, Witt e Gammon (1993); Sofield e Li (1998); Tosun (1998); Wilson (1996) e Griffin (2000), Ko (2005, p.3), observa-se que:

> desde o início dos anos 90 as discussões e os debates sobre o desenvolvimento do turismo sustentável têm-se dado mais no nível teórico do que prático. Segundo ele a maioria dos trabalhos acadêmicos na arena do turismo, que avalia a sustentabilidade do turismo em destinos específicos, baseia-se em julgamentos subjetivos, sem qualquer referência a normas ou critérios que suportam os argumentos. [Tradução nossa].

Ainda que não seja o foco principal deste estudo, auferir o processo de desenvolvimento do turismo, através dos mecanismos de avaliação, é de se salientar que, a partir da revisão da literatura feita no decorrer deste trabalho, foi observado que a constatação feita por Ko (2005), vem perdurando ao longo da última década. É perceptível o número de trabalhos na arena do turismo que, não só apresentam, mas também relatam (CORDEIRO,

2008, 2010; NITSCH; VAN STRAATEN, 1995, apud MONIZ, 2006) as dificuldades em termos de apropriação e implementação do conceito de sustentabilidade turística.

De forma geral e objetiva, esta é uma das leituras que podem ser feitas de referência ao conceito de sustentabilidade turística. Pode-se dizer também que este é o senso que predomina entre os pesquisadores que estudam o conceito de sustentabilidade com particular interesse na área do turismo.

De fato, ainda há a necessidade de se aprofundar as discussões sobre a sustentabilidade turística, no sentido de não só sistematizar o conhecimento já produzido neste campo, mas também de dar mais coerência e consistência ao conhecimento que nele vem sendo gerado. Acredita-se que, dessa forma, é possível consolidar esta vertente teórica e torná-la referência na arena de estudos em ciências sociais. Pires (1998, apud HANAI; ESPÍNDOLA, 2008, p. 93) constata:

> as abordagens que resultam do interesse e da preocupação em conceber o turismo sob a ótica do desenvolvimento sustentável, bem como os seus desdobramentos socioeconômicos e ambientais, sob a averiguação da sustentabilidade, vêm proporcionando inúmeras contribuições à reflexão e ao debate a respeito do mérito, bem como dos rumos que se apresentam para essa atividade.

Corroborando esse autor, argumenta-se que é a partir de críticas e reconhecimento de mérito do conhecimento já produzido, e construindo elementos teóricos capazes de explicar diferentes casos, em contextos específicos, que o conceito de sustentabilade no turismo pode-se firmar.

Nos próximos parágrafos, são apresentadas as diferentes dimensões que compõem o conceito de sustentabilidade turística. Acredita-se que uma descrição das dimensões deste conceito levará ao leitor a compreensão da sua natureza e, sobretudo, a entender o quanto o fenômeno do turismo é complexo e cheio de especificiidades.

Se formos delinear, de acordo com a literatura, as dimensões que o conceito de sustentabilidade vem assumindo desde a sua origem, este apresentaria, além das *três* herdadas do conceito base, o de desenvolvimento sustentável, mais duas dimensões diferentes. Isso reforça o argumento deste estudo, que apresenta o turismo como um fenômeno complexo e que exige um olhar interdisciplinar não só para interpretá-lo, mas, sobretudo, para compreendê-lo.

Nesse sentido, a seguir são delineadas as dimensões do conceito de sustentabilidade turística. Tendo em conta a relação do conceito de sustentabilidade com o de desenvolvimento sustentável, primeiramente serão apresentadas as dimensões social, econômica e ambiental; e, em seguida, as outras dimensões que compõem atualmente o conceito de sustentabilidade no âmbito do turismo.

3.1.1 Dimensão Sociocultural da Sustentabilidade Turística

A *dimensão social* apresenta-se, no âmbito da discussão sobre a sustentabilidade, como uma das vertentes de extrema relevância no desenvolvimento turístico.

As questões sociais inerentes à atividade turística vêm sendo amplamente discutidas na literatura sobre o turismo. Ao analisar a questão da sustentabilidade turística no contexto dos países em desenvolvimento, em face do fenômeno da globalização, Cabral (2006, p. 36) observa que, "[...] a dinâmica da globalização constitui uma questão central para a reflexão sobre a atividade turística". O autor argumenta que

> os destinos turísticos, particularmente nos países em desenvolvimento, se confrontam com o desafio de gerir o impacto do aumento do turismo internacional, dinâmica que elimina o envolvimento das comunidades locais em detrimento dos interesses das empresas multinacionais. (CABRAL, 2006, p. 36).

De fato, a característica da estrutura socioeconômica dos países em desenvolvimento exige uma capacidade de resposta maior aos problemas atrelados ao turismo, por parte das instâncias governamentais. Acredita-se ser importante, a presença antecipada de estratégias de gestão capazes de prever os fatos contrários a este fenômeno.

Existem situações em que as implicações causadas pelo fenômeno do turismo, não são previstas, isto é, não houve um planejamento antecipado por parte dos agentes que coordenam este setor, no sentido de prever os impactos negativos que um turismo pode causar. Diante disso, torna-se difícil reverter o quadro, quando as ações implementadas nesse setor, particularmente pela iniciativa privada, já se encontram em estágio avançado. Barbosa e Zamot (2004, apud SANTOS; TEIXEIRA, 2009, p. 237) afirmam que:

> a maioria das vezes o turismo é apresentado como um setor capaz de promover a aceleração econômica e o incremento das áreas social, cultural e ambiental. No entanto, a opção pelo desenvolvimento e a regulamentação por meio do turismo é mais complexa do que parece, pois, além de ser uma atividade multisetorial traz, com seu desenvolvimento, diversos impactos positivos e negativos, necessitando, assim, de políticas públicas eficazes para que se sustente ao longo do tempo.

Ainda, seguindo esta mesma linha, no contexto dos debates sobre as relações entre atividade turística e sociedade, estão os autores que discutem sobre os benefícios do turismo para a comunidade local. Entre estes, pode-se destacar o argumento de Mendonça e Irving (2004, p. 13), que afirmam:

> pela necessidade de se pensar o desenvolvimento de um segmento da economia global, comprometido com as questões sociais e ambientais e, baseado em princípios éticos, o turismo deve partir da premissa que nem a conservação dos recursos naturais, nem os lucros empresariais devem desrespeitar as populações locais ou impedir o seu acesso aos benefícios gerados pelo seu desenvolvimento.

A sustentabilidade social está intrinsecamente ligada ao bem-estar da comunidade receptora. Assim, os interesses do capital privado e dos governos, não devem se sobrepor aos das comunidades locais. Acredita-se que a busca pelo consenso entre esses atores nos processos de decisão é a melhor estratégia a ser adotada. Importa, portanto, não só a geração de recursos, como também que estes venham a ser distribuídos de forma igualitária no destino como um todo.

A maior parte da literatura que aborda as dimensões de sustentabilidade, associa a dimensão social à cultural. Alguns denominam esta dimensão de *sociocultural*, considerando relações diretas entre os dois subconceitos. Neste sentido, ao analisar a dimensão cultural da sustentabilidade referida ao turismo, Delamaro et. al., (2007, p. 106) afirmam que:

> importa o fato de as práticas turísticas trazerem em si, como uma potencialidade que lhes é inerente, a possibilidade do encontro com o outro. Não apenas o visitante é levado ao encontro de outra cultura e outro lugar, os próprios nativos são também levados a reconhecer nos atrativos turísticos elementos diversos e notáveis, que servem de base para uma identidade cultural talvez esquecida ou pouco valorizada.

Assim como a literatura sobre a sustentabilidade turística evidencia a relação próxima entre a dimensão social e a cultural, assim também alguns autores associam a dimensão

cultural à vertente histórica. Isto é, para alguns autores, a questão histórica também deve ser considerada nas análises deste âmbito. É neste contexto de discussão que alguns optaram por propor a dimensão *histórico-cultural*, que ainda não está consolidada. É o caso de Delamaro e outros (2007, p. 106), para os quais, o turismo pode ser um meio de afirmação da identidade local, conscientizando os nativos do valor da cultura autóctone.

A segurança constitui também um dos elementos importantes quando se analisa as relações sociais. Em 2001, o mundo foi surpreendido com o caso do ataque às Torres Gêmeas nos Estados Unidos, um dos motivos para a significativa queda na demanda internacional em 2002, como mostrado na Figura 4, apresentada no Capítulo 2. Neste estudo, a infraestrutura de segurança é entendida como uma questão abrangente, isto é, ela envolve não só as guerras entre países ou indivíduos, mas também a saúde do turista durante todo o seu percurso pelos diferentes pontos do destino e, sobretudo, o bem-estar da comunidade local.

De fato a segurança constitui um dos fatores determinantes, quando se escolhe um destino turístico. Segundo Silva (2008, p. 4):

> o turismo envolve riscos de distintas naturezas, para que a atividade turística de uma determinada localidade se desenvolva, são necessárias condições básicas de infraestrutura, qualificação profissional, empreendimentos adequados, segurança e qualidade no atendimento. Neste sentido, a segurança, se constitui em uma condição primordial para quem viaja e para quem reside no entorno considerado turístico. Consideramos a segurança como um fator de grande valor para o turista na escolha de uma destinação, sendo também uma forma dos pólos turísticos atraírem uma maior demanda.

Acredita-se que é também através de investimentos na infraestrutura de segurança, considerada uma das condições básicas no setor, que se torna possível a construção de uma imagem positiva de um destino, o que favorecerá, internacionalmente, a projeção do destino.

A questão da segurança deve ser analisada não só na ótica dos turistas, mas também da população. Quando se aposta no turismo é preciso considerar a capacidade do território em sustentar a prática no longo prazo, sem comprometer os recursos disponíveis para população. Nunes (2009, p. 59) argumenta:

> qualquer atividade, e o turismo não é exceção, produz impactos positivos e negativos no território onde se desenvolve. Estes impactos podem ser socioculturais, econômicos ou ambientais, ser reversíveis ou irreversíveis e verificarem-se a maior ou menor escala (temporal e espacial). Devem ser tidas em conta sempre que se planeja algo susceptível de provocar impactos consideráveis que possam comprometer o desenvolvimento e, a uma escala maior, a paz ou a segurança de um país.

A reflexão sobre as questões da segurança tanto dos turistas como da população local, constitui um dos aspectos ainda mais quando se trata de ilhas de pequenas dimensões, e ou países pobres, onde os recursos naturais são geralmente escassos.

A seguir apresenta-se a dimensão econômica do conceito de sustentabilidade turística.

3.1.2 Dimensão Econômica da Sustentabilidade Turística

Apesar de não muito enfatizada no âmbito dos estudos sobre sustentabilidade, a *dimensão econômica* é compreendida como muito importante nesta pesquisa. De fato, essa é uma dimensão que não pode ser relegada, uma vez que o turismo é movido essencialmente pelo capital privado. Segundo Santos e Campos (2003, apud ÁLVARES; CARSALADE, 2005, p. 7),

> a sustentabilidade econômica está calcada na própria viabilidade turística do destino, ou seja, na relação entre receita e despesa que a atividade traz, considerando-se os custos sociais e ambientais; na viabilidade empresarial – ou na rentabilidade das empresas ligadas aos serviços turísticos, para que os empresários não se esqueçam de seu compromisso com a sustentabilidade e alterem o equilíbrio; e na satisfação dos turistas.

A viabilidade das empresas que atuam nos destinos turísticos constitui um dos aspectos mais relevantes na gestão do setor. O fato é que o turismo apresenta limitações do ponto de vista estrutural. Cabral, por exemplo, ao analisar essa questão, percebe que nas ilhas o desenvolvimento sustentável e equilibrado do turismo está condicionado a um sistema de transporte rápido e eficiente. Segundo ele, "[...] uma política de transporte articulada com o turismo de forma coerente é fundamental para a competitividade, sustentabilidade e desempenho do setor".

Um das características do turismo é a sua tendência em se concentrar no tempo e no espaço (MILANI; DROULERS, 2002). Do ponto de vista econômico isso não é interessante, visto que limita o acesso aos benefícios por parte das comunidades do destino como um todo. Por outro lado, pelo fato de a demanda turística ser na maioria das vezes sazonal, o país dependente essencialmente do turismo ficará sempre parcialmente carente dos recursos oriundos desse setor.

Neste sentido, os agentes que coordenam destinos considerados turísticos desempenham um papel importante na gestão de todas as operações inerentes à atividade turística. Sousa (2006, p. 35) afirma que "as políticas e as ações do setor devem aspirar a fortalecer os benefícios e reduzir os custos do turismo". Segundo ainda o mesmo autor (2006, p. 40), as vantagens econômicas da promoção de um turismo sustentável são hoje reconhecidas e traduzem-se em menores custos de operação e maior atratividade de potenciais visitantes". Ainda no que se refere aos custos turísticos, Irving (2005, p. 3) afirma que as "políticas e ações para planejamento turístico devem ser desenhadas, de maneira a otimizar e promover os benefícios e reduzir os custos e impactos negativos das atividades vinculadas, em sentido amplo".

Sousa (2006, p. 30) assegura que "sustentabilidade econômica, significa gerar prosperidade nos diferentes níveis da sociedade, reconhecendo o custo efetivo de toda a atividade econômica." Segundo esse autor, isso está diretamente relacionada com "a viabilidade das empresas".

Ao analisar as questões voltadas para a economia do turismo, Almeida e Abranja (2009, p. 22) estabelecem como princípio, que "as empresas turística devem desempenhar o papel de estabelecer mecanismos de forma a assegurar que as relações trabalhistas e as práticas industriais sejam justas e estejam em conformidade com a legislação".

Estas são algumas das preocupações que a literatura apresenta no tocante à gestão econômica dos destinos turísticos. Esta dimensão é considerada importante, uma vez que o setor deve se desenvolver considerando sempre uma forma equilibrada de desenvolvimento.

A seguir, apresenta-se a discussão sobre a dimensão ambiental do conceito de sustentabilidade turística.

3.1.3 Dimensão Ambiental da Sustentabilidade Turística

A *dimensão ambiental,* notavelmente mais discutida na literatura sobre sustentabilidade turística, constitui também uma das dimensões importantes do conceito de sustentabilidade.

As questões ambientais assumem um papel importante nas discussões sobre a sustentabilidade turística, a partir do momento em que há a necessidade de ofertar um produto

ou serviço de alto valor agregado para os turistas e da preocupação em conservar os recursos ambientais disponíveis.

O sucesso de um destino está intrinsecamente ligado à satisfação dos turistas. Vasconcelos e Coriolano (2008, p. 269) argumentam que "as atividades turísticas, para obterem sucesso e se desenvolverem, necessitam cumprir índices muito elevados de satisfação do turista". Já Guzzo (2008, p. 221) salienta que,

> além de satisfação pessoal o turismo sustentável tem por missão a interação educacional, ou seja, espécie de garantia de que o turista incorpore em sua vida o que aprendeu com sua visita gerando assim consciência para a preservação do patrimônio natural, cultural, histórico e social.

O fato é que a busca pela satisfação dos desejos de lazer tem levado muitas vezes à sobrecarga ambiental. Tal situação é mais preocupante em ilhas turísticas de pequena dimensão onde os recursos naturais disponíveis são mais escassos, e a dependência externa se configura como um dos grandes desafios no processo de seu desenvolvimento. Moniz (2006, p. 9) afirma que,

> o destino deve oferecer uma experiência turística de qualidade, de modo a satisfazer os turistas, contribuindo para a repetição da visita e a recomendação do destino e, paralelamente, deve estimular a adoção de práticas mais sustentáveis e influenciar o comportamento dos turistas, tendo em vista a proteção do ambiente e a preservação da identidade cultural da comunidade local.

Como pode se observar a partir dos argumentos de Guzzo e Moniz, no contexto das discussões referentes à dimensão ambiental do conceito de sustentabilidade turística, a comunidade local, isto é, o ser humano, é visto como um dos agentes mais importantes no que tange ao processo de desenvolvimento dos destinos turísticos. Isso leva a afirmar que, uma política para o desenvolvimento que não traz como uma das suas prioridades a preservação e o bem-estar da população que forma a comunidade do destino, não pode ser considerada sustentável.

Ao analisar esta dimensão da sustentabilidade turística, Bartholo (2006, p. 6), salienta que, "nos países mais pobres, a questão ecológica se vincula ao problema da sobrevivência e da satisfação das necessidades mais básicas para a afirmação da dignidade humana". Ao analisar o turismo no contexto dos países mais pobres, Cabral (2006), sugere que se

desenvolvam atividades que visem reter os turistas, em vez de procurar aumentar o volume destes.

As regiões litorâneas constituem uma das áreas mais visadas pelos investidores no setor do turismo. Nos casos em que há inibição das comunidades locais em relação ao acesso às praias, ou outro tipo de recursos, Cabral (2006) sustenta que isso tem um "custo não econômico", e explica que ações nesse sentido, fazem com que eles abandonem inclusive as suas terras. Segundo esse mesmo autor, essas ações perturbam e exploram a vida social e cultural dessas comunidades.

Moniz (2006, p. 24) argumenta que, para alcançar a sustentabilidade turística, deve-se preocupar com a "manutenção da viabilidade e a qualidade dos recursos naturais e humanos, no longo prazo". Segundo ela "[...] esta noção não se opõe ao crescimento, mas implica o reconhecimento da existência de limites, que variam de local para local e consoante as práticas de gestão".

De modo geral, os estudiosos dessa dimensão estão preocupados com a disponibilidade dos recursos e as condições humanas, em face das transformações que o turismo pode causar num determinado território. Desenvolver o segmento turístico implica considerar estes dois componentes importantes em qualquer território: o ser humano e os recursos disponíveis para a sua sobrevivência.

A seguir, discute-se sobre a dimensão política do conceito de sustentabilidade turística.

3.1.4 Dimensão Político-Institucional da Sustentabilidade Turística

Após apresentar as três dimensões consideradas pilares do conceito de sustentabilidade, emerge outra dimensão ainda não muito explorada como as já apresentadas, mas considerada por alguns autores como sendo de suma importância quando se analisam destinos turísticos – a dimensão *político-institucional.*

A política no contexto das discussões sobre desenvolvimento sustentável do turismo é entendida como "aquela decorrente dos órgãos governamentais, em diferentes esferas" (FARSARI, et. al., (2007, p. 61). Segundo esses autores,

> política é usada para demonstrar a formulação de metas, objetivos, definição de prioridades, e pode ser expressa de diversas maneiras (por exemplo, as escolhas feitas, declarações, regulamentos).. [Tradução nossa].

Como se pode observar nos argumentos desses autores, quando a discussão é sobre políticas públicas para o turismo sustentável, os órganismos públicos têm um papel importante a desempenhar, tendo em vista que são eles que geralmente coordenam as ações no setor. As instâncias governamentais representadas pelas autoridades locais, por outro lado, são os principais responsaveis por conceber e implementar as políticas voltadas para a prática do turismo sustentável.

Dinica (2008, p. 3) observa que "as autoridades locais, têm competências em um grande número de domínios que influenciam o modo como se desenvolve o turismo". Entre esses domínios a autora destaca: "o espacial, o planejamento, o desenvolvimento de infraestrutura,e as políticas fiscais e de transportes. Dessa forma, essa autora acredita que na centralidade do papel das autoridades na coordenação do setor. Muitas vezes, no entanto, as políticas de controle só surgem depois das implicações negativas causadas pelo setor.

Ao analisar o turismo no contexto dos países em desenvolvimento Milani e Droulers (2002, p. 6), salientam que, "a contribuição positiva do turismo para o avanço econômico, social e ambiental dos países em desenvolvimento, depende de fatores científicos, técnicos, sociais e político-econômicos". Os fatores políticos apontados por eles são responsáveis por nortear não só o segmento turístico, mas também todas as outras áreas da economia de um destino. Tais fatores são explicitados, na maioria das vezes, através do Plano, que é um dos documentos resultantes da política. É neste sentido que Bartholo et. al. (2009, p. 28) afirmam que os "os aspectos políticos e institucionais referem-se ao planejamento da atividade (...) e ao processo de tomada de decisão coletivo".

Ruschmann e Widmer (2001, apud OLIVEIRA; QUEIROZ, 2008, p. 67) definem o planejamento turístico como um,

> processo que tem como finalidade ordenar as ações humanas sobre a localidade turística, bem como direcionar a construção de equipamentos e facilidades, de forma adequada, evitando efeitos negativos nos recursos que possam destruir ou afetar sua atratividade. Constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade turística, determinando suas dimensões ideais para que, a partir daí, se possa estimular, regular ou restringir sua evolução.

O Planejamento pensado na perspectiva estratégica deve oferecer uma abordagem integrada para a gestão do setor, e promover um senso comum de propriedade para os inúmeros atores e operadores envolvidos. (MILANI; DROULERS, 2002).

Ainda no que tange ao processo de elaboração do planejamento da atividade turística, no contexto das discussões sobre a sustentabilidade, considera-se importante salientar a relevância da participação da comunidade do destino. Irving (2005, p. 5) argumenta:

> a efetiva participação das comunidades locais no processo de planejamento e gestão da atividade turística parece, portanto, essencial, pois a população local é conhecedora e vivencia a sua realidade imediata, sendo capaz de identificar problemas e necessidades, avaliar alternativas, desenvolver estratégias para proteção e/ou valorização do patrimônio natural e cultural e buscar soluções para os problemas identificados, sugerindo caminhos que levem à melhoria da qualidade de vida, ao fortalecimento da cultural local e ao bem estar social.

O planejamento de fato constitui um dos instrumentos estratégicos para a gestão do setor do turismo. A ausência desse instrumento pode resultar em problemas irreversíveis para os destinos. Isso decorre justamente de uma das características deformadoras, apontadas por Milani e Droulers, que o turismo traz inerente a sua própria estrutura. Isto é, segundo esses autores,

> o turismo, na sua gênese, tende a utilizar o **tempo** de forma pouco racional (conhecer o máximo no mínimo de tempo possível), provocar congestionamentos no espaço (base de sua geração), bem como a extrapolar em volume a cada nova projeção (dificultando e invalidando planos e projetos que visam a orientá-lo e programá-lo)". (MILANI; DROULERS, 2002, p. 4).

É nesse contexto que emerge a necessidade das políticas públicas que orientem todas as ações implementadas no setor. Dinica (2008, p. 3), afirma que "as políticas de administração pública - ou a falta dela", fazem a diferença no que tange "aos estímulos dos agentes comerciais e sociais, a engajarem-se em ações sob sua responsabilidade, que melhorem a sustentabilidade e o desempenho do turismo", e, sobretudo, "influenciar a eficácia das ações empreendidas".

Finalmente, no que concerne ainda à dimensão *político-institucional*, considera-se importante citar outros autores como MARINÉ (2001), BURSZTYN (2005), BENI, (2006), GONÇALVES; SERAFIM (2006), GARCIA (2009) e HALL (2010), que também estudam a

questão da política na área do turismo, e atribuem ao governo a responsabilidade de coordenar o setor. É o caso, por exemplo, de Mariné (2001, p. 331) que afirma,

> a política turística é parte da política econômica, e tem um grande impacto no social. Os objetivos fundamentais da política turística são: conhecer e ordenar as atividades do setor, fomentar e promover as atividades e integrá-lo ao sistema socioeconômico. Em todos os casos, a política turística deve ser regida por duas questões principais: o princípio da legalidade e o das competências administrativas. Os instrumentos que a política turística utiliza são de diversas índoles: administrativas (controle, sansões, estudos estatísticos e projeções, etc.); legais (ordenação); comerciais (fomento e promoção); econômico-financeiras (créditos, ajudas, subvenções, política fiscal) e, sobretudo, políticas (como utilizar os meios para alcançar os objetivos praticamente desejados).

Dessa forma, termina-se esta seção, ressaltando a importância das agências governamentais, no que tange ao seu papel de coordenar o desenvolvimento do setor. Sendo um fenômeno que abrange vários segmentos da sociedade, a coordenação do turismo exige uma política que antecipe as implicações negativas do mesmo.

A seguir, apresenta a dimensão *espacial ou territorial*, também considerada importante neste estudo.

3.1.5 Dimensão Histórica e Territorial da Sustentabilidade Turística

A questão *espacial ou territorial* é também apontada como uma das dimensões do conceito de sustentabilidade, entretanto são poucos os estudos que a consideram. Entre os autores que a propõem, pode-se destacar DELAMARO et. al. (2007) e BARTHOLO (2009). Delamaro et. al., (2007, p. 107) afirmam que, as "[...] práticas de apropriação do meio caracterizam a territorialidade construída ao longo de um processo histórico e dialético entre a espacialidade geográfica, a organização ecológica e a significação cultural". Segundo eles, "[...] a partir dessa compreensão, a análise da ocupação e uso do espaço de ser parâmetro para a avaliação da sustentabilidade em sua *dimensão espacial ou territorial"*.

Neste sentido, Bartholo et. al. (2009, p. 6) afirmam que, "o espaço é transformado, acompanhando os movimentos da sociedade de reprodução ou de mudança, num processo

onde a ocupação do território se faz de modo não uniforme, e seu uso efetiva-se através de mediações várias".

Seguindo esse autores, neste estudo entende-se que é importante considerar a visão da comunidade local nos processos de ordenamentos dos espaços territoriais. O interesse do capital privado não deve sobrepor-se aos das comunidades locais, levando em conta que há um vínculo, ou relação histórico-espacial inalienável, entre o trajeto histórico dos membros dessas comunidades e os espaços dos destinos onde eles vivem.

Vasconcelos e Coriolano (2008, p. 274) afirmam que: "o turismo é uma atividade que implica o consumo dos espaços (...). Cada modalidade de turismo cria uma demanda por espaço, quer seja área de montanha, litoral, áreas urbanas ou rurais".

A dimensão espacial, assim, tem uma relação direta com o formato estrutural do território e, sobretudo, com os recursos neles disponíveis. Neste sentido, o controle e o planejamento dos territórios se configuram como importantes instrumentos de gestão de espaços, e a apropriação dessas ferramentas para gerir os espaços onde se desenrola a atividade turística é considerada, neste estudo, como uma das estratégias adequadas que podem ser adotadas.

A compreensão que se tem, nesta pesquisa, é que a sustentabilidade turística significa considerar o processo de desenvolvimento do turismo no seu sentido mais amplo, isto é, envolvendo as diferentes dimensões apresentadas nesta primeira parte deste capítulo.

A seguir é apresentada uma breve discussão sobre os desafios da sustentabilidade turística em ilhas de pequenas dimensões.

3.8 SUTENTABILIDADE TURÍSTICA EM ILHAS DE PEQUENA DIMENSÕES.

Analisar a questão da sustentabilidade nas ilhas que compõem o Arquipélago de Cabo Verde remete primeiramente a uma reflexão sobre o conceito de sustentabilidade turística no âmbito dos Países em Desenvolvimento – (PED), pois há uma relação direta entre essas duas esferas de análises que podem ser estabelecidas, levando em conta que Cabo Verde faz parte do grupo dos países em desenvolvimento.

Ao analisar as recomendações das Nações Unidas sobre Turismo e Viagem Internacional (1993), quando passaram a promover "a tese de que o turismo pode também

contribuir para o crescimento econômico dos chamados países em desenvolvimento (PEDs)", Milani e Droulers (2002, p. 7) fazem as seguintes reflexões:

> como considerar a interdependência, no que diz respeito ao fenômeno turístico, nas novas relações entre PEDs e países mais desenvolvidos? Como pressupor a utilização do tempo liberado (menos trabalho, mais qualidade de vida) nos países desenvolvidos em proveito de estratégias turísticas nos países em desenvolvimento? Que grau de dependência e de interdependência há entre os dois pólos (oferta e demanda) nos países industrializados e em vias de desenvolvimento?

De fato, analisar o processo de desenvolvimento do turismo nos países em desenvolvimento, exige considerar as fragilidades do ponto de vista das diferentes dimensões estruturais desses países, em relação aos desenvolvidos.

No caso das ilhas turísticas, em que as dimensões são geralmente bem menores, entende-se que o foco das análises sobre o processo de desenvolvimento dessas localidades deve considerar também a natureza estrutural das mesmas. De fato a maioria delas não dispõe de adequados recursos naturais, nem tampouco capacidades suficientes para produzir os seus próprios produtos. Assim, dependem, na maioria das vezes, dos países desenvolvidos para manter o consumo interno, mesmo no caso de produtos mais básicos, como os produtos alimentícios e os combustíveis.

Ao considerar o processo de desenvolvimento em ilhas na perspectiva de sustentabilidade, Cabral (2005, p. 51) coloca que, a questão da dimensão constitui "[...] um dos elementos que determina de alguma forma, o tipo de desenvolvimento econômico dessas regiões". Segundo esse autor,

> os resultados da pequena **dimensão** fazem-se geralmente sentir sob o ponto de vista ecológico, econômico e social, principalmente 1) ao nível da escassez e pouca diversidade de recursos; 2) da reduzida dimensão do mercado; 3) da falta de economias de escala; 4) da fraca rendibilidade das infraestruturas públicas; 5) dos riscos naturais – erosão, desertificação e 6) da reduzida capacidade de carga. (CABRAL, 2005, p. 51).

Uma reflexão sobre a estrutura dimensional das ilhas é considerada importante, e, numa análise na ótica da sustentabilidade turística, essa responsabilidade deve ser atribuída a não só às empresas, mas, sobretudo, à sociedade civil e às instâncias governamentais que detêm o maior poder de decisão sobre as ações que envolvem o setor.

NUNES (2009, p. 22) afirma que a

> lista dos impactos negativos associados ao turismo aumenta quando se trata de países insulares. Neste tipo de território, [...] a indústria do turismo pode ser um vetor para o desenvolvimento e para a diminuição do isolamento; por outro, o turismo tende a ser um risco para a conservação dos recursos naturais e culturais nas ilhas e os seus efeitos podem repercutir-se sobre o litoral e o ambiente marinho. Em termos práticos, os problemas e as limitações de uma ilha não podem ser resolvidas da mesma maneira que num continente.

Moniz, ao analisar a sustentabilidade turística em ilhas de pequenas dimensões, termina o estudo, salientando que tem crescido o interesse em termos do número de pesquisas realizadas ao redor do mundo, discutindo a vulnerabilidade das ilhas à forças externas. Os estudos aos quais a autora se refere, vêm apelando para a importância da redução da "[...] dependência econômica da atividade turística, e de se adotar uma abordagem que considera os princípios do desenvolvimento sustentável" (MONIZ, 2006, p. 406). Ainda conforme a autora,

> é preciso ter em conta que a eficácia de qualquer plano ou programa de gestão depende não só da sua coerência e lógica interna, como também da sua aceitação e compromisso por parte de todos (...) pelo que é fundamental: aumentar a conscientização ao nível local, regional, nacional e internacional sobre as especificidades das ilhas de pequena dimensão (2006, p. 407).

A conscientização e o compromisso com o desenvolvimento do turismo nas localidades turísticas, de fato, devem ser assumidos por todos os agentes envolvidos neste processo, tendo em conta o nível de abrangência e a complexidade do fenômeno do turismo, como foi apresentado no decorrer deste capítulo. Com a participação de todos os interessados, é possível operacionalizar o conceito do turismo sustentável.

* * *

Visando deixar claro a natureza mais ampla do problema – e não apenas nas ilhas de pequenas dimensões –, Moniz apresenta, com base em trabalhos de diversos autores (GODFREY, 1996; LANE, 1990, 1989; KRIPPENDORF, 1982; SWARBROOKE, 1999)

algumas das principais características que diferenciam o "turismo sustentável" do "turismo não sustentável" (Vide o Quadro 1).

Quadro 1 – Turismo sustentável *versus* turismo não-sustentável

Turismo Sustentável	**Turismo Não-sustentável**
Conceitos gerais	
Desenvolvimento lento	Desenvolvimento rápido
Desenvolvimento controlado	Desenvolvimento descontrolado
Escala apropriada	Escala não apropriada
De longo prazo	De curto prazo
Qualitativo	Quantitativo
De controle local	De controle remoto
Estratégias de desenvolvimento	
Planejar antes de desenvolver	Desenvolver sem planejar
Orientadas por conceitos	Orientadas por projetos
Preocupação com a integração na paisagem	Concentração em pontos-chave
Pressão e benefícios diluídos	Aumento da capacidade
Agentes de desenvolvimento locais	Agentes de desenvolvimento externos
Emprego de residentes locais	Importação de mão-de-obra
Arquitetura vernacular	Arquitetura não vernacular
Comportamento dos turistas	
De baixo valor	De alto valor
Alguma preparação psicológica	Pouca ou nenhuma preparação psicológica
Aprende a língua local	Não aprende a língua local
Cuidadoso e sensível	Intensivo e insensível
Silencioso	Barulhento
Repete a visita	Não repete a visita

(continuação)

Fonte: Moniz (2006, p. 30)

Observando o Quadro 1, apresentado acima, verifica-se que o "turismo sustentável" apresenta, como princípios norteadores a responsabilidade e o comprometimento com o destino no longo prazo. No turismo sustentável todas as ações realizadas com o objetivo de promover o turismo integram ou consideram as comunidades e as economias locais. A partir do momento em que o turismo não assume essas características, ele passa a ser considerado não sustentável, isto é, ele passa a causar impactos negativos, que podem inclusive comprometer o desenvolvimento local.

Diante do exposto, termina-se este capítulo elaborado com o objetivo de reunir os elementos teóricos que serão usados para interpretar o caso do Arquipélago de Cabo Verde, apresentado e discutido nos Capítulos 6 e 7 a seguir.

A INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE E A OPÇÃO DO TURISMO COMO UM VETOR DO DESENVOLVIMENTO.

Neste Capítulo, apresenta-se uma descrição histórica sobre o processo de desenvolvimento do Arquipélago, considerando essencialmente o período que data da independência até chegar ao momento atual. Visando identificar o surgimento do turismo como vetor de desenvolvimento, durante a descrição são apresentadas as principais opções estratégicas de desenvolvimento adotadas na gestão dos dois governos que estiveram à frente da Administração Pública em Cabo Verde.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO ARQUIPÉLAGO.

Para entender o processo de desenvolvimento no Arquipélago, considera-se importante tornar conhecida a dimensão político-institucional desse processo. Sendo assim, do ponto de vista político e administrativo, pode-se afirmar que o processo de desenvolvimento de Cabo Verde é reconhecido internacionalmente como um caso de sucesso, principalmente na África ocidental, a despeito das dificuldades que o país vem enfrentando.

No passado, por suas fragilidades estruturais e conjunturais, como a escassez de recursos naturais (água, energia, etc), pequena dimensão, e o afastamento em relação aos países centrais, a viabilidade do desenvolvimento do país parecia ser incerta, Não obstante o interesse dos líderes políticos em torná-lo um Estado com o poder soberano, levou o Arquipélago a se tornar independente de Portugal em 5 de julho de 1975.

Após vários anos de cooperações bilaterais e multilaterais com diferentes países e organismos internacionais, em especial com a Organização das Nações Unidas, o país conseguiu atingir níveis altos em diferentes indicadores sociais e econômicos.

Ultimamente, como resultado da sua capacidade de atração de grandes investimentos estrangeiros e, sobretudo, das remessas dos emigrantes cabo-verdianos, Cabo Verde vem deixando de ser um país pobre, passando, a partir de 2008, a se integrar ao grupo de países de desenvolvimento médio.

Para entender como se deu esse processo, considerando, em especial, o período que data da Independência da República até os dias atuais, este estudo tomou emprestado de Reis (2000) o método de sistematização de desenvolvimento, durante o período que vai da década de 70 até o final dos anos 90. Esse autor divide essa fase em duas etapas importantes: da Independência à Democracia (1975 a 1990), e a Democracia e a Liberdade Econômica (1991 a 2000). Já a terceira etapa, apresentada neste estudo, é o período que marca a Liberdade Econômica, a Modernidade (2000 a 2010).

Sendo assim, nas próximas seções, tem-se a apresentação das principais estratégias políticas, adotadas pelos diferentes governos que estiveram à frente da Administração Pública em Cabo Verde, nas três grandes fases de seu processo de desenvolvimento.

4.2 DA INDEPENDÊNCIA À DEMOCRACIA (1975 A 1990).

Ao longo da sua história até o período que marca a independência, o Arquipélago de Cabo Verde, localizado ao largo do Oceano Atlântico, serviu simplesmente de um ponto estratégico para atingir regiões da América Latina e da África, ricas em matérias-primas de alto valor como, ouro, ferro, petróleo, diamante, etc. Estas eram levadas para as grandes metrópoles europeias e, depois, transformadas em produtos acabados. Em seguida, esses produtos eram exportados, num valor superior, para os principais mercados consumidores, como os Estados Unidos e, inclusive, para os países de onde foram extraídos tais recursos. Assim, até o ano de 1975, o Arquipélago funcionou como local de exploração e opressão dos mais débeis, e desprovidos de tecnologia para explorar os seus próprios recursos.

Insatisfeito com a realidade econômica, social e política que se vivia no período, "em 1956, Amílcar Cabral criou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), lutando contra o colonialismo e iniciando uma marcha para a independência". Em "19 de dezembro de 1974, foi assinado um acordo entre o PAIGC e Portugal, instaurando-se um governo de transição em Cabo Verde". A história conta que, "este mesmo Governo preparou as eleições para uma Assembléia Nacional Popular que, em 5 de Julho de 1975, proclamou a independência". Nesse mesmo ano, começou "a demarcação cultural em relação a Portugal, e a divulgação de idéias nacionalistas conduziram à independência do Arquipélago em Julho de 1975, juntamente com a Guiné-Bissau". Nos primeiros cinco anos depois dessa data, "o Partido Africano Para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) esteve à frente da administração dos dois países até 1980" (CABO VERDE, 2010).

De acordo com Costa Leite (2004, p. 1), "o período revolucionário de 1974/1975 encontrou Cabo Verde numa situação de subdesenvolvimento humano, com uma grave crise alimentar, econômica e social". Segundo essa autora, "a presença, até então, da administração portuguesa não havia introduzido qualquer sistema capaz de promover o desenvolvimento do Arquipélago, limitando-se a prover alguma ajuda alimentar em épocas mais prejudicadas pela seca".

Andrade (2002, apud, COSTA LEITE, 2004, p. 1), narra a história do Arquipélago, mostrando que, do ponto de vista social, nos primeiros anos da independência,

> o país contava com cerca de 300.000 habitantes, elevada taxa de analfabetismo de 75%, nas áreas rurais a rondar os 90%; uma taxa de natalidade de 2% por ano e uma taxa de mortalidade de 1,2%; ausência de água potável e condições sanitárias (disponível apenas nos centros urbanos) e dificuldades no acesso aos cuidados médicos por falta de pessoal especializado (médicos e enfermeiros).

Do ponto de vista econômico, essa mesma autora, afirma que "o quadro nacional encontrava-se marcado por uma economia de subsistência, com uma agricultura para consumo interno, fraca e dependente das chuvas; um setor pesqueiro ainda artesanal". Segundo ela "a taxa de desemprego afetava entre 60% e 75% da população ativa, o que aumentava o forte desejo da população de procurar novas oportunidades de vida no exterior".

Quanto à infraestrutura, "o setor dos transportes enfrentava sérias dificuldades", não havia "infraestruturas rodoviárias e marítimas, o que constituía um forte bloqueio ao desenvolvimento da indústria, turismo e comércio" (ANDRADE, 2002, apud, COSTA LEITE, 2004, p. 1).

Entre o período que marca a independência do país em 1975 até o atual momento, foram elaborados e implementados, oficialmente, VI Planos Nacionais de Desenvolvimento. Dois desses planos foram implementados durante o primeiro mandato do governo do Partido Africano de Independência de Cabo Verde – PAICV (1982 a 1990). Com a mudança partidária em 1991, mais dois Planos de Governo (1992 a 2000) foram implementados pelo Movimento Para a Democracia – MPD, o novo partido político. No segundo mandato do PAICV (2002 a 2010), foram implementados mais dois Panos de Governo.

Na próxima seção, são apresentadas as principais estratégias políticas adotadas no primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado e implementado pelo governo do PAICV.

4.2.1 Principais Estratégias de Desenvolvimento

As políticas estratégicas para desenvolvimento do Arquipélago, que são apresentadas nesta seção, referem-se ao primeiro mandato do governo do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), após a quebra das alianças política e administrativa com o país vizinho Guiné-Bissau.

Durante a apresentação e a análise das estratégias políticas são consideradas, principalmente, as questões relacionadas com o fenômeno do turismo no Arquipélago, pois o principal objetivo deste capítulo é identificar o período em que o turismo passa a ser visto como uma opção estratégica para o desenvolvimento do território nacional.

De acordo com Reis (2000, p.103), após a ruptura entre os dois países, o PAICV manteve-se no Governo como partido único até o ano de 1980. O primeiro Plano veio entrar

em vigor só a partir de 1982. Este estudo considerou apenas as políticas adotadas a partir desse período.

Com base nos argumentos encontrados nos trabalhos de Reis (2000) e Costa Leite (2004), foi construído o Quadro 2, que identifica as principais estratégias políticas adotadas pelo governo no 1° Plano Nacional de Desenvolvimento (1982-1985).

Quadro 2 – As principais estratégias políticas adotadas no PND (1982 – 1985)

Dimensões	**Foco das Políticas**
No âmbito "social"	✓ Ênfase na melhoria das condições de vida da população, e promoção da literatura e da educação para a saúde.

(continuação)

No âmbito "econômico"	✓ Criação das infraestruturas básicas, como transportes, abastecimento de água, eletricidade, telecomunicações e indústria, incentivo à prática da agricultura, visando criar as condições econômicas, entendidas como importantes para desenvolvimento da atividade econômica no Arquipélago.
No âmbito "político-administrativo"	✓ Eliminar as sequelas de dominação e exploração coloniais, o PAICV considerava a necessidade de destruir "as relações de produção anacrônicas, irracionais e injustas no campo e em outros setores" (PND 1982-1985, apud REIS, 2000, p.103). ✓ Ênfase nos princípios da Legalidade e Responsabilidade

Fonte: Elaborado a partir dos estudos de Reis (2000) e Costa Leite (2004).

Ao se analisar as políticas descritas no Quadro 2, nota-se que o contexto social, econômico e político, no período era crítico, e os desafios eram muitos. O papel

desempenhado pelo Estado, no que tange à elaboração e à implementação das políticas explicitadas no primeiro Plano, foram determinantes no processo de desenvolvimento do Arquipélago.

De acordo com Reis (2000, p.103), durante o primeiro mandato do PAICV, ao Estado era dado o papel centralizador na condução do desenvolvimento planejado, no controle dos investimentos públicos e na "[...] materialização do princípio constitucional da direção e planejamento estatal da economia nacional".

A maturidade política demonstrada pelos líderes do governo do PAICV, ao assumir alguns princípios da administração pública nas suas práticas de gestão, como a legalidade e responsabilidade, constitui uma das características emblemáticas do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento. Essas caracterísiticas se mantiveram em todos os outros Planos implementados.

Nesse primeiro período, os líderes políticos cabo-verdianos "partilhavam dos princípios socialistas, e defendiam uma economia estatizada e centralizadora, assim como os outros países recém independentes de Portugal" (REIS, 2000, p. 99).

Alguns motivos justificam a adoção desses princípios. Além dos recursos naturais, que eram poucos e precisavam ser bem administrados, as Ajudas Para o Desenvolvimento – APDs eram vistas como uma oportunidade para o desenvolvimento pelos líderes políticos do PAICV, daí a importância da adoção de um regime político socialista.

As Ajudas Para o Desenvolvimento contribuíram de forma substancial para o processo de desenvolvimento do Arquipélago, principalmente nos primeiros anos da independência, permitindo que o país começasse a colocar fim em vários problemas sociais, como a alimentação e a falta de infraestrutura, particularmente nas áreas da educação e da saúde.

Os apoios recebidos da Organização das Nações Unidas, por intermédio do Programa Alimentar Mundial – PAM, do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO, foram decisivos no processo da construção da sociedade cabo-verdiana.

Esses foram os aspectos mais marcantes do início do processo que sucede à independência da República.

A seguir, apresentam-se as principais estratégias políticas adotadas pelo governo do PAICV para o segundo mandato.

4.2.2 Principais Estratégias de Desenvolvimento

No segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, para os anos de 1986/1990, as atenções continuaram sendo voltadas para as três principais dimensões, apresentadas no Quadro 2. Seguia-se, assim, com as ações de reforço nas áreas sociais,. Por outro lado, o desenvolvimento da economia interna e externa também constituia um dos grandes objetivos do novo plano. O Quadro 3, apresentado abaixo, elaborado a partir dos estudos de Reis (2000) e Costa Leite (2004) descreve o foco das principais estratégias adotadas.

Quadro 3 – As principais estratégias políticas adotadas no PND (1986 – 1990).

Dimensões	**Foco das Políticas**
No âmbito "social"	✓ Ênfase na redução das disparidades regionais e sociais.

(continuação)

No âmbito "econômico"	✓ Usar a capacidade produtiva do setor industrial, em prol da satisfação das necessidades básicas da população; para promover o desenvolvimento da economia nacional; e contribuir para a resolução do emprego e para a redução do desequilíbrio externo, quer através da substituição de importações, quer através das exportações. ✓ Estimular à formação de sociedades mistas, através da constituição de *joint ventures* com empresas privadas nacionais ou estrangeiras; racionalização do setor através da criação de um quadro normativo que definisse as relações entre o Estado-acionista e as empresas públicas. ✓ Apoiar as Pequenas e Médias Empresas, a *produção popular* (setores informal e cooperativo), por se tratar de setores capazes de gerar emprego e renda, o que pode levar ao desenvolvimento do Arquipélago.
No âmbito "político-administrativo"	✓ Implementar reformas administrativas no sentido de uma liberalização gradual da economia, com medidas de apoio ao setor privado e financiamentos a pequenas unidades empresariais.

Fonte: Elaborado a partir dos estudos de Reis (2000) e Costa Leite (2004).

Como se pode observar, nas estratégias políticas delineadas no Quadro 3, o foco das políticas passou a ser mais direcionado para a dimensão econômica, denotando-se uma clara preocupação do governo em solucionar os problemas de desemprego, através da criação e promoção das Pequenas e Médias Empresas. Uma das razões que justificam tal interesse do então governo, eram as próprias pressões do novo partido político, que já se manifestava naquele período, inconformado com a gestão do PAICV.

Diante disso, para que as aspirações, principalmente no âmbito econômico, viessem a ser concretizadas, havia a necessidade de, não só colocar as questões econômicas como prioridade, mas também de uma mudança no âmbito político-administrativo. É nesse contexto que emerge o partido Movimento Para a Democracia – MPD.

Os líderes políticos do MPD, fortemente influenciados pelo "contexto internacional como fator dinamizador – queda do comunismo na URSS e abertura dos regimes na Europa do Leste, acompanhadas por pressões da comunidade internacional quanto ao respeito pelos princípios democráticos", começaram a pressionar o então governo, o PAICV, mostrando a necessidade de mudança, em particular a necessidade de liberalização da economia e da política. Como resultado, em setembro de 1990, ainda no mandato do governo do PAICV, houve a transição para um sistema político multipartidário. A Constituição foi alterada no sentido de permitir o multipartidarismo político, o que implicou as reformas legislativas

quanto à definição legal dos partidos políticos, entre outras mudanças (COSTA LEITE, 2004, p. 2).

O Estado, constituído essencialmente pelos poderes legislativo, executivo e judiciário, desempenha um papel importante em qualquer sociedade, e, para que esse poder venha a ser exercitado com equidade, transparência e inovações, entende-se que as mudanças político-partidárias são necessárias e de salutar importância para o desenvolvimento de qualquer município, estado ou país.

A mudança política na estrutura do governo cabo-verdiano em 1991, com a eleição do partido MPD, é considerada, neste estudo, como uma das mais importantes na história política de Cabo Verde. Serviu não só para consertar os erros e mudar de paradigmas ideológicos e de gestão, mas, sobretudo, para aprofundar os aspectos positivos das políticas que foram implementadas pelo governo antecessor. Esse assunto será retomado mais a frente.

Na vigência do II PND, "o setor público continuou a assumir um papel de especial importância no desenvolvimento de empreendimentos estratégicos para o país que exigiam a mobilização de meios financeiros que não estivessem ao alcance da iniciativa privada" (REIS, 2000, p.104).

O fato de o Estado ter assumido o compromisso na governança da nação cabo-verdiana, em particular na gestão dos recursos financeiros que entram no país através das ajudas externas, remessas dos emigrantes, resultou em um crescimento bastante significativo de alguns indicadores econômicos.

No período que data da independência da República até o início da década de 90, "verificou-se uma evolução muito positiva no crescimento econômico com o registro médio de 6% ao ano. A inflação diminuiu de 21% para 3,5%, entre 1983 e 1988" (ANDRADE, 2002, apud COSTA LEITE, 2004, p. 2).

Portanto, a partir dos anos 90, com alguns dados sinalizando para recuperações, tanto no âmbito social como econômico, o país passa a ser governado por um novo partido político, o MPD.

A conquista da democracia, por parte da sociedade cabo-verdiana, também constitui um dos marcos históricos importantes no processo de desenvolvimento do Arquipélago. A necessidade de adotar o regime democrático pode ser identificada no segundo Plano de governo, quando é apresentada, como estratégia, a ênfase na redução das disparidades regionais e sociais entre as ilhas (Vide Quadro 3). Um Estado democrático pressupõe os mesmos direitos para todos os cidadãos, maior liberdade de expressão, entre outros ganhos sociais.

A seguir, apresenta-se a segunda etapa do processo de desenvolvimento do Arquipélago, delineando as principais estratégias adotadas pelo novo governo democrata.

4.3 A DEMOCRACIA E A LIBERDADE ECONÔMICA (1991 a 2000)

Os primeiros anos em que o país passou a ser liderado pelo novo partido político, o Movimento Para Democracia, é considerado neste estudo como uma das épocas importantes do processo de desenvolvimento do Arquipélago, uma vez que é neste momento que o turismo é apresentado como uma das prioridades para desenvolver o Arquipélago.

A liberdade econômica constitui um dos aspetos marcantes nesse período, tendo em vista que, com a economia aberta, ficou mais fácil a entrada dos investimentos externos em Cabo Verde, nomeadamente em matéria do turismo.

Ao analisar a conjuntura da política internacional, correlacionando-a com o contexto político em Cabo Verde, e considerando essencialmente o período que marca a mudança partidária no país, Reis (2000, p.121) observa que:

> embora as dinâmicas sociais internas expliquem a passagem de um regime de partido único para a democracia, não se pode deixar de ter em conta o processo histórico que marcou a derrocada dos regimes socialistas do Leste Europeu, com a afirmação do neoliberalismo e da democracia liberal. [...] esses princípios tinham tido ressonância na burguesia comercial cabo-verdiana, em especial de setores do comércio importador e de setores intelectuais e confessionais que viam, na liberdade de associação e de participação política, um direito inalienável. Esta posição era partilhada por setores do PAICV, alguns dos quais viriam a protagonizar a criação de alternativas partidárias.

Acredita-se que esse pode ter sido um dos motivos que justificam o fato de o partido dos democratas, recém-eleito, ter estabelecido, no primeiro Plano de Gestão, os seguintes objetivos: permitir maior liberalização da economia e priorizar os investimentos externos, sendo esta uma das estratégias adotadas por vários países em desenvolvimento.

No primeiro governo do MPD, como se pode observar, as empresas que já sinalizavam a sua importância no governo antecessor, passam a ser vistas como oportunidades para alavancar a economia do Arquipélago. Segundo Reis (2000, p.121), o governo liderado por Carlos Veiga passou a "[...] adotar política de liberalização e a deslocar para a iniciativa

privada o papel que até aí fora desempenhado pelo Estado no domínio da atividade produtiva". O autor afirma que, nesse período,

> ao Estado competia essencialmente o exercício de tarefas de gestão macroeconômica, o desenvolvimento de um sistema adequado de ensino e formação profissional e o investimento no desenvolvimento dos recursos humanos e das infra-estruturas que contribuam para reduzir os custos, integrar os mercados e difundir a informação. (REIS, 2000, p. 122).

A terceirização de algumas funções do Estado para a iniciativa privada, constitui um dos aspectos muito discutidos na literatura sobre administração pública. Os governos têm buscado, cada vez mais, parcerias com as empresas privadas, visando mais eficiência e eficácia na prestação dos serviços à sociedade nas suas mais diversas áreas.

No que tange às parcerias estratégicas no âmbito de setores potenciais, ainda não explorados, acredita-se que é importante estabelecer "regras de jogo" que não permitam situações de monopólio, pois isso tem um elevado custo social e econômico. Tais custos, na maioria das vezes, recaem sobre a população, que são os consumidores ou usuários dos serviços públicos.

O primeiro mandato do Governo do MPD se caracteriza, também, por um período em que, no nível institucional, aconteceram várias mudanças. Costa Leite (2004, p.3) relata que o governo dos democratas realizou

> reformas no poder público central e local, transferindo competências no âmbito dos recursos humanos, materiais e financeiros, tais como a decisão sobre impostos locais, a aprovação de projetos de desenvolvimento locais e a supervisão de serviços públicos.

As reformas na Administração Pública são importantes, na medida em que isso mostra que algumas ações implementadas pelo governo antecessor não estavam dentro das linhas de interesses do novo governo.

A seguir, apresentam-se as estratégias adotadas na gestão do primeiro governo do partido democrático.

4.3.1 Principais Estratégias de Desenvolvimento

A seleção das principais estratégias políticas adotadas no PND (1992–1996) apresentadas no Quatro 4, foi elaborado com base nos estudos realizados por Reis (2000); Milan e Droulers (2002) e Costa Leite (2004).

Quadro 4 – As principais estratégias políticas adotadas no PND (1992 – 1996)

Dimensões	**Foco das Políticas**
No âmbito "social"	✓ Investir no desenvolvimento humano, na saúde, na educação, nutrição e proteção ambiental.
No âmbito "econômico"	✓ Desenvolvimento do mercado interno e promoção das exportações. ✓ Dar maior importância às infraestruturas que tem também por finalidade a prestação de serviço geral ou especializado a turistas. ✓ Criar condições e adotar medidas no sentido de evitar que a frequência, o preço e a qualidade do serviço funcionem como elementos de inibição do desenvolvimento do turismo. ✓ "Maior liberalização da economia e redução da pobreza e desemprego, descentralização do desenvolvimento econômico, privatização das empresas públicas, redução do déficit orçamentário em relação ao PIB, estabilidade de preços e equilíbrio do comércio externo" (ANDRADE, 2002, apud COSTA LEITE, 2004).
No âmbito "político-administrativo"	✓ Criação de "sociedades de desenvolvimento de zonas de desenvolvimento turístico, com as quais o Estado poderia assinar convenções de estabelecimento, contratos de concessão ou outra forma de contrato com a finalidade de: efetuar trabalhos de estudo, planejamento e desenvolvimento de infra-estruturas das referidas zonas; promover o investimento e as ZDTI enquanto destinos turísticos; assegurar a gestão das ZDTI (como no caso da Boavista)." (MILAN; DROULERS, 2002, p. 11). ✓ Para criar as sociedades, o Governo estabelece como estratégia, dar prioridade aos investidores estrangeiros, as empresas imobiliárias, as instituições financeiras, os gabinetes especializados de estudos, os municípios e o Estado, considerados parceiros importantes para o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde.

Fonte: Elaborado a partir dos estudos de Reis (2000), Milan e Droulers (2002) e Costa Leite (2004).

Como foi mencionado no início desta seção, o período que marca a primeira gestão do então governo é considerado, neste estudo, como uma época importante, tendo em conta, que é nesse período que emerge o turismo como uma das prioridades do Governo.

De fato, o turismo pode ser um dos setores que, bem coordenado, pode levar ao desenvolvimento do Arquipélago africano, assim como tem sido com vários outros países. As características peculiares do Arquipélago e do povo que nele habita, constituem um dos

motivos que explica o porquê do turismo como prioridade. Entretanto, é de salientar, que enxergar o turismo apenas como uma oportunidade de angariar recursos financeiros, sem atentar pelos impactos negativos que ele pode causar no social, no econômico e no meio ambiente, pode implicar em consequências nefastas para a comunidade do destino.

A partir das medidas adotadas nesse período, o país começou a experimentar avanços significativos em termos econômicos, principalmente em matéria do turismo. As políticas adotadas nesse período começaram a ter as suas repercussões de forma mais efetiva, a partir do ano 2000, com a mudança do governo. Esse assunto é discutido de forma mais aprofundado na terceira etapa desta parte.

Um dos indicadores que pode demonstrar a importância do setor do turismo para economia cabo-verdiana é o Produto Interno Bruto – PIB. Em 1995, no início do então governo, o turismo representava 2,0 % na estrutura do PIB, já em 2008, ele chega a representar 21,6% no PIB (Vide a Tabela 5).

Tabela 5 – Participação do Turismo no PIB (em %).

1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
2,0%	7,3%	9,4%	9,4%	10,1%	11,17%	12,0%	18,4%	21,9%	21,6%	18,0%

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco de Cabo Verde (RELATÓRIOS ANUAIS, 1999, 2002, 2006, 2009).

Esse indicador é importante, uma vez que permite mensurar as riquezas geradas pelo turismo. Dessa forma, fica fácil mensurar o crescimento deste setor do ponto de vista econômico. O turismo que hoje ocupa uma posição de destaque no PIB em Cabo Verde pode contribuir de forma estratégica na construção de territórios, outrora sem nenhuma perspectiva de desenvolvimento. Entretanto, considera-se de fundamental importância o controle dos investimentos nesse setor, por parte das agências governamentais que regulam essa atividade econômica, evitando assim os aspetos contrários a esse fenômeno.

A seguir, apresentam-se as principais estratégias adotadas pelo governo do MPD para o segundo período do mandato do partido.

4.3.2 Principais Estratégias de Desenvolvimento

O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1997/2000), implementado pelo Governo democrata reeleito em 1996 com a maioria absoluta, continua a demonstrar preocupação com o bom andamento da economia. A política econômica nesse período traduzia-se na ideia de que integrar o país ao sistema econômico resultaria em benefícios que contribuiriam para o desenvolvimento do Arquipélago. O Quadro 5, a seguir, elaborado com base nos estudos feitos por Reis (2000), Costa Leite (2004) e Cabral (2005), apresentam as principais estratégias adotadas então.

Quadro 5 – As principais estratégias políticas adotadas no PND

Dimensões	**Foco das Políticas**
No âmbito "econômico"	✓ "Inserção dinâmica no sistema econômico mundial", o que implicava 1) uma clara orientação para o mercado externo; 2) a necessidade do desenvolvimento do mercado, do setor privado e dos recursos humanos; 3) aproveitamento e criação das condições necessárias para atrair o investimento direto estrangeiro e encontrar uma parceria estratégica para o desenvolvimento do país" (CABRAL, 2005, p.101). ✓ "Apoiar as PME e as indústrias nascentes; o desenvolvimento das zonas industriais; a atração do investimento externo; a valorização dos recursos locais para a indústria; o reforço e a coordenação entre as instituições de apoio" ao tecido empresarial "(REIS, 2000, p.122). ✓ Aproveitar "as vantagens de competitividade que ainda decorrem da posição geoeconômica de Cabo Verde, das potencialidades do seu elemento humano, do acesso preferencial aos mercados europeu, americano e africano e da estabilidade do país" (REIS, 2000, p.124)
No âmbito "político-administrativo"	✓Reforçar "os processos de descentralização, privatização e liberalização, por meio de reformas do sistema financeiro, judicial e parlamentar" (COSTA LEITE, 2004, p. 3).

Fonte: Elaborado a partir dos estudos de Reis (2000); Costa Leite (2004); Cabral (2005).

Uma das estratégias importantes adotadas nessa segunda gestão do partido democrata são as políticas que consideram a posição geoestratégica do país como uma vantagem competitiva, o que exige uma boa gestão macroeconômica.

A localização geoestratégica de Cabo Verde vem ganhando, cada vez mais, espaço no cenário internacional e regional. Além dos vários navios cruzeiros e cargueiros que cruzam o Oceano Atlântico anualmente, fazendo escala no país antes de chegar aos destinos, Cabo Verde vem sediando várias reuniões envolvendo Organismos Internacionais e governos de países que fazem parte da sua esfera regional, como a África Ocidental.

Além das reuniões que normalmente são realizadas em Cabo Verde, o país vem-se tornando, também, local ideal para instalação de organizações voltadas para o espaço regional do qual o Cabo Verde faz parte. A título de exemplo, pode-se citar o Centro Regional destinado a ajudar ao desenvolvimento de energias renováveis na África Ocidental, uma organização fundada pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial – UNIDO.

A iniciativa de integrar Cabo Verde na economia mundial, e a implementação de políticas de caráter liberal, foram decisivas no processo de desenvolvimento do Arquipélago, pois, depois da adoção e implementação dessas duas estratégias, tem sido bastante significativo o número de investimentos estrangeiros direcionados ao Arquipélago.

Segundo a DGDT (2004, apud, CABRAL, 2005, p.180), "a maior parte dos investimentos realizados nos últimos dez anos no setor do turismo foram promovidos por estrangeiros. A iniciativa nacional isolada, ou em parceria com investidores externos, é fraca". De 2005 a 2009, os investimentos oriundos de estrangeiros continuaram a liderar a lista. Os números em termos de IDE passaram a ser mais representativos a partir dos finais dos anos 90, até o final da década de 2000, registrando seu crescimento máximo em 2008 (Vide a Tabela 6).

Tabela 6 – Balança de Pagamentos (em milhões de escudos caboverdianos[5])

	2005	2006	2007	2008	2009*
Conta Corrente	-3,6	-7,2	-15,8	-15,1	-12,3
Conta de Capital e Financeira	3,5	8	15,6	23,5	19,1
Investimento Direto Estrangeiro	7,2	11,5	15,3	15,7	9,5

Fonte: Adaptado do BCV (2010).
*Dados Provisórios

[5] Escudos, é o nome da moeda nacional caboverdiana.

Um dos fatores que justificam tal crescimento são as políticas adotadas pelo governo do MPD, e reforçadas pelo PAICV, a partir da reeleição do Partido Africano Para a Independência de Cabo Verde em 2001.

É através das políticas macroeconômicas implementadas pelos dois governos que Cabo Verde se foi integrando à economia global. Esta estratégia teve seu impacto positivo na economia do Arquipélago, não só em termos de investimentos gerados, mas, sobretudo, por ter permitido maior disseminação dos aspectos culturais cabo-verdianos, em especial a música, representada pelos ícones da música cabo-verdiana, Cesária Evora, Tito Paris, Bana, Ildo Lobo, entre outros "imortais". Esses cantores desempenharam um papel importante na construção da identidade cultural do povo cabo-verdiano e na divulgação da cultura cabo-verdiana na diáspora, o que resultou em um número bastante significativo de turistas que visitam o Arquipélago querendo conhecer os costumes e tradições da comunidade local.

A cultura cabo-verdiana é vista, neste estudo, como um patrimônio que pode ser traduzido em vários produtos turísticos, somando-se, assim, aos produtos como os monumentos arquitetônicos e aos atrativos naturais, que recentemente vêm sendo mais explorados.

A seguir, apresenta-se a terceira etapa do processo de desenvolvimento do Arquipélago de Cabo Verde.

4.4. DA LIBERDADE ECONÔMICA, A MODERNIDADE (2000 a 2010).

As políticas voltadas para a liberdade econômica e a integração de Cabo Verde na economia mundial começaram a apresentar resultados efetivos durante a década de 2000. De fato, as estratégias têm possibilitado ao país, atrair grandes investimentos em matéria de turismo, e também estabelecer parcerias para a atração de recursos em grande junto aos Organismos Internacionais de fomento ao desenvolvimento. As ações executadas, fruto das relações bilaterais, contribuíram de forma substancial para transição de Cabo Verde do grupo dos países pobres para países de rendimento médio.

Inicialmente, a Europa, em particular Portugal, tem sido um dos principais parceiros de Cabo Verde, do ponto de vista econômico. Entre os bons exemplos das relações entre os

dois países, pode-se citar o Acordo de Cooperação Cambial (ACC). Estêvão (2000, p. 14) afirma que:

> muito embora seja um acordo de incidência cambial, tem um impacto considerável sobre o funcionamento da economia cabo-verdiana, quer pela sua influência sobre a gestão macroeconômica do país, quer pelos seus efeitos de aprofundamento das relações econômicas e financeiras com Portugal.

Esse acordo entre os dois países é considerado importante, principalmente do ponto de vista das importações de Cabo Verde. A partir do momento em que a moeda cabo-verdiana passa a ter o mesmo valor de troca no mercado português, de onde anualmente é importado cerca de 50% de tudo que é comercializado em Cabo Verde, tem-se um impacto direto na estabilização comercial. Além disso, do ponto de vista do turismo, isso tende a dinamizar ainda mais a economia nacional, visto que a maioria dos países emissores de turistas para Cabo Verde são europeus, e uma boa parte destes compartilha a mesma moeda.

As parcerias no âmbito do continente europeu, em particular a região ocidental da Europa, que inclui Portugal, são vistas por Neves (2002, p.5) como incontornáveis. Segundo ele:

> em termos de emigração, de comércio, de investimentos, de fluxos turísticos e de oportunidades, Cabo Verde encontra-se numa forte relação com a Europa, pelo que o futuro do país não pode ser equacionado sem se ter em conta esta realidade que, no caso cabo-verdiano, extravasa a importância política e econômica que por todos é reconhecida à Europa.

Além de Portugal, nos últimos dez anos, Cabo Verde tem estabelecido parcerias estratégicas com a Espanha (em especial, as Ilhas Canárias), países da África Ocidental, da América Latina, particularmente o Brasil, visando sempre à promoção do desenvolvimento das ilhas do Arquipélago.

No tocante aos serviços, que incluem também os de natureza turística, nota-se um crescimento bastante significativo, chegando a cerca de 60% do PIB em 2008. Para Estevão, (2004, p.2), "os serviços constituíram sempre um importante elemento de integração internacional do Arquipélago, ainda que a dimensão dos seus ganhos seja relativamente limitada na longa duração". Esse autor enumera vários fatores que contribuíram para que o setor de serviços se destacasse em Cabo Verde. Segundo ele:

> a vocação dos serviços emergiu com o desenvolvimento da navegação a vapor e com a importância que, então, tinha a localização geográfica de Cabo Verde no cruzamento das rotas do Atlântico. Ela prosseguiu, mais tarde, com o Aeroporto do Sal, baseado também na importância da localização geográfica do Arquipélago e nas condições naturais da ilha. O autor afirma que os serviços permitiram uma fonte permanente de ganhos em divisas, de receitas tributárias e de efeitos positivos sobre o resto da economia local (2004, p.2).

Dentre outros fatores, a construção do Aeroporto na ilha do Sal, é considerado central para o turismo internacional. O fato de o primeiro Aeroporto Internacional ter sido construído na ilha do Sal influenciou fortemente no processo de desenvolvimento dessa ilha. Hoje, essa ilha dispõe de variada infraestrutura com os mesmos padrões de qualidade dos países de primeiro mundo, uma realidade que não poder ser comparada com as outras ilhas.

Maia e Borges (2006, p.26), ao analisar o caso de Cabo Verde, do ponto de vista da infraestrutura aeroportuária, observam que "os aeroportos representam uma peça fundamental para o desenvolvimento do turismo no país, pela sua própria constituição enquanto Arquipélago".

A construção dos aeroportos facilita a integração entre as ilhas, ainda que os custos sejam altos, e leva também ao surgimento de novos serviços nas regiões onde são instalados, como salienta Estêvão (2004).

Acredita-se que este é um dos motivos que justifica o fato de o Governo de PAICV ter investido pesadamente nas reformas e construções de novos aeroportos. O Arquipélago conta hoje com 4 aeroportos internacionais operando normalmente, e outro em fase de construção, além de vários aeroportos de pequeno porte.

Ainda no que tange aos aeroportos, Palhares (2001, apud MAIA; BORGES, 2006, p. 26) afirma que:

> os aeroportos, além de funcionarem como uma das principais infra-estruturas provedoras da acessibilidade entre as sociedades modernas possuem papel cada vez mais relevante no desenvolvimento das economias locais, regionais e nacionais.

De fato, as infraestruturas de um modo geral desempenham um papel importante no desenvolvimento de um país. As discussões sobre infraestruturas serão retomadas na segunda parte desta seção, ao analisar o 6º Plano do Governo cabo-verdiano. A seguir, apresentam-se as estratégias adotadas para o Primeiro mandato do governo do PAICV, após o partido ser

eleito pela terceira vez, em 2001, com a maioria absoluta. O Quadro 6, abaixo, foi elaborado com base nas informações encontradas no PND (2001/2005).

4.4.1 Principais Estratégias de Desenvolvimento

Analisando o Plano de Governo para os anos de 2001 a 2005 (Vide Quadro 6), observa-se que houve uma certa maturidade política por parte do Partido Africano Para Independência de Cabo Verde, quando demonstrou interesse em dar continuidade as ações implementadas pelo governo anterior, em particular no taocante as ações implementadas no setor do turismo.

Observa-se que o Plano Nacional de Desenvolvimento (2001 – 2005), já propõe a ideia de criar um Plano específico para o setor do turismo, desenhando um novo olhar para o Arquipélago[6]. O turismo, por outro lado, passa a ser pensado na perspectiva sustentável, dentro de um processo que abrange as dimensões econômica, social, histórica, cultural e ambiental, numa visão que vai de encontro ao entendimento assumido neste estudo.

Quadro 6 – As principais estratégias políticas adotadas no PND (2001– 2005)

Dimensões	**Foco das Políticas**
No âmbito "social"	✓ Ênfase na promoção e respeito aos direitos de liberdade e de igualdade dos cidadãos, na perspectiva de uma cidadania plena e em sintonia com a modernidade.
No âmbito "econômico"	✓ Implementar políticas econômicas, com objetivo fim de melhorar as condições de vida dos cabo-verdianos. ✓ Dar maior espaço para participação aos parceiros que representam a sociedade e parceiros externos, no processo de elaboração e implementação das políticas econômicas. ✓ Garantir a estabilidade macroeconômica, entendida como essencial para o rápido crescimento da economia e, por conseguinte, para a significativa melhoria do nível de bem-estar dos cabo-verdianos e para a luta contra a pobreza e a exclusão social. ✓ Promover um desenvolvimento sustentável e responsável do turismo, através da planificação, coordenação e harmonização de políticas transversais, tendo em conta a necessidade de compatibilizar a preservação do ambiente e do patrimônio histórico e cultural nacional, a gestão dos recursos primários e o ordenamento do território, de modo a garantir um crescimento sustentado do setor da economia capaz de satisfazer as necessidades das gerações presentes e futuras.

[6] Essa discussão será retomada no Capítulo 7.

(continuação)

No âmbito "político-administrativo"	✓ Do ponto de vista da política interna, as prioridades eram reformar e modernizar a Administração Pública, designadamente: colocando-a o tempo inteiro dentro dos parâmetros da legalidade e do interesse comum; racionalizando a utilização de bens e recursos públicos; reabilitando a imagem e o papel do serviço público, implementando mecanismos de rigor e controle; promover os critérios da imparcialidade e do mérito no desenvolvimento e estabilidade profissionais dos agentes; dar continuidade ao programa de privatizações acordado com os parceiros do desenvolvimento de Cabo Verde respeitando os compromissos assumidos pelo Estado. ✓ Maior rigor e transparência na gestão pública, visando salvaguardar os interesses nacionais, melhorar o conteúdo estratégico das privatizações, com o objetivo de dinamizar e modernizar a economia local, através do aumento da concorrência e da competitividade global do país, bem como no reforço do empresariado nacional. ✓ Do ponto de vista da Política Externa, nesse período, o foco era relacionar-se com todos os Estados na base do respeito mútuo e reciprocidade de interesses entre os países. ✓ Assegurar as parcerias estratégicas em nível internacional e regional, como, por exemplo, as parcerias e participação nos fóruns realizados pela ONU e os organismos do seu sistema, a OUA, CEDEAO, PALOP, CPLP, visando a afirmação de Cabo Verde na cena internacional; Procurar aderir Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio;

Fonte: Elaborado a partir do PND (2001– 2005).

No início do ano 2001, o país enfrentava ainda vários problemas estruturais, particularmente na área de transportes. A infraestrutura aeroportuária, apontada na seção anterior, pode ser considerada um dos avanços, ainda que os problemas no nível dos transportes como um todo não estivessem totalmente solucionados.

A busca pela construção de um país moderno, de fato, vem-se tornando cada vez mais perceptível, a despeito de ainda existirem vários problemas estruturais, como a falta de água, energia e carência de diversas infrastruturas em algumas ilhas.

Nos últimos dez anos, o governo de Cabo Verde, por duas vezes consecutivas foi contemplando com 110 milhões de dólares, em 2004, recebidos da Agência Independente dos Estados Unidos da América (Millennium Challenge Corporation – MCC), que tem como objetivo principal ajudar no combate à pobreza em nível global. Em 2010, voltou a ser contemplado, mesmo já não fazendo parte do grupo dos países pobres.

Com esses recursos, sobretudo nas ilhas de maior demanda turística (Sal, Boavista, São Vicente e São Tigo), obras voltadas para modernização e construção de novos aeroportos, extensão de rodovias integradoras, reforma e extensão dos portos, construção de infraestruturas básicas de saúde, vêm sendo executadas com maior freqüência.

A seguir, apresentam-se as principais estratégias políticas adotadas pelo Governo do PAICV, para o seu quarto mandato após a Independência de Cabo Verde.

4.4.2 Principais Estratégias de Desenvolvimento

Como pode ser observado no Quadro 7, a seguir, o foco no capital humano explicitado no primeiro PND (1982 – 1985), volta a ser enfatizado no último (2006 – 2011), quando se apresenta a formação profissional como uma das principais estratégias para modernizar e transformar a Administração Pública e, consequentemente, promover o desenvolvimeto do Arquipélago.

De fato a formação e a capacitação dos profissionais vêm apresentando resultados bastante positivos na sociedade cabo-verdiana. Ao longo das três últimas décadas após a independência, muitos estudantes tiveram que sair do país para estudar em Portugal, Brasil, Cuba, China, etc. Ainda que essa tendência se mantenha, pelo menos em algumas áreas, percebe-se que hoje não há tanta necessidade de se sair à procura de conhecimento fora do país. No início dos anos 2000, o país contava apenas com uma Universidade Privada, a Jean Piaget, e duas Instituições públicas de ensino superior, o Instituto Superior de Educação – ISE, na ilha Praia, e o Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar – ISECMAR, em São Vicente.

Quadro 7 – As principais estratégias políticas adotadas no PND (2006 – 2011)

Dimensões	**Foco das Políticas**
No âmbito "social"	✓ A formação e a qualificação profissional dos recursos humanos são vistas como um eixo estratégico de modernização e transformação da Administração Pública. ✓ Desenvolver um modelo de governança capaz de promover serviços públicos de alta qualidade para os cidadãos/clientes, tendo como princípio norteador dessas estratégias: (i) Desburocratização/simplificação administrativa; (ii) Descentralização; (iii) Transparência; (iv) Responsabilização; (v) Ética; (vi) Profissionalismo; (vii) Competitividade.
No âmbito "econômico"	✓ Desenvolver um modelo de governança capaz de promover serviços públicos de alta qualidade para as empresas, tendo como princípio norteador dessas estratégias: (i) Desburocratização/simplificação administrativa; (ii) Descentralização; (iii) Transparência; (iv) Responsabilização; (v) Ética; (vi) Profissionalismo; (vii) Competitividade;

(continuação)

No âmbito "Político Administrativo"	✓ Modernização e transformação da Administração Pública, através da utilização intensiva das Novas Tecnologias em todas as esferas do governo, "de forma a estimular a mudança de cultura organizacional e a construção de uma Administração Pública flexível e conectada" (PND, p. 401). ✓ Estimular a participação da Sociedade Civil no processo decisório, de forma a possibilitar um maior controle social das ações do Governo e estimulando assim uma maior legitimidade da ação estatal. Ênfase em maior transparência, maior controle e avaliação das ações nos diversos setores da administração pública.

Fonte: Elaborado a partir do PND (2006/2011).

Atualmente, o país conta com 9 universidades, oferecendo cursos em diversas áreas de conhecimento, o que reflete de certa forma o impacto das políticas voltadas para o capital humano explicitadas tanto no primeiro quanto no último Plano de Gestão.

A busca pela modernidade continua presente no último Plano de Governo analisado neste capítulo. De acordo com as informações apresentadas na Dimensão Político-administrativa (Vide o Quadro 7), nota-se o interesse em fazer o país acompanhar as mudanças globais no nível das tecnologias de informação e comunicação.

Essa foi uma das estratégias que se soma a várias outras que apresentaram implicações positivas na construção da sociedade cabo-verdiana. A título de exemplo, pode-se citar a constituição da Casa do Cidadão. Entidade pública que vem prestando serviços de alto valor agregado à população e às empresas. As tecnologias de informação vêm sendo fortemente utilizadas por essa instituição e por diversas outras que compõem a esfera do governo. Neste sentido, verificam-se parcerias importantes com iniciativas privadas, como é o caso das parcerias estabelecidas entre o governo e o Banco Africano de Desenvolvimento – BAD, que vem ajudando o processo de modernização do país, através de apoio aos projetos que visam a melhoria nas estratégias governamentais, como reorganização do serviço público através de reformas institucionais e fiscais (BAD, 2009).

A burocratização delineada como um dos objetivos estratégicos do Plano (2006-2011) configurou-se ao longo de décadas como uma das características emblemáticas no que tange à prestação dos serviços públicos em Cabo Verde. Com o surgimento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, ampliaram-se em muito as facilidades para prestar certos tipos de serviços a população. Ainda no que tange às Tecnologias de Informação, considera-se

importante citar que praticamente todas as principais praças do Arquipélago passaram de praças tradicionais a praças digitais. Assim, é comum encontrar estudantes de diferentes níveis de escolaridade, profissionais e, inclusive, turistas navegando na Internet em praças públicas a qualquer horário do dia. Da mesma forma, a Internet é disponibilizada para o público de um modo geral nos principais aeroportos do país.

A estratégia de modernizar o país encontra-se na sua fase inicial. Acredita-se que, no longo prazo, será possível atingir os objetivos dos programas que vêm sendo implementados, referentes às políticas de modernização, desde que estes venham a ser colocados em prática de forma efetiva.

Ainda, no tocante à política de modernização do Arquipélago, considerado um dos grandes objetivos do Plano (2006/2011), é importante relatar que recentemente o Governo, em parceria com uma empresa privada (FAST FERRY), adquiriu dois navios, apropriados para o mar de Cabo Verde, e com boas condições em termos de qualidade, conforto e velocidade. Com esses navios, batizados de Criola e Liberdade, espera-se resolver os problemas de ligação entre as ilhas, que constituem um dos principais gargalos econômicos no país. O navio Criola já se encontra em operação desde o mês de janeiro de 2011, atendendo às ilhas da região do Sotavento (Santiago, Fogo, Brava e Maio), e o Liberdade, que ainda falta chegar, irá atender à região do Baralavento, composta pelas ilhas Sal, Boavista, São Vicente, Santo Antão e São Nicolau.

Acredita-se que essa iniciativa é importante, tendo em vista que, além de beneficiar as comunidades locais, facilitando a deslocação e a ligação entre as ilhas, essas embarcações podem ser utilizadas para serviços turísticos, principalmente na região do Barlavento, onde a circulação dos turistas é notavelmente maior.

Dessa forma, termina a análise da terceira etapa do processo de desenvolvimento de Cabo Verde. Todavia, acredita-se ser importante registrar que a finalidade deste estudo é meramente acadêmica e científica, e que, por trás dos argumentos aqui apresentados, não existe nenhum viés político ou partidário. Neste estudo, entende-se que as estratégias adotadas e implementadas pelos governos, em particular os do PAICV e MPD, foram fulcrais no processo de desenvolvimento do Arquipélago, o que leva a argumentar que o tratamento isolado desse processo, do ponto de vista político-partidário, pode levar a conclusões equivocadas.

A seguir, é feita uma breve discussão sobre a natureza e a consistência do turismo cabo-verdiano.

4.6 TURISMO CABO-VERDIANO: ORIGEM E CONSISTÊNCIA

A partir das análises históricas feitas com base em autores que analisam o processo de desenvolvimento do Arquipélago, e da análise dos últimos Planos de Governo implementados em Cabo Verde, acredita-se ter sido possível evidenciar o período em que o turismo emerge como um vetor de desenvolvimento.

A gênese do turismo como vetor do desenvolvimento em Cabo Verde pode ser identificada no início dos anos 90, ainda que a vocação pela economia de serviços antecipe a data desse processo. Todavia, não se pode afirmar com precisão o ano ou o mês em que ocorreu o surgimento das primeiras ações em termos de investimentos relacionados ao setor do turismo.

A despeito de os estudos realizados nos países vizinhos apresentarem o turismo como uma oportunidade para desenvolvimento, em Cabo Verde, por razões políticas e pelas necessidades que o país apresentava no período da Independência, pelo menos nas primeiras décadas o turismo não constituía uma prioridade. Dessa forma, acredita-se que seja este o motivo pelo qual, nos dois primeiros Planos de Desenvolvimento o turismo não foi apresentado como uma prioridade.

É a partir dos anos 90, que o turismo aparece no Primeiro Plano de Governo. É também nesse momento que o turismo começa a apresentar resultados através de uma participação no PIB, como foi apontado inicialmente (Vide o Quadro 5).

Ao observar os resultados e o potencial de crescimento desse setor, o governo estabelece o turismo como o principal motor de desenvolvimento do Arquipélago, na década de 2000, mais precisamente em 2006, quando afirma que o turismo continuará sendo considerado "como o motor principal da economia". A proposta é era de que, a partir dessa data, seriam "identificadas e implementadas políticas acertadas que respondam com melhor eficácia aos problemas e dêem resposta aos novos desafios impostos pela modificação na situação do mercado [...]" (PND, 2006 a 2011, p. 364, I SÉRIE).

O turismo cabo-verdiano consistiu ao longo da sua história como um produto de sol/praia. O primeiro Plano Turístico (2010/2013) oficialmente publicado, elaborado pelo governo com o intuito de atender às necessidades deste setor, considerou bastante a necessidade de criar novos produtos turísticos. Já se fala na existência de potencialidades e espaços para o desenvolvimento de outros produtos, notadamente o turismo cultural, o turismo no espaço rural, as atividades direcionadas para os filhos dos emigrantes cabo-

verdianos da imensa diáspora, o turismo ecológico, etc. Estudos realizados por Milani e Droulers (2002) e Cabral (2005) caracterizam Cabo Verde como um destino onde o setor turístico está aquém do potencial nacional.

No cenário mais recente, o setor tem sinalizado uma forte vocação para o turismo de segunda residência. Muitos turistas internacionais e investidores vêm procurando Cabo-Verde para construção de segundas residências fora do país de origem.

Grande parte dos empreendimentos resultantes de investimentos estrangeiros está localizada nas ilhas Sal e Boavista, onde concentram a maior extensão da área litoral cabo-verdiana. As ilhas onde estão localizadas as praias são as mais procuradas.

Neste sentido, Cabral (2005, p. 144) argumenta;

> pelo fato de essas ilhas disporem de um ativo importante, a praia, como a de Santa Maria, elas têm atraído significativos investimentos privados nacionais e estrangeiros, que, nesta última década (2000) fazem suas apostas, essencialmente, no produto 'sol e mar', no "pacote turístico" (transportes, alojamento, restauração e outros serviços) pago fora de Cabo Verde, com a importação de quase todos os produtos que estão à venda nos hotéis e com o aproveitamento dos incentivos e isenções que o Estado concede.

De fato, sol e praia constituem o principal produto turístico cabo-verdiano oferecido no mercado turístico internacional. Em outras palavras, este produto explica, em grande medida, a natureza da demanda turística em Cabo Verde.

Diante do exposto, termina-se o Capítulo 4, que teve como objetivo principal analisar o processo de desenvolvimento no Arquipélago de Cabo Verde, visando identificar o período em que o turismo passa a ser considerado como um vetor do desenvolvimento.

Ao finalizar este capítulo, está-se também cumprindo um dos objetivos específicos importantes desta pesquisa, isto é, o de "*descrever o trajeto histórico e conceitual do processo de desenvolvimento no Arquipélago, visando identificar em que período o turismo passou a ser considerando como um vetor do desenvolvimento nas estratégias políticas governamentais adotadas.*"

No próximo capítulo, apresentam-se as estratégias metodológicas adotadas para abordagem da problemática do setor do turismo em Cabo Verde.

METODOLOGIA

O objetivo deste capítulo é apresentar os procedimentos metodológicos que foram utilizados para atender aos objetivos desta pesquisa e responder à questão de partida "**o desenvolvimento do setor do turismo no arquipélago cabo-verdiano processou-se de forma sustentável no decorrer dos anos de 2000 a 2010?**

5.1 Quanto ao Método

Esta pesquisa está amparada no método dedutivo. Segundo Gil (1999, p. 27) é o método que parte de idéias mais gerais e amplas para chegar aos aspectos mais particulares da realidade estudada. A partir dos princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis é possível chegar às conclusões de maneira puramente formal utilizando esse método, em virtude unicamente de sua lógica. O conceito de sustentabilidade bem como os princípios que norteiam o desenvolvimento do turismo sustentável têm sido um dos temas mais discutidos atualmente no campo do turismo. Esse fato tem levado paulatinamente a sistematização e ao teste deste conceito e das suas dimensões e, consequentemente, à consolidação do conhecimento produzido nesta área do conhecimento.

O conceito de sustentabilidade turística vem sendo largamente divulgado não só pelos Organismos Internacionais com competências na área do turismo, mas também pelas empresas e instituições governamentais no nível regional e local em vários países, e que frequentemente vêm adotando os princípios de sustentabilidade nas suas políticas de gestão. Isto torna indiscutível o seu reconhecimento nacional como internacional. Muitas são as pesquisas de carácter científico ao redor do mundo que se apropriam desse conceito para

estudos de casos de naturezas distintas. O presente estudo inclui-se nesse grupo ao buscar compreender o processo de desenvovimento do turismo em Cabo Verde à luz do conceito de sustentabilidade.

Após uma revisão da literatura sobre a temática do processo de **desenvolvimento** (a forma como ocorre) particularmente na área do turismo, foi desenhado um **Modelo de Análise** que orientou a pesquisa. Sistematizou-se inicialmente o conceito de "processo de desenvolvimento turístico" na perspectiva sustentável descrevendo as dimensões que o constituem, bem como os indicadores que ajudaram a compreender as análises elaboradas nesta pesqusia (Vide a Figura 5).

Segundo Quivy e Campenhoudt (1998, p. 150) "[...] modelo de análise é o prolongamento natural da problemática, articulando de forma operacional os marcos e as pistas que serão finalmente retidos para orientar o trabalho de observação e de análise [...]".

INSERIR O MODELO DE ANÁLISE NESTA PÁGINA

O Modelo de Análise apresentado acima foi elaborado a partir de das idéias apresentadas por Mariné (2001), Milani e Droulers (2002), Prado et. al (2004), Álvares e Carsalade (2005), Bursztyn (2005), Irving (2005), Ko (2005), Omt, (2005), Almeida e Abranja (2009), Beni (2006); Cabral (2006), Moniz (2006), Sousa (2006), Delamaro et al. (2007), Farsari et al. (2007), Brito e Melo (2008), Cordeiro (2008), Dinica (2008), Hanai e Espíndola (2008), Silva (2008), Bartholo et. al. (2009), Moura e Garcia (2009), Nunes (2009), Santos e Teixeira (2009), Cordeiro et al. (2010) e Hall (2010). Além disto foram enriquecidos com informações de outros documentos que abordam turismo, e seu desenvolvimento em ilhas turísticas.

O turismo analisado na prespectiva da sustentabilidade apresenta algumas dimenõses (Vide a Figura 5) que vão além da dimensão econômica que é mais discutida nos estudos sobre o desenvolvimento do turismo. Neste estudo, como foi mencionado no Capítulo 1, o objetivo foi analisar quatro das dimensões do conceito de sustentabilidade turística apresentadas na figura supracitada.

Além destes indicadores apresentados no Modelo da Análise, foi usado também como parâmetro o atual Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde (PEDT) para compreender a realidade da atividade turística. Este é considerado um dos documentos importantes para compreensão do processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, que é o objeto de estudo desta pesquisa. É nessa ferramenta de gestão que estão explicitadas as políticas elaboradas e implementadas com objetivo de promover o turismo no Arquipélago.

5.2 Características da Pesquisa

Esta pesquisa tem caráter exploratório descritivo e explicativo. Segundo Gil (1999):

> [...] um estudo é geralmente considerado de natureza *exploratória* quando envolve levantamento bibliográfico, documental e entrevistas [...]. Além disso, as [...] pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato (GIL, 1999, p. 43).

As estratégias metodológicas propostas por esse autor foram usadas e permitiram conhecer um pouco mais sobre a realidade turística neste destino viabilizando a compreensão do processo de desenvolvimento do turismo no arquipélago. Por outro lado, esta pesquisa é

considerada também exploratória porque, embora os números tenham sinalizado para um crescimento contínuo do segmento turístico cabo-verdiano, não verificou-se a existência de estudos que abordem de maneira aprofundada os efeitos do fenômeno do turismo no Arquipélago. É para esta lacuna que a presente pesquisa pretende orientar-se (VERGARA, 2006). Seu tom descritivo ocorre, pois é necessário descrever inicialmente de maneira clara e abrangente o fenômeno do turismo, bem como e a forma como ocorreu o seu desenvolvimento no Arquipélago em questão (VERGARA, 2006; GIL, 2008).Também é de caráter explicativo, porque ela preocupou-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuiram para a ocorrência de determinados fenômenos no caso do setor do turismo em Cabo Verde (GIL, 1999).

Trata-se de um estudo de caso. De acordo com Yin (2010, p. 124), "a evidência do estudo de caso pode vir de diversas fontes", e estas podem ser qualitativa e/ou quantitativa, podendo ser "documentação, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos".

Ainda segundo esse autor,

> [...] o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente evidentes. (YIN, 2010, p. 39).

> "A investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente diferenciada em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e como resultado, conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise de dados. (YIN, 2010, p. 40).

Este estudo buscou abranger todos esses campos propostos por Yin, tendo por objeto de estudo o processo de desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde.

5.3 Quanto à Abordagem

Para compreender o processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, esta pesquisa adotou como estratégia metodológica a abordagem quanti-qualitativo. Gomes e Amaral (2005, p. 46) asseguram que,

> a integração entre as pesquisas quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões no intuito de ter maior confiança de que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ele não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionário, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e, até mesmo, dados estatísticos.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa e responder à questão de partida apresentada no início do capítulo, foi preciso utilizar praticamente todos esses instrumentos que as duas abordagens disponibilizam ao pesquisador, apontados por Gomes e Amaral. As duas abordagens complementam-se e permitem uma visão mais abrangente e aprofundada do objeto estudado.

5.4 Universo e Amostra

A pesquisa de campo foi realizada em quatro das ilhas que formam o Arquipélago de Cabo Verde: Sal; Boavista; São Vicente; e São Tiago (ver Figura 6). Esta seleção foi feita com base no critério de maior participação no percentual da demanda turística que estas ilhas apresentam anualmente. Nestas ilhas foram entrevistados 70 Residentes, 70 Empresários Locais e 70 Turistas.

Figura 6 – Localização das ilhas cabo-verdianas.
Fonte: Noscasacv (2011).

5.4.1 Sujeitos do Estudo

Os sujeitos dessa pesquisa foram selecionados com base no método da amostra não probabilística intencional. Segundo Berquó et. al., (1981, p. 136), "[...] a amostra não probabilística intencional ocorre quando as unidades que compõem a amostra são escolhidas pelo pesquisador", isto é, a seleção das amostras no seu universo pode ser feita mediante um processo deliberado visando atender aos objetivos e às metas de trabalho. Sendo assim, foram entrevistados três grupos de informantes-chave (Residentes, Empresários Locais e Turistas).

Entre os critérios ou estratégias usadas no processo da seleção das amostras ocorre que:

1) Mesmo não trabalhando com uma amostra aleatória ou probabilística, esta pesquisa procurou entrevistar um número bastante significativo de sujeitos, isto é, para entender o processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde foram aplicados questionários a 70 Residentes, 70 Empresários Locais e 70 Turistas.

2) Na elaboração do questionário e do roteiro de entrevista (Apêndices, A, B, C e F) utilizados nesta pesquisa, procurou-se elaborar perguntas que podem ser respondidas pelos três grupos entrevistados, e depois cruzadas, visando chegar a conclusões mais precisas e consistentes do objeto, já que os três grupos teriam de responder à mesma pergunta. Acredita-se que chegar a conclusões sobre o fenômeno do turismo baseado em percepções de três tipos de informante, é diferente de uma inferência feita com base em respostas de um só informante.

3) Outro critério usado na seleção das amostras desta pesquisa foi a localização das ilhas em relação à prática da atividade turística. Cabo Verde é um país constituído por dez ilhas, sendo uma delas não habitada. Este estudo selecionou quatro para compor o *locus* de pesquisa. As ilhas Sal, Boavista, São Vicente e São Tiago foram escolhidas pelo fato de receberem anualmente cerca de 80% dos turistas que visitam o país, e onde se concentra a maior parte dos empreendimentos turísticos em Cabo Verde, o que torna essas ilhas mais significativas no universo pesquisado.

4) Ainda no que tange às ilhas, é de salientar também que os questionários utilizados nesta pesquisa foram aplicados nos Conselhos e Vilas mais visitadas pelos turistas, onde a

comunidade convive diariamente com a atividade turística. Na ilha do Sal, os questionários foram aplicados na Vila de Santa Maria e Espargos; em Boavista foram aplicados na Vila de Rabil; em São Vicente, foram aplicados na Vila da Morada; e em São Tiago, foram aplicados na Vila de Tarrafal e na cidade da Praia capital do País.

5) Outro critério importante adotado no processo de seleção dos informantes desta pesquisa (Residentes, Empresários Locais e Turistas) foi analisar antecipadamente o papel ou a importância que cada um desses grupos assume, quando analisados de forma isolada.

Quanto aos Residentes, foram entrevistados aqueles cidadãos que residem nas ilhas turísticas supracitadas, dando preferência aos nativos ou aqueles que moram na ilha há mais de 5 anos. Por outro lado, procurou-se entrevistar os residentes e funcionários de algumas das empresas privadas que atuam ligadas ao setor do turismo (bancos, agências de viagens, locadoras de véiculos, restaurantes, ou instituição pública) supondo-se que estes teriam uma ligação e poder de crítica maior em relação à atividade turística que se desenvolve nelas.

Quanto aos empresários entrevistados, este estudo entrevistou apenas os empresários de origem local, levando em consideração a questão da acessibilidade, e supondo que estes, além de atuarem no mercado turístico, são os verdadeiros conhecedores da realidade local.

Já os turistas foram entrevistados nos Aeroportos e não em hotéis, bares ou restaurantes. Estes foram entrevistados, no momento em que estavam saindo do país, supondo que estes estariam regressando ao país de origem, depois de ter o contato com a realidade local, mesmo que não tivessem visitado todas as ilhas.

5.5 Técnicas de Coleta e Análise dos Resultados.

Uma das propostas desta pesquisa foi de triangular os resultados encontrados. Para que isso fosse possível, foi necessário utilizar várias formas ou técnicas de coleta e análise dos dados/informações. Gomes e Amaral (2005, p. 56) afirmam que "as formas diferenciadas de coletar e analisar os dados (qualitativa e quantitativamente) permitem uma idéia ampla e inteligível da complexidade de um problema". As técnicas ultilizadas nesta pesquisa foram argupadas de acordo com as etapas da análise e discussão dos resultados apresentada nos capítulos 6 e 7 desta pesquisa, isto é, na primeira etapa foram usadas os **Indicadores de Sustentabilidade Turística** proposto por Garcia e Díaz (2007) e Comissão Europeia

(Environment and Tourism in the Context of Sustainable Development, DGXI-EC, 1993); na segunda, o **Questionário** (Ver Apêndices A, B e C); na terceira, a **Análise Documental** do atual Plano Estratégico Para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde. A seguir apresentam-se os Indicadores de Sustentabilidade Turística utilizados neste estudo.

5.6 Indicadores

5.6.1 Dimensão Sociocultural

5.6.1.1 Percepção da comunidade local acerca da atividade turística

Esta medida reflete a visão da população local no tocante à atividade turística que se desenvolve no destino. Determina o nível de satisfação da comunidade local em face da presença dos visitantes.

Fórmula 1:

$$\frac{R_{SAT}}{R_{TOT}} \times 100$$

Dedução da Fórmula:

R_{SAT}= Proporção da população (R) que está satisfeita com a presença de visitantes.

R_{TOT}= Total da Polução Entrevistada (amostra total)

Fórmula 2:

$$\frac{R_{-SAT}}{R_{TOT}} \times 100$$

Dedução da Fórmula:

R_{-SAT}=Proporção da população (R) que se sente insatisfeita com os visitantes.

R_{TOT} = Total da Polução Entrevistada (amostra total)

5.6.1.2 Grau de participação da comunidade nas atividades culturais

A partir deste indicador, é possível determinar o grau de interesse e apego da comunidade ou população local a seus costumes, tradições e manifestações típicas.

Fórmula:

$$\frac{R_{FOL}}{R_{TOT}} \times 100$$

Dedução da Fórmula:

R_{FOL}= Proporção da população estimada, que participa das atividades folclóricas

R_{TOT} = Total da população local – total amostral

5.6.1.3 Deterioração de estruturas de interesse turístico

Através deste indicador, pode-se medir o desgaste das estruturas de interesse (por exemplo, monumentos), resultado da negligência e abuso dos visitantes.

Fórmula:

$$\frac{EIT_D}{EIT_{TOT}} \times 100$$

Dedução da Fórmula:

EIT_D = Proporção do número de estruturas que apresentam danos (rachaduras, cortes, etc.)

EIT_{TOT} = Total das estruturas na área.

5.6.2 Dimensão Econômica

5.6.2.1 Grau de satisfação em serviços turísticos

Este indicador mede a capacidade das empresas prestadoras de serviços turísticos em responder às expectativas dos turistas. Em suma, através deste indicador, é possível medir a qualidade dos serviços.

Fórmula:

$$\frac{T^{SAT}}{T} \times 100$$

Dedução da Fórmula:

T^{SAT} = Proporção de turistas que afirmam estar satisfeitos com a qualidade dos serviços prestados.

T = Total de turistas entrevistados (amostra total).

5.6.2.2 Licenças municipais

Este indicador permite identificar, em termos percentuais, o licenciamento de estabelecimentos de oferta turística (alojamento, alimentação, atividades), respectivamente ao total de autorizações emitidas pelo município para os estabelecimentos comerciais no destino.

Fórmula:

$$\frac{LIC_T}{LIC_{TOT}} \times 100$$

Dedução da Fórmula:

LIC_T=Proporção total de licenças autorizadas para as atividades turísticas em um determinado período.

LIC_{TOT}=Número total de licenças autorizadas pelo município, ou Estado no mesmo período.

5.6.2.3 Total de emprego direto gerado pelo turismo

Este indicador mostra o emprego gerado pelo turismo, em comparação com o total de emprego gerado no destino, em um determinado período de tempo.

Fórmula:

$$\frac{L_t^T}{L_t^{TOT}} \times 100$$

Dedução da Fórmula:

L_t^T= Proporção total de empregados em atividades características do turismo em um determinado período.

L_t^{TOT}= Total de empregados no destino, no mesmo período.

5.6.3 Dimensão Ambiental

5.6.3.1 Disponibilidade de água potável para novos projetos turísticos

Este indicador procura determinar a quantidade de água doce (potável) existentes para a geração de novos projetos de investimento turístico. No caso daquelas áreas onde não há acesso direto a água potável, pode-se, além disso, estabelecer as condições físicas que apresentam; neste caso, a unidade de medida é o número de fontes de água doce.

Fórmula:

$$\left(\frac{H_20\ (m^3)_{EMP}^{POT} + \Delta\ H_20\ (m^3)_{EMP}^{POT}}{H_20\ (m^3)_{TOT}}\right) x\ 100$$

Dedução da Fórmula:

$H_20\ (m^3)_{EMP}^{POT}$= Proporção de metros cúbicos de água potável utilizada.

$\Delta\ H_20\ (m^3)_{EMP}^{POT}$ = Proporção de metros cúbicos de água potável potencialmente empregáveis em novos projetos.

$H_20\ (m^3)_{TOT}$ = Total em metros cúbicos disponíveis na área de estudo.

5.6.3.2 Capacidade de Saturação Turística

Através dessa Metodologia da União Europeia expressa no documento Environment and Tourism inthe Context of Sustainable Development, DGXI-EC, 1993 (APA, 2007), é possível saber o índice de Capacidade de Saturação Turística ou Intensidade Turística de um determinado destino, calculando a Razão entre o número de pernoites (em milhares) nos estabelecimentos hoteleiros e similares (incluindo parques de acampamento, colônias de

férias, pousadas de juventude), ao longo do ano de referência e o número de residentes (em centenas).

De acordo com a metodologia proposta pela Comissão Européia, esta razão reflete:

Turismo sustentável: Intensidade turística < 1,1 Turismo pouco sustentável: 1,1 <= Intensidade turística <= 1,5 Turismo insustentável: Intensidade turística > 1,5

Obs: Quando se verifica um acréscimo do número de visitantes superior a 50% em relação à população residente, começam a surgir problemas ambientais, nomeadamente com a necessidade de adequação da capacidade das infraestruturas de saneamento: abastecimento de água e tratamento de águas residuais, recolha e deposição de resíduos sólidos (APA, 2007).

5.6.3.3 Expansão do espaço turístico construído

Este indicador consiste em avaliar o aumento da superfície construída ao longo de um período de tempo em relação a outra.

Fórmula:

$$\frac{SC_t - SC_{t-1}}{SC_{t-1}} \times 100$$

Dedução da Fórmula:

SC_t = Superfície construída (SC), durante o período t.

SC_{t-1} = Superfície construída durante o período t-1

SC_{t-1} = Total construído no período (t-1):

Estes são os indicadores selecionados a partir da revisão bibliográfica realizada para analisar o caso do setor do turismo em Cabo Verde. Os dados utilizados para aplicar as fórmulas foram disponibilizados pelas instituições públicas ligadas, direta e indiretamente, ao setor do turismo, entre elas estão: Instituto Nacional de Estatística – INE, o Banco de Cabo Verde – BCV, a Cabo Verde Investimento – CI, o Instituto de Formação e Emprego

Profissional – IFPE, Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos – INGRH, e Instituto Nacional de Imposto/ Ministério das Finanças – INI/MF. A seguir, descrevem-se as outras duas estratégias utilizadas no processo de coleta e análise dos dados primários e secundários discutidos neste estudo.

5.7 Dados Primários

Os dados primários da pesquisa foram obtidos através de entrevistas em profundidade, utilizando roteiros prévios, questionários, visitas de campo e observação participante. Foram entrevistados três grupos de informantes-chave – Residentes, Empresários Locais e Turistas. Todos os Turistas foram entrevistados na saída do país no Aeroporto Internacional Amilcar Cabral na Ilha do Sal, onde há um fluxo maior de vôos internacionais. Como foi citado anteriormente, foram aplicados 70 questionários para Residentes, 70 para os Empresários Locais e 70 para os Turistas. Os *softwares* SPSS e EXCEL foram utilizados no processo de tratamento e análise dos dados coletados através do questionário.

5.8 Dados Secundários.

Na coleta de dados secundários, foi realizada uma busca documental sobre planejamento do setor do turismo em Cabo Verde. O principal documento examinado nesta pesquisa foi o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde (2010 – 2013). A análise do PEDT – CV, foi realizada por etapas: isto é, no primeiro momento foram apresentados os objetivos, a estrutura, os programas/instrumentos. Em seguida foi feita uma análise mais rigorosa e criteriosa do Plano em epígrafe.

O PEDT, em fase de execução em Cabo Verde, foi analisado à luz do conceito de sustentabilidade turística, particularizando o uso da dimensão política deste conceito para interpretar todo o conteúdo exposto neste documento.

Para analisar as políticas explicitadas no PEDT – CV, foi utilizado o método de análise documental. "A análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema" (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

Medeiros (2006, p. 15) afirma que, "às vezes são os documentos as únicas fontes que registram princípios, objetivos, metas". Segundo esta autora, "esses documentos podem revelar as concepções subjacentes e, em tese, deveriam nortear a execução das políticas públicas. Os documentos, à medida que vão sendo usados, desvelam suas complexidades."

Usando as três técnicas de coletas e análise dos dados/informações, apresentadas acima, foi possível responder à pergunta de partida desta pesquisa. Com base nos resultados encontrados através do uso dos indicadores de sustentabilidade turística, dos questionários e da análise do conteudo documental do Plano, foi feita, no final desta dissertação, a triangulação dos resultados, visando dar mais consistência aos achados encontrados nesta pesquisa. No próximo capítulo, dar-se-á início à análise do processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde à luz do conceito de sustentabilidade turística.

SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA: O CASO DO ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE

Neste Capítulo será feita inicialmente a caracterização do setor do turismo no Arquipélago de Cabo Verde. Em seguida, apresenta-se a análise e a discussão dos resultados da pesquisa de campo. O estudo de caso do setor do turismo do Arquipélago será feito em três momentos. Neste Capítulo 6, esta pesquisa busca, no primeiro momento, compreender o processo de desenvolvimento do setor do turismo em Cabo Verde, com base nos Indicadores de Sustentabilidade Turística proposto por Garcia e Díaz, 2007, e pela Comissão Européia (Environment and Tourism in the Context of Sustainable Development, DGXI-EC, 1993). No segundo momento, tomará como base para a mesma análise, a percepção dos três importantes grupos entrevistados (Residentes, Empresários Locais, e Turistas). A terceira etapa da análise do processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde é realizada no Capítulo 7. No terceiro momento, a análise é feita usando como parâmetro o atual **Plano Estratégico para Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde.**

6.1 Características Gerais do Setor do Turismo no Arquipélago Cabo-Verdiano.

O setor do turismo cabo-verdiano apresenta na sua estrutura diversas características. Inicialmente, pode se dizer que ele está caracterizado pelo seu próprio potencial de crescimento, como foi demonstrado na Figura 2 no Capítulo 1. Durante o período tomado como referência para esta pesquisa, a participação do turismo no Produto Interno Bruto cresceu de forma ininterrupta do ano 2000 a 2008. Já em 2009, registrou-se uma ligeira queda, resultado das mudanças na conjuntura econômica internacional causada pela última crise. Segundo uma pesquisa realizada pelo Banco Espírito Santo, instituição financeira de

origem portuguesa que atua no mercado cabo-verdiano, em 2010[7] o "PIB cabo-verdiano terá crescido 5,4% em função do reforço que o Governo realizou do Programa de Investimento Público (PIP) e da evolução do investimento privado, beneficiando a retomada do turismo". A previsão é que em 2011 "o ritmo de crescimento da economia deverá subir para perto de 6%" (BES, 2011, p. 5).

Atualmente, cerca de 20 % das riquezas geradas pela economia nacional, são oriundas do segmento do turismo, e as ações em termos de investimento neste segmento têm um efeito multiplicador em outras áreas da economia do Arquipélago, particularmente no setor do comércio e da construção civil.

Segundo a Cabo Verde Investimentos – CI (2010), o turismo e a indústria imobiliária chegaram a receber 80,5% do Investimento Direto Internacioanl em 2008. As ilhas onde ocorrem maiores investimentos continuam a ser Sal, São Vicente e Boavista, com 32%, 27% e 38%, respectivamente.

Estes constituem, sem dúvida, alguns dos indicadores que justificam o fato de o governo ter estabelecido oficialmente o turismo como principal motor de desenvolvimento do Arquipélago no último Plano do Governo (2006-2011).

O turismo em Cabo Verde também se caracteriza pelo seu principal produto: sol e praia – como foi apresentado no Capítulo 4. A prática desse tipo de turismo acontece com maior intensidade no período do verão, nas ilhas do Sal, onde está localizada a praia de Santa Maria uma das mais belas do país, e na ilha da Boa Vista que concentra a maior parte da costa litorânea do Arquipélago.

As fortes relações de Cabo Verde com a diáspora, tanto do ponto de vista político, quanto pela marca do passado e presente de emigração do povo das ilhas, têm resultado em um número bastante expressivo de turistas internacionais que visitam esse país para conhecer a cultura local, alguns por motivos de negócios, além dos próprios cabo-verdianos que vivem nos países como a França, Holanda, Portugal e Estados Unidos, e que todos os anos viajam para Cabo Verde à procura de um ambiente para descansar nos períodos de férias do trabalho, aproveitando também para visitar familiares.

A seguir, são apresentados alguns dados sobre o fluxo turístico em Cabo Verde. Porém, considera-se importante salientar que a metodologia utilizada para contabilizar o número de turistas em Cabo Verde apresenta certa incoerência, já que ela interpreta o turista,

[7] Os dados referentes ao ano de 2010 publicado pelo BES-CV são considerados pelos autores da publicação, fidedignos, entretanto ainda não foram publicados dados oficiais referentes ao ano de 2010, o que pode implicar em futuras correções caso verifiquem alterações das circunstâncias.

como sendo apenas os hóspedes dos hotéis. Este estudo entende que, embora os turistas também possam ser considerados hóspedes, nem todos que freqüentam ou entram para se hospedar no hotel podem ser considerados turistas, tendo em vista a própria natureza epistemológica do conceito do turismo.

Diante disso, este estudo que tem como foco analisar o turismo internacional, e não nacional, faz as devidas distinções no decorrer das análises que são apresentadas neste capítulo, deixando de considerar os hóspedes com residência habitual em Cabo Verde, já que estes não fazem parte da esfera da análise dessa pesquisa.

O número de turistas que visitam Cabo Verde cresceu de forma positiva do ano 2000 a 2008. No último ano de 2010 houve uma variação positiva de (15,6%) no total de entrada em relação ao ano de 2009[8], passando de (330.319) para (381.831) turistas. Durante o primeiro semestre de 2010, em média, a taxa de ocupação-cama, em nível geral, foi de 50%. Boa Vista passou a ser a ilha com maior ocupação – cama, (79%), seguindo-se a Ilha do Sal, com (50%) de ocupação (INE, 2011). A Tabela 7, a seguir, lista os principais países emissores de turistas.

Tabela 7 – Principais Emissores de Turista para Cabo Verde

Países	**2009**	**2010**
Reino Unido	16,0%	26,1%
Alemanha	12,7%	15,8%
Portugal	16,2%	12,8%
Itália	13,1%	11,9

Fonte: Elaborada a partir dos dados do INE (2009, 2010)

De acordo com os dados da Tabela 7, percebe-se que em 2009 Portugal liderava a lista dos países emissores de turistas para Cabo Verde, isso devido às fortes relações políticas e econômicas que Cabo Verde continua mantendo com aquele país, desde a independência. Por outro lado, a segunda maior comunidade estrangeira em Portugal são os cabo-verdianos, que visitam Cabo Verde com grande frequência. Já os dados referentes ao ano de 2010 apontam o Reino Unido como principal emissor de turistas para Cabo Verde, representando cerca de 26,1%, seguido da Alemanha, Portugal, e Itália (15,8%, 12,8% e 11,9%, respectivamente).

Portanto, verifica-se uma tendência para a perda de liderança de Portugal como principal emissor, dando espaço para os países mais ricos da Europa. Os turistas oriundos do

[8] Quanto ao país de origem, os hóspedes entre eles turistas, com residência habitual em Cabo Verde, representaram 12,0% das entradas, em 2010 (INE, 2010).

Reino Unido lideram tanto em termo de númeor de desembarques, quanto de pernoites. Eles ficaram mais tempo no Arquipélago no ano de 2010. Isto implica naturalmente uma despesa média maior por parte dos turistas, o que contribui para incrementar o PIB nacional.

A seguir, dá-se início à apresentação da análise e discussão dos resultados da pesquisa de campo, que teve como objeto de estudo o processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde. No decorrer das análises realizadas neste e no próximo capítulo, são feitas as devidas conexões com o arcabouço teórico do conceito de sustentabilidade turística apresentado no Capítulo 3.

6.2 Análise e Discusão Dos Resultados

6.2.1 Análise do processo de desenvolvimento do setor do turismo em Cabo Verde, com Base em Indicadores de Sustentabilidade Turística.

- **Dimensão Sociocultural**

– Variável: Satisfação dos Residentes

– Indicador: Percepção da comunidade local acerca da atividade turística.

Para avaliar o grau de satisfação da comunidade local em relação à atividade turística no destino cabo-verdiano, foi elaborada uma pergunta específica. Isto é, perguntou-se aos residentes qual seu nível de satisfação em relação a Cabo Verde como um destino turístico. A partir das respostas foi possível levantar dados precisos a serem analizados através das fórmulas descritas abaixo, que avaliam a quantidade de residentes satisfeitos e insatisfeitos com a atividade turística neste destino.

Fórmula:

$$\frac{R_{SAT}}{R_{TOT}} \times 100$$

Aplicação:

$$\frac{63}{70} \times 100 = 90\ \%$$

A partir da aplicação da fórmula apresentada acima, que calcula o número de pessoas satisfeitas com o fato de Cabo Verde ser hoje um destino turístico ($\mathbf{R_{SAT}}$), sobre o total amostral entrevistado ($\mathbf{R_{TOT}}$), chegou-se ao seguinte resultado: 90% dos entrevistados, disseram estar satisfeitos por Cabo Verde ser um destino, e, consequentemente, com as atividades turísticas que se desenvolvem nos diferentes pontos turísticos do país. Este constitui um dos achados importantes desta pesquisa[9], na medida em que, a satisfação dos residentes é considerada por alguns teóricos desta área como um dos fatores determinantes no processo de construção de um destino turístico.

O entendimento de que a literatura sobre turismo sustentável apresenta, é de que o "grau de satisfação da população é que vai evidenciar o sucesso de uma determinada política pública do turismo" (BRITO e MELO, 2008, p. 10). E, para elaborar uma política pública do turismo sustentável, considera-se importante a participação das comunidades locais nos processos de planejamento, que é um dos documentos que estabelecem as regras ou as políticas do funcionamento do destino para os seus mais diversos setores.

A participação da população no processo de planejamento é importante, pois esta constitui os verdadeiros conhecedores dos problemas locais (IRVING, 2005) e detém uma certa capacidade no que diz respeito à identificação dos problemas e propostas de soluções, principalmente para os problemas de caráter sociocultural.

O fato de os residentes estarem satisfeitos com o país ser um destino turístico pode significar não só maior facilidade para contar com a participação da comunidade no processo de elaboração e implementação das políticas para o setor, mas também novas oportunidades. Acredita-se que, com a população satisfeita e uma política centrada nela, o turismo pode simbolizar uma nova janela que se abriu para a sociedade cabo-verdiana em relação ao mundo. Isso é possível a partir do contato entre a cultura da população nativa com a dos

[9] Atualmente já se encontram publicados bastantes estudos na arena do turismo que trata da temática: **turismo de base comunitário**. A participação e a satisfação das camunidades locais ou residentes são consideradas fatores determinantes para o sucesso de uma política implementada no setor do turismo. Não obstante, no tocante a esta pesquisa em particular, que se encarregou de tentar compreender o processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde a partir de três vertentes de análises, demostrada no início deste capítulo, o resultado em questão, não assume um papel de importância superior aos demais, tendo em conta as diferentes estratégias metodológicas de análise utilizadas, o que dificultam também a sua influência ou interferência nas conlusões finais deste trabalho.

diferentes povos que visitam esse destino, e o sucesso de uma política pública no campo do turismo sustentável se reflete também dessa maneira.

Por outro lado, calculando o número da população residente insatisfeita ($\mathbf{R_{-SAT}}$), sobre o total da amostra ($\mathbf{R_{TOT}}$), verificou-se que apenas 0,85% dos entrevistados afirmaram estar insatisfeitos com a perspectiva de Cabo Verde como destino turístico. Portanto, o número de pessoas que disseram estar insatisfeitas não chega a 1%.

Fórmula:

$$\frac{\mathbf{R_{-SAT}}}{\mathbf{R_{TOT}}} \mathbf{x\,100}$$

Aplicação:

$$\frac{6}{70} \mathbf{x\,100 = 0{,}85\ \%}$$

Nesta seção, estavam previstas a análise e a discussão de mais dois Indicadores[10], como foi apresentado no Capítulo 5. São eles: Grau de participação da comunidade nas atividades culturais e Deterioração de estruturas de interesse turístico.

- **Dimensão Econômica**

  – Variável: Serviços turísticos prestados

  – Indicador: Grau de satisfação em serviços turísticos.

[10] Quanto ao primeiro, a Direção Geral do Turismo – DGT informou não possuir dados disponíveis referentes a este indicador. Já no segundo, existem alguns dados, porém não em nível nacional. Os dados que foram disponibilizados pelo Instituto de Investigação de Patrimônio Cultural – IIPC contemplam apenas as estruturas de interesse turístico que já estão passando por algum processo de reforma, resultado de uma intervenção do governo. Segundo um dos dirigentes desse Instituto, que prestou as informações e documentos referentes a esse indicador, o número dos monumentos ou estruturas turísticas que ainda não sofreram nenhuma intervenção, em todo o território nacional, chega a ser o dobro dos que já passaram por alguma intervenção. Esta constitui uma das limitações encontradas na pesquisa.

O grau de satisfação em relação aos serviços prestados está entre os aspetos importantes do ponto de vista econômico, quando se analisa qualquer destino turístico. Isso tem um impacto direto na economia local, quando se entende que um turista satisfeito pode resultar na divulgação do destino internacionalmente e, consequentemente, influenciar novas visitas de turistas a Cabo Verde, ou até mesmo no retorno daqueles que já visitaram o destino em algum momento. A satisfação dos turistas pode resultar também em: mais gastos, mais emprego e mais geração de riquezas para a nação. Para saber como os turistas avaliam os serviços prestados no destino turístico cabo-verdiano, foi interrogado a eles qual seu nível de satisfação em relação à qualidade dos serviços prestados. Os números mostram um sinal positivo no que tange a este indicador em específico conforme demonstrado abaixo.

Fórmula:

$$\frac{T^{SAT}}{T} \times 100$$

Aplicação:

$$\frac{54}{70} \times 100 = 77\%$$

Aplicando a fórmula exposta acima, constatou-se que o número de turistas que disseram estar satisfeitos (T^{SAT}) com os serviços prestados no destino cabo-verdiano, chega a ultrapassar a metade do total amostral (T), isto é, 77% deles afirmaram estar satisfeitos com os serviços que vêm sendo prestados pelas empresas que atuam neste segmento.

Este é outro resultado bastante importante, visto que o sucesso da atividade turística está intrinsecamente ligado à satisfação dos turistas (VASCONCELOS e CORIOLANO, 2008). A probabilidade de o turista voltar ao destino é maior quando ele passa por uma experiência turística de qualidade que proporcione a ele a satisfação (MONIZ, 2006). Corroborando esses autores, pode-se afirmar que a qualidade dos serviços prestados no destino constitui não só um dos fatores determinantes para a satisfação dos turistas, mas também contribui para a geração das receitas e, consequentemente, para a sustentabilidade econômica deste setor.

Neste estudo, entende-se que garantir a satisfação do turista é um processo contínuo, que deve ser desenvolvido pelos empresários locais, mas contando sempre com a colaboração das Instituições Governamentais que coordenam este setor, e, sobretudo, com a parceria das

Universidades que são produtoras do conhecimento voltado para a qualidade dos serviços, particularizando a questão do atendimento aos turistas.

– Variável: Empreendimentos turísticos

– Indicador: Licenças municipais.

A análise do setor do turismo cabo-verdiano a partir do número de empreendimentos que vêm sendo licenciados no Arquipélago também constitui um dos indicadores-chave do ponto de vista econômico, quando a finalidade é compreender o processo de desenvolvimento do turismo numa perspectiva sustentável. Neste sentido, ao se calcular o número total das licenças autorizadas para as atividades turísticas (LIC_T), sobre o número total de licenças autorizadas no destino/país (LIC_{TOT}), tomando-se como referência o último senso realizado em 2008, constatou-se que as Empresas do ramo do turismo representam apenas 1,81% do total das empresas que atuam nesse destino (Vide o Cálculo).

Fórmula:

$$\frac{LIC_T}{LIC_{TOT}} \times 100$$

Aplicação:

$$\frac{158}{8.716} \times 100 = 1{,}81\%$$

De acordo com os dados do INE, existia um total de 158 empresas[11] licenciadas que atuam ou estão para atuar no setor do turismo cabo-verdiano em 2008. Em geral, havia 8.716 empresas licenciadas para atuar nos diferentes setores da economia do país.

[11] Por questões de limitação quanto a dados referentes às empresas que atuam na área do turismo, optou-se por trabalhar apenas com os dados oficiais do INE, referentes aos estabelecimentos de hospedagem, o que inclui hotéis, pousadas, residenciais, aldeamentos turísticos, pensões, hotéis e apartamentos. Entretanto, salienta-se que as empresas de natureza turística não se restringem a apenas os estabelecimento hoteleiros, porém em Cabo Verde essa modalidade de empresa é a predominante. Os dados utilizados nesta pesquisa são os mesmos utilizados pelo Ministério do Turismo nas suas análises e projeções futuras concernentes ao setor do turismo.

Para um destino emergente que ainda se encontra na sua fase inicial de inserção no mercado turístico internacional, o resultado de 1,81%, referente à porcentagem total de empresas atuando no setor do turismo não deve ser considerado irrisório, já que é um país que está no seu processo inicial no que tange à construção da sua marca ou identidade como destino turístico internacional.

A preocupação em relação ao resultado desse indicador surge a partir do momento em que se percebe que 72% desses estabelecimentos estão concentrados em apenas 4 ilhas: Sal (34), Boavista (19), Santiago (36) e São Vicente (24). Analisando esse destino na perspectiva da sustentabilidade, nota-se aqui uma das características da insustentabilidade ou da pouca sustentabilidade. A literatura sobre turismo interpreta a questão da concentração das atividades turísticas num determinado espaço do destino como sendo um turismo não sustentável (MONIZ, 2006), constituindo esta uma das limitações no desenvolvimento do turismo (MILANI e DROULERS, 2002).

A forma como estão organizados os empreendimentos turísticos nas ilhas limita o acesso aos benefícios do turismo por parte da comunidade local como um todo, principalmente no nível do emprego. Essa concentração acabou implicando na emigração de um número bastante significativo de cidadãos que vão para essas ilhas, à procura de oportunidades de emprego que, para muitos deles, nem sequer existe, pois não cumprem o requisito de formação profissional que o setor exige. Isso resultou em situações de pobreza como se verifica hoje na ilha de Boavista, mais especificamente, na "Zona das Barracas".

Este estudo apresenta as ferramentas da gestão como principais estratégias a serem adotadas para fazer frente a tais problemas. Entre os instrumentos que a gestão oferece, está o controle, pois acredita-se que a canalização dos investimentos nesse setor de forma regionalizada pode ser uma forma estratégica de redirecionar os investimentos e, consequentemente, promover o acesso aos benefícios do turismo para a população como um todo. Ainda que exista o argumento de que os recursos gerados no setor do turismo de forma local possam ser em seguida distribuídos, este estudo sustenta a tese de que a descentralização é a estratégia mais adequada a ser implementada no turismo em Cabo Verde.

Diante desse achado, confirma-se o primeiro pressuposto desta pesquisa, de que a forma como a atividade turística encontra-se organizada no Arquipélago não proporciona benefícios para as ilhas como um todo.

– Variável: Empregabilidade

– Indicador: Total de emprego direto gerado pelo turismo.

A capacidade do setor do turismo no que tange à geração de emprego e renda constitui um dos motivos que justificam o fato de muitos governos ao redor do mundo terem apostado no turismo como um dos vetores de desenvolvimento. Entre os tipos de empregos que o turismo pode gerar estão o formal e o informal. Em alguns destinos, a economia informal apresenta grande potencial faltando apenas uma intervenção efetiva das instâncias governamentais no sentido de formalizarem os pequenos empreendimentos que geralmente surgem no mercado turístico.

No caso de Cabo Verde, ao calcular a proporção total de empregados em atividades características do turismo (L_t^T) sobre o total de empregados no destino (L_t^{TOT}), e tomando como referência o ano 2007, verificou-se que a quantidade de empregos gerados por esse setor é pouco representativa no total gerado pelos outros setores desse destino como um todo. Por outro lado, este resultado não representa de forma expressiva os investimentos estrangeiros diretos implementados em Cabo Verde. Usando a metodologia proposta, infere-se que 7,41% é o percentual de emprego direto gerado pela economia do turismo, quando comparado com o total gerado pelo destino como um todo:

Fórmula:

$$\frac{L_t^T}{L_t^{TOT}} \times 100$$

Aplicação:

$$\frac{3.450}{46.567} \times 100 = 7{,}41\%$$

Este resultado encontrado com base nos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística sinaliza o déficit no nível de emprego direto neste setor. Entende-se que o resultado referente ao emprego é pouco representativo numa economia que tem o setor do turismo como principal motor de desenvolvimento do Arquipélago.

Quando comparam-se as taxas de crescimento das variáveis, número de IDE e mão de obra nos estabelecimentos hoteleiros, verifica-se que, entre 2000 e 2008, a primeira variável conheceu uma taxa de crescimento de 1.250,69%, enquanto a segunda apresentou crescimento

de 121,20%. A taxa de crescimento da mão de obra nos estabelecimentos hoteleiros cresceu menos 1128,8% pontos percentuais em relação à variável investimento direto no setor do turismo (Vide a Tabela 8).

Tabela 8 – Número de Investimento Direto Estrangeiro versus Emprego gerado pelo turismo em Cabo Verde.

CABO VERDE	2000	2008	Taxa de crescimento em % (2000 a 2008)
Investimento Direto Estrangeiro (em milhões de dólares (000, USD).	78.505	1.060.359	1250,69%
Emprego	1.845	4.081	121,20

Fonte: Elaborada a partir de dados da CI, INE, MT (2008, 2009, 2010).

Apropriando-se da mesma técnica utilizada por Cabral (2005) para entender o impacto do turismo em Cabo Verde no nível de emprego gerado, verifica-se que o número de camas nos estabelecimentos hoteleiros continua não refletindo um aumento substancial no número de pessoal que aí presta serviço. Em outras palavras, ao comparar as variáveis número de camas nos estabelecimentos, com o número de prestadores de sérico hoteleiro, verificou-se que esta segunda variável cresceu menos 34% pontos percentuais em relação à variável número de camas, durante o período 2000 a 2008 (Vide a Tabela 9).

Tabela 9 - Número de Cama versus Emprego gerado pelo turismo em Cabo Verde.

CABO VERDE	2000	2008	Taxa de crescimento em % (2000 a 2008)
Nº de Cama	4.475	11.420	155,20%
Emprego	1.845	4.081	121,20

Fonte: Elaborada a partir de dados da CI, INE, MT (2008, 2009, 2010).

Além da pouca representatividade do total de emprego gerado pelo setor do turismo quando comparado: com o total no destino; com o total de IDE; e com o número de camas existente; a concentração dos empregos gerados por esse setor nas quatro ilhas configura-se como outro problema do setor do turismo no Arquipélago. A Figura 7 descreve as ilhas com maior incidência de Investimento Direto Estrangeiro, nos anos de 2006 a 2008.

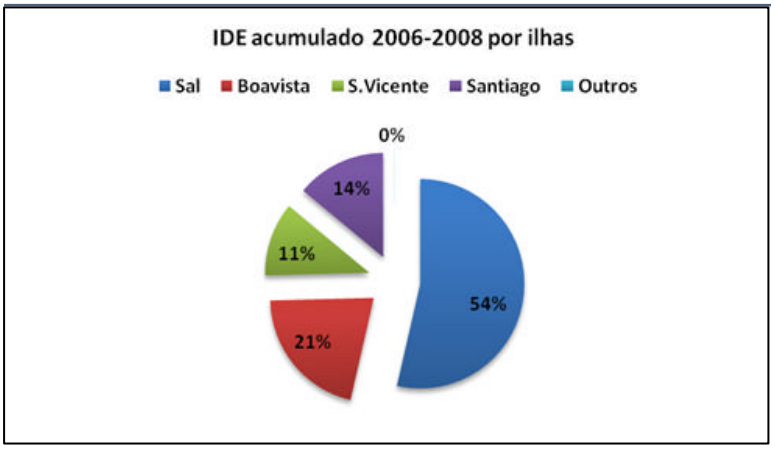

Figura 7 – IDE Acumulado 2006 – 2008 por ilhas.
Fonte: CI (2011).

O fato de esses investimentos serem direcionados de forma concentrada, para apenas quatro das ilhas que formam o Arquipélago, sendo que a ilha do Sal recebeu mais de 50% dos investimentos, implica naturalmente que os empregos gerados por este setor fiquem também centralizados em determinados espaços do território nacional.

Este é um dos impactos negativos do turismo (MILANI e DROULERS, 2002). Dessa forma, os planos de reduzir a pobreza e o desemprego em nível nacional tornam-se cada vez mais custosos. Segundo os dados da INE, em 2008 a taxa de desemprego em Cabo Verde girou em torno de 17, 8%, afetando mais as mulheres 22,0% do que os homens 13,8%. As ilhas de forte desenvolvimento turístico – como o Sal – apresentam taxas de desemprego abaixo da média nacional 14,8%, o que já era de se esperar (PNDT, 2010, p. 77).

O resultado desse indicador que tratou da questão do emprego em Cabo Verde reforça o outro resultado do indicador discutido na seção anterior sobre empreendimentos turísticos, e corrobora a confirmação do primeiro pressuposto desta pesquisa citado na seção anterior.

- **Dimensão Ambiental**

– Variável: Recursos Naturais

– Indicador: Disponibilidade de água potável para novos projetos turísticos.

Uma das maiores preocupações deste estudo está relacionada com os recursos naturais existentes nas ilhas do Arquipélago. Entre eles, a questão da água se destaca como uma das

mais críticas. Por ser um destino turístico insular, as fragilidades no âmbito de recursos naturais são inúmeras.

De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos – INGRH, Cabo Verde detém na sua totalidade 317.965.25 m3 de água potável disponível (anualmente). Este total se refere à soma do total disponível superficialmente, subterrânea, dessalinizada e tratada. Ao calcular a quantidade de água disponível no destino para novos projetos futuros, constatou-se o seguinte resultado:

Fórmula:

$$\left(\frac{H_2O\ (m^3)^{POT}_{EMP} + \Delta\ H_2O\ (m^3)^{POT}_{EMP}}{H_2O\ (m^3)_{TOT}} \right) x\ 100$$

Aplicação:

$$\left(\frac{194.362.95 + 108.462.95}{317.965.25} \right) x\ 100 = 95\%$$

Somando-se a quantidade de água explorada ou empregada [$H_2O\ (m^3)^{POT}_{EMP} + \Delta\ H_2O\ (m^3)^{POT}_{EMP}$], e o potencial explorável [$H_2O\ (m^3)^{POT}_{EMP} + \Delta\ H_2O$], sobre o total disponível anualmente [$H_2O\ (m^3)_{TOT}$], chegou-se ao seguinte resultado: 95% do total de água potável disponível no território nacional já está sendo usado pelos residentes, turistas e empreendimentos em fase de construção. Sobram apenas 5% do total existente para execução de novos projetos.

Do ponto de vista da sustentabilidade turística, em particular na sua dimensão ambiental, este resultado traz certa preocupação já que a literatura nessa área defende a tese de que, para alcançar a sustentabilidade turística, deve-se preocupar com a manutenção da viabilidade e a qualidade dos recursos naturais e humanos no longo prazo (MONIZ, 2006). Segundo essa autora, esta noção não se opõe ao crescimento, mas implica o reconhecimento da existência de limites, que variam de local para local e consoante as práticas de gestão.

A questão da água como foi demonstrado na parte introdutória desta pesquisa, ao longo de décadas, constituiu um desafio em face do processo de desenvolvimento do Arquipélago. Tal situação torna-se mais preocupante quando o turismo e seu desenvolvimento passam a ser uma prioridade na agenda pública governamental. Como salienta Moniz, a

questão dos recursos naturais não implica necessariamente uma barreira ao crescimento - o problema surge a partir do momento em que não são reconhecidos os limites quanto à exploração de tais recursos, o que envolve não só a água, como também as pessoas que vivem nos destinos e dependem de tais recursos para sobrevierem.

No caso de Cabo Verde, é perceptível o esforço do governo em criar as condições para superar a escassez dos recursos naturais disponíveis, não só a água, como também a energia, e a manutenção da pouca biodiversidade marinha e terrestre no Arquipélago. Não obstante, a água continua sendo um desafio. Acredita-se que investir na criação de novas estruturas de dessalinização pode ser uma das estratégias adequadas que podem ser adotadas, por ser um Arquipélago cercado pelo Oceano Atlântico.

Os recursos naturais, em particular a água, foram delineados como um dos pressupostos desta pesquisa. Diante do resultado encontrado a partir do indicador discutido nesta seção, que aponta para a pouca quantidade de água disponível nesse destino, confirma-se o quarto pressuposto de que os recursos naturais - especialmente a água -, por ser um bem escasso no Arquipélago, pode colocar em risco o acesso da comunidade a tais recursos, e, por conseguinte, comprometer o desenvolvimento da atividade turística neste destino."

–Variável: Capacidade de Saturação

– Indicador: Intensidade Turística

Analisar o indicador que avalia a Intensidade Turística foi outra forma utilizada nesta pesquisa para tentar compreender o processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde. Utilizando a metodologia proposta pela União Europeia, e expressa no documento *Environment and Tourism in the Context of Sustainable Development*, DGXI-EC, 1993 (APA, 2007), e tomando como referência o ano de 2010, verificou-se que o resultado desse indicador, referente a Cabo Verde como um todo, ultrapassa o limite de turismo pouco sustentável, passando assim a configurar como um turismo insustentável (Ver Figura 8, a seguir).

Já em relação às ilhas escolhidas para esta análise, sendo também as ilhas que receberam maior número de turistas em 2010, apenas as ilhas de Sal e Boavista apresentam situações mais críticas.

A ilha de São Tiago se configurou nesta análise como uma das ilhas onde a prática do turismo pode ser considerada sustentável. Essa ilha, embora parte da amostra desta pesquisa,

não foi considerada nesta analise por apresentar números baixos de pernoites, quando comparada com as outras ilhas. Portanto, São Tiago, São Vicente, São Nicolau, Santo Antão, Boavista, Brava e Fogo, estão no grupo das ilhas onde o desenvolvimento do turismo ocorre de forma sustentável.

Salienta-se que essa mesma metodologia vem sendo aplicada em outros Arquipélagos como Açores e Madeira (APA, 1999), o que confere a sua adequação no caso de Cabo Verde, já que essas ilhas possuem especificidades estruturais idênticas a Cabo Verde.

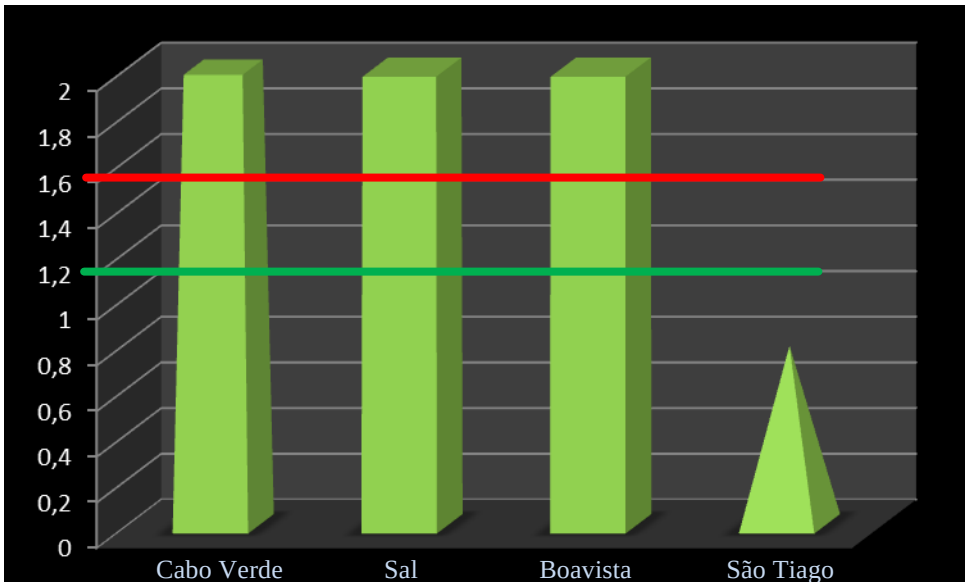

Figura 8 – Intensidade Turística em Cabo Verde
Fonte: Elaborada a partir de dados do INE (2011).

Legenda
Limite de Turismo Sustentável
Limite de Turismo Pouco Sustentável

Turismo sustentável: Intensidade turística < 1,1
Turismo pouco sustentável: 1,1 <= Intensidade turística <= 1,5
Turismo insustentável: Intensidade turística > 1,5

Na figura acima observa-se que, quando é verificado um acréscimo no número de visitantes superior a 50% em relação à população residente, começam a surgir problemas ambientais, como a necessidade de adequação da capacidade de infraestrutura de saneamento: abastecimento de água e tratamento de águas residuais, recolhimento e deposição de resíduos sólidos. A ilha da Boavista foi a única que apresentou resultado acima dessa média (103,38%).

Nessas condições, uma das formas estratégicas para combater a saturação turística nos destinos que apresentam tais problemas, é procurar desenvolver atividades turísticas que visem reter os turistas e não aumentar seu volume (CABRAL, 2005). O fato é que nem sempre os líderes políticos estão interessados em trabalhar dessa forma, pois o discurso na maioria das vezes gira em torno da ideia de aumentar a demanda turística, para gerar emprego e desenvolvimento.

Antes de pensar em aumentar o número de turistas, considera-se importante refletirinicialmente sobre as relações entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, já que são eles os principais emissores de turistas internacionais. Neste sentido, fazem-se as seguintes reflexões: como considerar a interdependência, no que diz respeito ao fenômeno turístico, nas novas relações entre PEDs e países mais desenvolvidos? Como pressupor a utilização do tempo livre (menos trabalho, mais qualidade de vida) nos países desenvolvidos em proveito de estratégias turísticas nos países em desenvolvimento? (MILANI e DROULERS, 2002). No caso particular das ilhas turísticas, Cabral (2005) salienta que os resultados da pequena dimensão fazem-se geralmente sentir sob o ponto de vista ecológico, econômico e social, principalmente no nível da escassez e pouca diversidade de recursos e da reduzida capacidade de carga.

No caso de Cabo Verde, algumas ferramentas de gestão (PND e PEDT) que serão discutidos nos próximos capítulos desta pesquisa, demonstram que a administração pública está ciente das questões sobre a dimensão estrutural das ilhas, e com a disponibilidade dos recursos naturais.

Nesta etapa estava prevista a análise de mais um indicador[12] **(**expansão do espaço turístico construído) proposto na parte metodológica. Por questões relacionadas à disponilibidade de dados, isso não foi possível.

Diante do exposto, termina-se a primeira etapa da análise do processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde. Ao terminar esta primeira etapa, cumpre-se o terceiro objetivo específico desta pesquisa: o de identificar através de indicadores-chave os avanços e os desafios do setor turístico cabo-verdiano, tendo como parâmetro o conceito de sustentabilidade turística.

Este estudo acredita que é identificando os impasses e os pontos de estrangulamentos, como foi feito usando o indicador sobre Intensidade e os demais Indicadores de

[12] O teste desse indicador não foi possível, pois a instituição (Cabo Verde Investimento) que possui esses dados, informou que estes não estão organizados da forma como foi solicitado, e que seria preciso um tempo para organizá-los.

sustentabilidade turística apresentados e discutidos nesta seção, que se pode partir para soluções dos problemas postos pelo fenômeno do turismo em Cabo Verde.

A seguir, será dada continuidade à análise do processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, desta vez, com base na percepção dos três grupos entrevistados (Residentes, Empresários Locais e Turistas.

6.2.2 Análise do processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, a partir da percepção dos (Residentes, Empresários Locais e Turistas).

Nesta pesquisa, os Residentes, Empresários Locais e os Turistas, foram também levados a refletir sobre o processo de desenvolvimento do turismo em Cabo-Verde, ao responderem a algumas questões-chave, dirigidas a eles através de um questionário predefinido.

Para compreender o processo de desenvolvimento, bem como o estágio em que se encontra o setor do turismo no Arquipélago, este estudo achou por bem começar analisando a questão da infraestrutura nesse destino.

A variável infraestrutura foi subdividida em dois tipos: infraestruturas gerais, e turísticas. Nesta primeira parte da seção, apresnetam-se aquelas de caráter geral. Na seção seguinte o debate gira em torno das infraestruturas turísticas. Neste estudo, o entendimento que se tem é de que as duas modalidades de infraestrutura devem ser consideradas de forma integrada, seja ela turística ou não, pois não há como separar determinadas infraestruturas que servirão tanto para os turistas como para residentes locais (usuários). É o caso, por exemplo, dos serviços de táxis, transportes públicos Autocarros e "Hiaces" [13], etc.

– Variável: Infra-estruturas Gerais do setor do turismo cabo-verdiano.

Visando entender um pouco sobre as Infraestruturas Gerais que atendem, em certos momentos, tanto os turistas como a comunidade local, perguntou-se aos três grupos: como o entrevistado avalia as infraestruturas em Cabo Verde?

[13] Autocarros de médio porte usadas para transportar pessoas entre os conselhos municipais em Cabo Verde.

Analisando as respostas obtidas, verificou-se que, no geral a questão da **segurança pública** é a variável que apresentou o menor desempenho, quando comparada com as outras, testadas nesta pesquisa.

Como se pode observar na Tabela 10 abaixo, um número bastante significativo de Residentes e Empresários Locais, 45,7% e 65,8% disseram que a **infraestrutura de Segurança Pública** é 'péssima'. No caso específico dos residentes, percebe-se que as opiniões se dividem entre os que acham essas infraestruturas 'péssimas' e 'boas'. Já para 65,7% dos turistas, as infraestruturas de segurança pública nesse destino são consideradas 'boas'.

Tabela 10 – Percepção dos Residentes, Empresários Locais e Turistas sobre a **Segurança Pública** em Cabo Verde (Resultados em %).

Opinião sobre o Setor de Turismo Cabo-verdiano	Residentes	Empresários Locais	Turistas
Péssimo	45,7	65,8	21,4
Bom	52,9	30	65,7
Excelente	0	2,6	5,7
NR	1,4	1,6	7,2
Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Existe a constatação de que a segurança configura-se como um problema no destino turístico cabo-verdiano que será reforçado através de resultados de outros indicadores referentes ao setor do turismo no Arquipélago, discutidos nas próximas seções.

Já no que tange avanços, e não problemas das infraestruturas gerais, segundo os entrevistados o destino apresenta boas condições no que diz respeito aos serviços de táxi e telecomunicações. Assim, 81,4 %, 74,2 e 74,2 % dos Residentes, Empresários Locais e Turistas qualificaram o serviço de táxi como sendo "Bom". Quanto ao serviço de telecomunicação, 74,3%, 62,8% e 47,2% dos Residentes, Empresários Locais e Turistas disseram as condições no que tange ao serviço de telecomunicação nesse destino é "Bom". Essas duas variáveis foram as que apresentaram melhores desempenhos, quando comparadas com as outras relacionadas às infraestruturas gerais (Ver Tabelas 11 e 12).

Tabela 11 – Percepção dos Residentes, Empresários Locais e Turistas, sobre os **Serviços de Táxis** em Cabo Verde (Resultados em %).

Opinião sobre o Setor de Turismo Cabo-verdiano	**Residentes**	**Empresários Locais**	**Turistas**
Péssimo	15,7	17,1	0
Bom	81,4	74,2	74,2
Excelente	0	5,7	11,4
NR	2,9	3	14,4
Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Tabela 12 – Percepção dos Residentes, Empresários Locais e Turistas, sobre os **Serviços de Telecomunicações** em Cabo Verde (Resultados em %).

Opinião sobre o Setor de Turismo Cabo-verdiano	**Residentes**	**Empresários Locais**	**Turistas**
Péssimo	15,7	25,7	22,9
Bom	74,3	62,8	47,2
Excelente	5,7	5,7	12,9
NR	4,3	5,8	17
Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Portanto, no tocante à mobilidade dos turistas nos centros das cidades, bem como nos bairros periféricos nesse destino, não existem quaisquer problemas. Assim como também no âmbito dos meios de telecomunicações não existe nenhum entrave, o que facilita o contato dos turistas com os seus familiares nos países de origem durante toda a viagem, e resolver assuntos relacionados muitas vezes com negócios.

– Variável: Infraestruturas Turísticas no Setor do turismo cabo-verdiano

No que tange às Infraestruturas Turísticas, não há problemas gritantes nesse destino. Apenas a variável **infraestrutura de sinalização turística** apresentou resultados de desempenho inferiores quando comparados com as outras relacionadas às infraestruturas turísticas.

Fazendo a mesma pergunta sobre infraestrutura, feita na seção anterior, porém particularizando para a área do turismo, os três grupos entrevistados indicaram as variáveis

condições atuais das praias e **aeroportos,** como sendo "Boas". Isto é, 87,2% dos Residentes 85,7% Empresários e 78,5% dos Turistas avaliaram as praias do Arquipélago como sendo "Boas". A mesma classificação é dada pelos entrevistados em relação aos Aeroportos, isto é, 77,2%, 68,6% e 75,7% dos três grupos entrevistados consideraram as Infraestruturas Aeroportuária em Cabo Verde como sendo "Boas" (Vide a Tabela 13 e 14).

Tabela 13 – Percepção dos Residentes, Empresários Locais e Turistas, sobre as **Condições Atuais das Praias** em Cabo Verde (Resultados em %).

Opinião sobre o Setor de Turismo Cabo-verdiano	**Residentes**	**Empresários Locais**	**Turistas**
Péssimo	5,7	8,6	4,3
Bom	87,2	85,7	78,5
Excelente	5,7	5,7	12,9
NR	1,4	0	4,3
Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Tabela 14 – Percepção dos Residentes, Empresários Locais e Turistas, em relação aos **Aeroportos** em Cabo Verde.

Opinião sobre o Setor de Turismo Cabo-verdiano	**Residentes**	**Empresários Locais**	**Turistas**
Péssimo	11,4	20	11,4
Bom	77,2	68,6	75,7
Excelente	5,7	5,7	12,9
NR	5,7	5,7	0
Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

As praias, como foram apresentadas no Capítulo 4 desta dissertação, constituem um dos principais produtos turísticos cabo-verdianos. O turismo cabo-verdiano, ao longo de décadas, esteve resumido ao turismo de sol e praia, e, nesta pesquisa, as praias em especial se apresentam em suas condições regulares de conservação e qualidade. Quanto aos Aeroportos os dados confirmam um dos fatos discutidos no Capítulo 4, isto é, de que o governo vem investindo nesse tipo de infraestrutura.

Os resultados evidenciam que, no tocante às infra-estruras de um modo geral, houve avanços significativos, embora a variável infraestrutura de segurança mostrou um baixo desempenho quando comparado com as outras varáveis referentes às infraestruturas. Ao se

pensar na perspectiva da sustentabilidade turística, emerge a necessidade de projetar as infraestruturas nos parâmetros em que os turistas que visitam um determinado destino não se sintam inseguros, pois o turismo é uma atividade que envolve riscos de distintas naturezas, e, para que a atividade turística de uma determinada localidade se desenvolva, são necessárias condições básicas de infraestrutura, que inclui também a questão da segurança (SILVA, 2008).

Neste sentido, acredita-se que as parcerias entre as instituições públicas e as empresas privadas – (PPP) que atuam nesse destino, podem constituir uma das estratégias mais adequadas a serem adotadas para promover o desenvolvimento do setor do turismo em Cabo Verde. Entende-se que dessa forma a iniciativa privada terá mais espaço para participar no processo de desenvolvimento do turismo local, o que pode resultar na redução das Ajudas Para promoção do Desenvolvimento, recebidas de outros governos e organismos internacionais.

– Variável: Problemática do Setor de Turismo Cabo-verdiano

Quanto aos probelmas do destino turístico cabo-verdiano, foi questionado aos Residentes, Empresários Locais e Turistas qual o principal problema do setor do turismo em Cabo Verde. Para os Residentes e Empresários Locais, a questão da segurança é o problema central no turismo cabo-verdiano. Apenas os Turistas que colocaram-a na segunda posição, elegendo a variável quantidade de produtos turísticos disponíveis como o principal problema nesse destino.

Este constitui um dos achados importantes desta pesquisa, uma vez que a questão da segurança não foi levantada na parte introdutória desta pesquisa, que tratou de apresentar a atual problemática do turismo cabo-verdiano.

Dos entrevistados, 28,6% dos Residentes apontaram a **Segurança** como principal problema do setor do turismo cabo-verdiano, e 35,7% dos Empresários também a elegeram como o principal problema. Já para os Turistas, 21,4% o principal problema do setor do turismo cabo-verdiano é a quantidade de produtos turísticos disponíveis (Ver Tabela 15).

Tabela 15 – Percepção dos Residentes, Empresários Locais e Turistas, em relação à **Problemática do Setor do Turismo** em Cabo Verde (Resultados em %).

Problemática do Setor do Turismo em Cabo Verde	Residentes	Empresários Locais	Turistas
a) Clima			
a) Água	2,9	2,9	2,9
b) Energia	10	10	2,9
c) Quantidade de produtos turísticos disponíveis	5,7	5,7	21,4
d) Infra-estrutura	12,9	15,7	11,4
e) Educação da comunidade do destino em relação a atividade turística	5,7	5,7	12,9
f) Isolamento/afastamento das ilhas	14,3	7,1	1,4
g) Acessibilidade à Região	1,4	7,1	5,7
h) Informação turística disponível	2,9	4,3	7,1
i) Atividades de animação, entretenimento, vida noturna	1,4	2,9	5,7
j) Patrimônio histórico e arquitetônico, monumentos, museus	10		1,4
k) Segurança	28,6	35,7	15,7
l) outros	4,3		7,2

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

No que se refere à questão da segurança pública identificada neste estudo como o principal problema hoje no setor do turismo cabo-verdiano, é importante salientar que a segurança constitui uma condição primordial não só para quem viaja, mas também para quem reside no entorno turístico (SILVA, 2008). Quanto aos turistas em particular, não há como fazê-los retornar (MONIZ, 2006), depois de experimentar um destino inseguro. Vale lembrar que a questão da segurança constitui um dos fatores de grande valor para o turista na escolha de um destino (SILVA, 2008).

No contexto das discussões sobre sustentabilidade social, a questão da segurança é entendida, ainda, como um fator que envolve não só os turistas, mas, sobretudo, a comunidade local. Quando se planeja um destino turístico, deve-se atentar para os impactos negativos que a atividade turística pode causar, impactos estes que são capazes, inclusive, de comprometer a paz ou a segurança de um país (NUNES, 2009). Daí a importância de considerar a segurança como uma questão abrangente.

Os resultados sobre o principal problema do segmento turístico cabo-verdiano mostrado nesta seção reforçam os da seção anterior, que sinalizam a variável infraestrutura de segurança pública como um problema, que até então aguarda uma solução.

Neste estudo, acredita-se que tornar a questão da segurança uma prioridade na agenda pública governamental é uma das estratégias que podem ser adotadas. Para tanto, como foi salientado na seção anterior, as parcerias com as empresas locais são vistas neste estudo como uma iniciativa importante que cabe às instituições que coordenam o setor do turismo no

Arquipélago implementar. Alcançar a sustentabilidade social no turismo, então, significa também dividir as responsabilidades entre os principais Atores sociais (Governos, Residentes, Turistas e Empresas) através de diálogos e negociações que beneficiem a todos os interessados. Dessa forma, acredita-se que é possível encontrar um denominador comum não só para o problema da segurança, mas também para outros eventuais impasses que podem vir a surgir no setor do turismo em Cabo Verde.

Em relação à varíavel quantidade de produtos disponíveis apontada pelos turistas como o principal problema do setor do turismo em Cabo Verde, acredita-se que isso denota a necessidade de aumentar não só a quantidade, mas também de diversificar os produtos turísticos locais. Um destino rico tanto em termos culturais quanto naturais, como é o caso de Cabo Verde, deve apostar em vários outros tipos de produtos e não concetrar a sua oferta turística em monocultura do produto sol e praia. Aumentar a quantidade e diversificar os produdos turísticos nesse destino pode ser uma forma de reter os turistas por mais tempo nesse destino, em vez de incentivar o aumento da quantidade dos turistas que vistam esse destino, tendo em conta que a estrutura territorial é frágil e não comporta índices demográficos elevados.

– Variável: Sustentabilidade Turística em Cabo Verde.

A sustentabilidade do destino turístico cabo-verdiano, discutido no decorrer deste capítulo, é a preocupação central deste estudo. E para compreender o processo de desenvolvimento do setor do turismo no Arquipélago, os três importantes grupos entrevistados nesta pesquisa foram levados a fazer uma avaliação geral sobre o turismo em Cabo Verde. Isto é, perguntou-se aos três grupos: em sua opinião como o senhor (a) avalia o desenvolvimento do setor turístico cabo-verdiano? Cerca de 54,3% dos Residentes, 58,6% dos Empresários e 51,4% dos Turistas apontaram para o fato de que o turismo cabo-verdiano é **Pouco Sustentável** (Ver Tabela 16)**.**

Tabela 16 – Percepção dos Residentes, Empresários Locais e Turistas, sobre o Desenrolar do Turismo em Cabo Verde (Resultados em %).

Opinião geral sobre o turismo cabo-verdiano			
Do seu ponto de vista, como o (a) senhor (a) avalia o desenrolar do setor do turismo cabo-verdiano?	Residentes	Insustentável	1,4
		Pouco Sustentável	54,3
		Sustentável	44,3
	Empresários Locais	Insustentável	2,9
		Pouco Sustentável	58,6
		Sustentável	38,6
	Turistas	Insustentável	1,4
		Pouco Sustentável	51,4
		Sustentável	42,9

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Com se pode observar na Tabela 16, a maioria absoluta dos três grupos entrevistados escolheu esta classificação. Os resultados referentes a essa variável denotam certo consenso nas respostas dos três grupos entrevistados, isto é, mais de 50% dos informantes de cada grupo, considerados separadamente, indicaram que o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde é **Pouco Sustentável.** Por outro lado, observa-se também que uma quantidade bastante siginificativa dos entrevistados dos três grupos que não escolheram a opção Pouco Sustentável, optaram por classificar o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde como sendo Sustentável, o que demostra que varíos aspectos do setor do turismo no Arquipélago levou o mesmo a ser considerado como um destino Sustentável, ainda que a maior parte dos entrevistados entendam ser pouco sustentável.

Os resultados desta variável apresentada na 2ª Etapa refletem de certa forma os resultados dos diferentes indicadores discutidos no decorrer da 1ª Etapa. Considerar o turismo de um determinando destino como sendo pouco sustentável, nada mais é do que apontar para os desempenhos dos indicadores referentes a este e que ainda estão abaixo do nível esperado.

Neste estudo, entende-se que os resultados dos indicadores discutidos nas seções anteriores que apresentaram baixo desempenho em relação ao nível esperado, explicam em grande medida o resultado da variável **Sustentabilidade Turística em Cabo Verde,** apresentado nesta seção.

A busca para alcançar a sustentabilidade de um destino turístico é um processo contínuo. Para o turismo ser sustentável, é preciso que se tome conhecimento dos impactos

negativos que podem existir na prática e quais medidas existem para evitá-los ou minimizá-los (PRADO et. al., 2004). Neste sentido, acredita-se que, ao apresentar os resultados desta pesquisa, contribui-se com a identificação dos impactos ou implicações negativas do turismo no caso de Cabo Verde.

– Variável: A Melhor Estratégia a ser adotada.

As questões relacionadas com a estratégia de gestão dos destinos turísticos constituem um dos temas bastante discutidos na arena do turismo. A literatura sobre o turismo mostra que alguns governos vêm enfrentando dificuldades no que tange a adoção de estratégias adequadas para a gestão dos destinos considerados turísticos.

Na tentativa de compreender melhor o processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, este estudo buscou saber, na opinião dos Residentes, Empresários Locais e Turistas, quais estratégias seriam importantes para melhorar o destino turístico cabo-verdiano. Perguntou-se aos três grupos entrevistados nessa pesquisa: **quais estratégias devem ser adotadas para melhorar o setor do turismo em Cabo Verde?**

Analisando as respostas dos entrevistados, verificou-se que, na opinião deles, a redução dos custos turísticos (bilhete aéreo, hotéis, restaurantes, etc.) deve ser a primeira medida a ser tomada. Assim, 25,7% dos Empresários Locais e 31,4% dos Turistas escolheram, entre as várias opções apresentadas, esta variável como a melhor estratégia a ser adotada. Já os Residentes (30%) acreditam que é preciso investir na educação da comunidade de forma que seja voltada para o turismo (Ver Tabela 17).

Tabela 17 – Estratégias para melhorar o turismo cabo-verdiano (Resultados em %).

Estratégias para melhorar o turismo cabo-verdiano.	Residentes	Empresários Locais	Turistas
a) Investir em Diversificação dos produtos turísticos;	12,9	24,3	12,9
b) Investir em Empresários locais que atuam no sector	20	12,9	12,9
c) Aumentar a Quantidade de produtos turísticos disponíveis	7,1	10	10
d) Reduzir os custos turísticos	22,9	25,7	31,4
e) Investir numa educação da comunidade local voltada para o turismo.	30	24,3	25,7
f) Outros		2,8	2,9

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Como se pode observar na Tabela 17, as opiniões dos Residentes são reforçadas pelas dos Empresários Locais e Turistas que elegem a variável de investir numa educação da

comunidade local voltada para o turimo em segundo lugar após a varivável redução dos custos turísticos.

O custo é um dos elementos que estão intrinsecamente ligados à questão da competitividade e, conseqüentemente, a sustentabilidade econômica de um destino turístico. E a "sustentabilidade econômica no turismo, significa gerar prosperidade nos diferentes níveis da sociedade, reconhecendo o custo efetivo de toda a atividade econômica" (SOUSA, 2006, p. 30). Esse é um problema em que a iniciativa para resolvê-lo deve vir, sobretudo, das instituições públicas que coordenam o setor. As políticas e ações para planejamento turístico devem ser desenhadas de maneira a otimizar e promover os benefícios e reduzir os custos e impactos negativos das atividades a ele vinculadas, em sentido amplo (IRVING, 2005). As vantagens econômicas da promoção de um turismo sustentável são hoje reconhecidas e se traduzem em poupanças em custos de operação e maior atratividade do ponto de vista de potenciais visitantes (SOUSA, 2006).

No caso das ilhas turísticas, nas quais Cabo Verde se insere, o isolamento entre as ilhas e em relação aos grandes centros econômicos pode constituir uma das razões que justificam, em grande medida, os altos custos, principalmente no que diz respeito aos transportes (NUNES, 2009) e os preços dos produtos comercializados nos restaurantes.

Portanto, reduzir custo pode ser uma forma de se tornar mais competitivo e atrair mais turistas, a despeito de entender que na prespectiva sustentável a enfase deve ser a qualidade e não a quantidade. Cabo Verde, pelo fato de ser um destino que oferece no mercado internacional o seu principal produto sole praia, deve-se preocupar também com a questão dos custos, pois existem outros destinos que também dispõem desse mesmo produto e ficam mais próximos dos grandes centros, como é o caso dos Açõres, das ilhas Canárias e da Ilha da Madeira, que fazem parte da região da Macronésia, na qual Cabo Verde é um dos membros.

Investir numa educação voltada para o turismo é uma das estratégias apontadas pelos turistas como sendo adequadas e importantes para melhorar o turismo cabo-verdiano. Neste estudo acredita-se que uma das formas de influenciar o comportamente da comunidade local, pode ser o uso da comunicação em massa visando não só informar a comunidade local sobre a importância do turismo para o desenvolvimento do país, mas também, sobre os impactos negativos que ele pode trazer.

Ao terminar esta segunda etapa da análise do processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, cumpre-se o quarto objetivo específico desta pesquisa. O de entender o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde a partir das diferentes percepções dos

Residentes, Empresários Locais e Turistas, relativas à sustentabilidade turística em Cabo-Verde.

6.3 Síntese do Capítulo

Este capítulo buscou compreender o processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, estudando-o em dois momentos ou etapas. No primeiro momento, a análise foi feita com base nos indicadores de sustentabilidade turísticos selecionados a partir da revisão bibliográfica na literatura sobre o turismo. No segundo momento, as análises foram feitas a partir da percepção dos Residentes, Empresários Locais e Turistas.

Analisando os resultados apresentados neste capítulo, nota-se que a quantidade de indicadores que apontam para os problemas referentes ao setor do turismo são relativamente maiores em relação aos que indicam para resultados positivos ou avanços. Entre os indicadores que apontam para as dificuldades apresentadas por este setor, podem ser destacados: o baixo número de empregos diretos gerados no destino; a concentração dos investimentos em determinadas ilhas; os problemas de segurança pública. Entende-se ainda que, quando se observa a quantidade de água disponível para novos projetos, percebe-se também a necessidade de reforçar as medidas de combate à falta desse recurso natural importante, tanto para a comunidade local, quanto para o desenvolvimento do turismo no Arquipélago.

No próximo Capítulo, analisa-se o atual Plano Estratégico para Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde – PEDT, à luz do conceito de sustentabilidade amplamente discutido na literatura recente sobre o turismo.

ANALISANDO A POLÍTICA PÚBLICA DO TURISMO EM CABO VERDE

Este capítulo dá continuidade à análise do processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, e é considerado a **terceira etapa** da análise dos resultados desta pesquisa. Desta vez toma-se como base o atual Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde (2010/2013). O capítulo inicia apresentando o desenho da estrutura institucional que administra o setor do turismo no arquipélago, seguido da apresentação do Plano delineando os seus objetivos e sua estrutura, bem como os programas/instrumentos que o compõem. Na última parte deste Capítulo é feita a análise do processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde com base nas políticas públicas do turismo explicitadas nesse Plano.

Durante as análises estabelecidas neste Capítulo, este estudo busca, sempre que possível, confrontar as políticas públicas do turismo explicitadas no Plano, com o consenso existente na literatura sobre sustentabilidade turística, particularizando a dimensão política desse conceito. No decorrer da análise faz-se referência aos achados empíricos apresentados e discutidos no Capítulo 6 como forma de aprofundar as discussões sobre políticas públicas do turismo feitas neste capítulo.

7.1 Estrutura Institucional e Política Turística Cabo-Verdiana

O arcabouço institucional concebido com o objetivo de regular a atividade turística em Cabo Verde, constitui também um importante instrumento de política do governo, pois são elas que elaboram e implementam todas as políticas públicas do turismo visando promover o desenvolvimento do turismo no arquipélago.

Os diferentes níveis administrativos com competências sobre o turismo em Cabo Verde podem ser classificados da seguinte forma: o máximo órgão administrativo é a Direção Geral do Turismo (DGT), subordinada ao Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade.

Paralelamente à DGT, encontra-se a Cabo Verde Investimento (CI) órgão responsável pela promoção e *marketing* do destino "Cabo Verde", a Inspeção Geral das Atividades Econômicas (IGAE) entidade responsável por fiscalização e controle do setor do turismo e das demais áreas da economia, e o Conselho Nacional do Turismo (CNT), como instância de concertação entre o setor público e o setor privado na definição de políticas e orientações para o setor. O CNT, por sua vez, subdivide-se em regiões turísticas formando assim os Conselhos Regionais do Turismo (CRT) – órgãos de concertação no nível regional entre o Governo, os Municípios, o Setor Privado e a Sociedade Civil (PLANO, 2010/2011). A estrutura institucional e política turística cabo-verdiana pode ser sistematizada da forma descrita na Figura 9 abaixo.

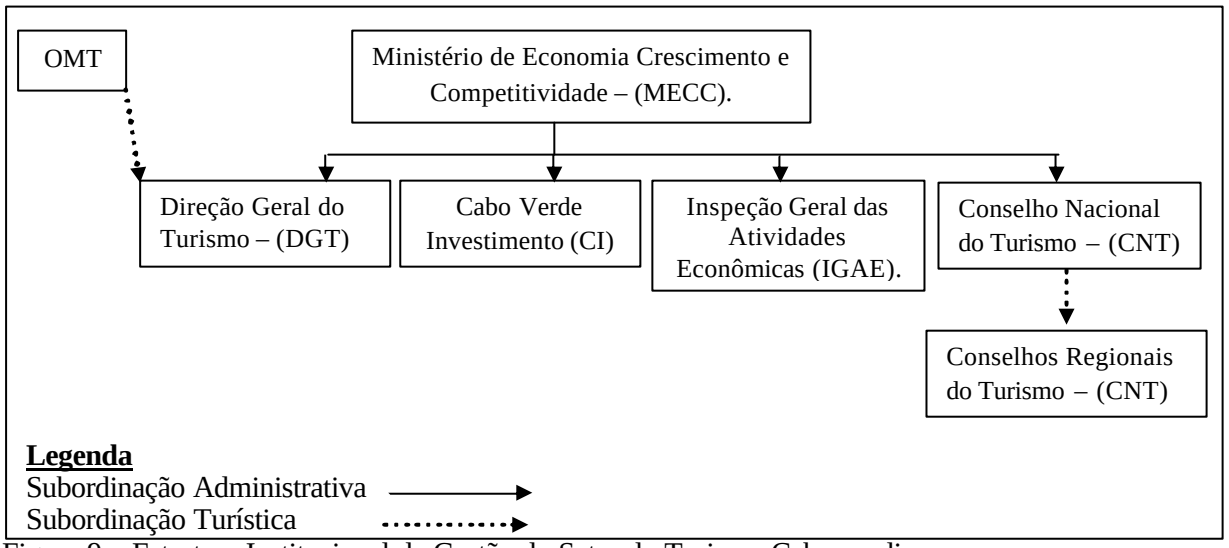

Figura 9 – Estrutura Institucional de Gestão do Setor do Turismo Cabo-verdiano.
Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Por ser a Direção Geral do Turismo a principal autarquia do governo cabo-verdiano em matéria do turismo, é importante destacar algumas das competências que cabem a ela desempenhar, e que estão intrinsecamente relacionadas com os objetivos desta pesquisa.

De acordo com o PEDT – CV(2010-2013) compete à DGT:

a) Propor planos, programas e projetos que contribuam para o desenvolvimento do setor do turismo;
b) Contribuir para a definição e execução da política de turismo, propondo medidas e ações com vistas à diversificação, qualificação e melhoria da posição competitiva da

oferta turística nacional, consolidação das estruturas empresariais e preservação e valorização dos recursos do país;

c) Acompanhar a atividade turística, mantendo um conhecimento atualizado em termos de oferta e de procura, criando os mecanismos de observação e inventários adequados e promovendo uma informação útil ao setor, de forma a permitir a avaliação dos efeitos das medidas da política de turismo;
d) Contribuir para a elaboração e fundamentação das propostas legislativas e regulamentares necessárias à prossecução dos objetivos das políticas da área do turismo e acompanhar o licenciamento, qualificação e classificação da oferta turística, nos termos definidos pela lei;
e) Propor e observar medidas de articulação do desenvolvimento da atividade turística com outras atividades econômicas, bem como com políticas públicas relevantes para aquela atividade;
f) Definir e assegurar a aplicação da política de promoção turística do País.

A Direção Geral do Turismo é composta por duas áreas principais: o Serviço de Políticas, Estudos e Mercados e o Serviço de Acompanhamento de Atividades Turísticas.

- **O Serviço de Políticas, Estudos e Mercados** tem as seguintes competências:

a) Apoiar o Governo na concepção e definição do modelo de política para o setor do turismo;
b) Participar na preparação dos elementos para a concepção da política de desenvolvimento do turismo e assegurar a sua aplicação e execução;
c) Organizar e participar em feiras nacionais e internacionais no intuito de promover o produto turístico, valorizando a riqueza patrimonial, a diversidade cultural e os recursos turísticos nacionais;
d) Estabelecer e reforçar parcerias estratégicas com instituições e organismos no sentido de atingir os objetivos preconizados para o setor;
e) Recolher, tratar e analisar informações estatísticas confiáveis que possam ser utilizadas para guiar as políticas do Governo e os Investimentos do Setor Privado no desenvolvimento do setor turístico;

f) Desenvolver estratégias de identificação e promoção das áreas de especial aptidão para o turismo;
g) Contribuir para o desenvolvimento do turismo interno, promovendo o turismo social e associativo generalizado.

- Ao **Serviço de Acompanhamento de Atividades Turísticas** compete:

a) Monitorar as ações do Estado voltadas para o desenvolvimento e o crescimento da atividade turística a partir de pesquisas realizadas em cooperação com outros serviços e organismos competentes;
b) Elaborar planos e estabelecer parcerias estratégicas com o objetivo de contribuir para a preservação do ecossistema, da cultura e autenticidade nacionais, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e dos princípios definidos no Código Mundial de Ética da Organização Mundial do Turismo;
c) Participar na elaboração de normas, regulamentos e especificações técnicas relativos a instalações e serviços turísticos;
d) Emitir pareceres e análises sobre a qualidade dos empreendimentos sujeitos ao estatuto de utilidade turística;
e) Propor e presidir vistorias de abertura às instalações declaradas de utilidade turística;
f) Manter atualizada a informação sobre a atividade turística e promover a sua divulgação;
g) Emitir parecer sobre a qualidade dos empreendimentos que requeiram a atribuição do estatuto de utilidade turística e submeter a despacho ministerial os pedidos de concessão de declaração de utilidade turística;
h) Credenciar e acompanhar a atividade dos operadores e prestadores dos serviços turísticos;
i) Desenvolver ações de fomento, acompanhamento e apoio à indústria do turismo e às iniciativas empresariais para o desenvolvimento do setor, sensibilizando os operadores turísticos e sociedade civil acerca da relevância da qualidade turística;
j) Fazer o acompanhamento e execução das normas que regem o setor.

Assim, configura-se a atual estrutura administrativa e política do setor do turismo do Governo de Cabo Verde. Esta estrutura de gestão do turismo assemelha-se com a de alguns

países desenvolvidos como a Alemanha e França, tendo em vista que o Plano apresenta certo interesse em integrar os diferentes setores da economia ao dividir as responsabilidades de execução dos Programas entre os Ministérios, com o objetivo fim de criar sinergias para dar respostas a todas as questões voltadas para o turismo. Este formato institucional demonstra sem dúvida o grau de relevância atribuída à atividade, ao tratar o turismo como uma questão transversal a diversos ministérios.

A seguir, apresenta-se o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde, seguido da análise do mesmo com base nos achados apresentados no capítulo anterior.

7.2 Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde (2010-2013).

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde (2010/ 2013) elaborado pelo Ministério da Economia, através da Direção Geral do Turismo, com apoio técnico da empresa de consultoria PD Consult, traz na sua configuração atual como pano de fundo os seguintes objetivos políticos:

- Identificar as potencialidades turísticas do país no contexto das oportunidades decorrentes da conjuntura atual e esperada do setor a nível mundial;
- Identificar as áreas de melhoria e os pontos de gargalo ao crescimento sustentável do turismo no país;
- Definir e comunicar uma visão clara sobre qual o turismo que se pretende para Cabo Verde, em linha com a estratégia de desenvolvimento do país elaborada pelo Governo;
- Estabelecer políticas e orientações estratégicas que norteiam programas de ação visando alcançar objetivos previamente definidos no setor do turismo, bem como identificar os recursos necessários para a sua materialização;
- Estabelecer mecanismos eficazes de monitoração e avaliação dos resultados da sua implementação (PEDT, p. 14).

7.2.1 Estrutura do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde

O PEDT – CV encontra-se estruturado da seguinte forma: na sua primeira parte (Capítulos 2 e 3), estabelecem-se os objetivos da elaboração do Plano Estratégico em si, seguido de uma apresentação resumida da abordagem metodológica utilizada pelos consultores. Na segunda parte (Capítulo 4), o plano apresenta um diagnóstico do setor fazendo o enquadramento de alguns elementos considerados importantes, tanto no nível mundial como interno nos últimos anos, concluindo esta parte com uma síntese da análise da competitividade de Cabo Verde enquanto destino turístico (pontos fortes e pontos fracos), no contexto de ameaças e oportunidades identificadas ou previstas. A terceira parte do documento (Capítulos 5 e 6) define as linhas gerais de que turismo se pretende para Cabo Verde (a visão do Governo, os objetivos a alcançar e os princípios norteadores), bem como as linhas gerais de intervenção, as ações a serem implementadas, os recursos necessários e os mecanismos de avaliação de impacto (PEDT, 2010-2013).

7.2.2 Programas e instrumentos de gestão

Visando alcançar o conjunto dos objetivos políticos pré-definidos, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde apresenta, na sua estrutura, 17 Programas Estratégicos (PEs) abrangendo as áreas de acesso, infraestrutura geral, infraestrutura turística, estrutura institucional, sustentabilidade e monitoração. O Quadro 8, apresentado abaixo, sistematiza os diferentes programas ou instrumentos que compõem o plano em questão. Os programas discutidos nesta seção estão apresentados de forma mais detalhada no Anexo C.

Quadro 8 – Programas Estratégicos

DIMENSÕES	PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
ACESSOS	1. Programa “Ligar o Mundo às Ilhas”
	2. Programa “Ligar as Ilhas entre si”
	3. Programa “Viajar nas Ilhas”
INFRAESTRUTURA GERAL	4. Programa “Mais Saúde Também Para Quem nos Visita”
	5. Programa “Mais Segurança Também Para Quem nos Visita”
	6. Programa “Água, Energia e Saneamento para o Desenvolvimento Turístico”
	7. Programa “Melhor Suporte de Comunicações e Produtos Financeiros para o Desenvolvimento Turístico”
INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	8. Programa “Receber Nossos Visitantes com Conforto e Qualidade”

	9. Programa “Promover o Destino Cabo Verde com Eficiência”
	10. Programa “Política Fiscal para um Turismo Sustentável”

(continuação)

ESTRUTURA INSTITUCIONAL	11. Programa “Melhor Gestão do Turismo Nacional”
	12. Programa “Melhor Legislação para o Desenvolvimento do Turismo” .
SUSTENTABILIDADE	13. Programa “Mais Ambiente, para Mais Turismo”
	14. Programa “Mais Cultura, para Mais Turismo”
	15. Programa “Para um Turismo com Rosto Social”
MONITORIZAÇÃO	16. Programa “Avaliar para Melhorar”
	17. Programa “Conhecer o Turista para Melhor o Servir”

Fonte: Adaptado do PDET-CV (2010-2013).

Os Programas apresentados no Quadro 8, descrito acima, demostram a forma como o governo pretende gerir o setor do turismo, em particular durante o período de 2010 a 2013. Em outras palavras, o governo acredita que, através desses instrumentos, é possível solucionar os problemas identificados, minimizar ou até mesmo superar os desafios apresentados pelo segmento turístico em Cabo Verde.

7.2.3 Análise do processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde tendo como parâmetro o atual Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo

O Plano, assim como também os Programas que o compõem, é considerado um dos produtos da política pública (SANSOLO e CRUZ, 2003). Diante disso, analisando as informações explicitadas nesse documento, é possível entender as políticas do governo para o setor do turismo.

Observando o atual Plano Estratégico para Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde, mais especificamente os programas apresentados nesse Plano, na perspectiva da sustentabilidade turística verifica-se a preocupação por parte das instituições públicas governamentais que elaboraram o presente Plano com as questões ou princípios que norteiam o turismo sustentável.

Tal constatação foi feita durante a análise do Plano de um modo geral e, em particular, na análise dos programas **“Mais Ambiente, para Mais Turismo, Mais**

Cultura, para Mais Turismo, Para um Turismo com Rosto Social, para atender à dimensão sustentável do desenvolvimento do turismo (Vide o Quadro 8).

Ainda no que tange às dimensões do setor do turismo que os Programas Estratégicos apresentados no Plano pretendem abranger, considera-se importante salientar a importância da **Dimensão Monitoramento,** onde foram apresentados os programas **"Avaliar para Melhorar"** e **"Conhecer o Turista para Melhor o Servir"**. Monitoramento e avaliação das ações implementadas no setor do turismo são considerados importantes pelos teóricos que estudam o turismo na perspectiva da sustentabilidade. Pois "a prossecução da sustentabilidade do turismo é um processo contínuo, que requer a constante monitorização de impactos e a introdução antecipada das medidas necessárias em termos preventivos e/ou corretivos", afirma (MONIZ, 2006, p. 19).

Entre os programas apresentados no Plano, deve-se destacar o Programa "Água, Energia e Saneamento para o Desenvolvimento Turístico". A água, considerada um dos recursos escassos nesse destino, como foi demonstrado no Capítulo 6, está no centro das preocupações do governo explicitadas no Plano em debate. Além da questão da água, o documento em análise demonstra estar ciente em relação a vários outros problemas que o turismo pode causar, quando observa: **" há uma insuficiência de políticas e mecanismos de resposta aos efeitos sociais negativos gerados pelo desenvolvimento do turismo".** De acordo com plano, "**a Política Fiscal desenhada para o setor não incorpora a necessidade de sustentabilidade; há necessidade de uma forte política de promoção cultural, associada ao desenvolvimento do turismo"** (PEDT, p. 91). O fato de o Plano reconhecer os efeitos negativos é considerado importante na medida em que se acredita que, ao conhecer os problemas é que se pode partir de encontro a uma solução.

O presente Plano, ao apresentar os programas que irão abranger a dimensão infraestrutura geral (**Programas "Mais Segurança Também Para Quem nos Visita**"; "**Água, Energia e Saneamento para o Desenvolvimento Turístico**") e principalmente a infraestrutura turística (**Programa "Política Fiscal para um Turismo Sustentável**"), demonstram que a Administração Pública e as Autoridades Locais estão preocupadas em colocar em prática algumas das competências que cabem às entidades públicas governamentais exercer, pois é dessa forma que se pode alcançar o desenvolvimento sustentável nesse setor (DINICA, 2008). No tocante à infraestrutura geral, como se pode observar, o Plano apresenta um programa específico para fazer frente ao problema da segurança que foi identificado a partir da opinião dos três grupos entrevistados como o principal problema do setor do turismo em Cabo Verde.

De acordo com a análise do Plano feita nesta seção, percebe-se que esse documento adotou os princípios da sustentabilidade turística discutida na literatura sobre turismo e recomendada pela Organização Mundial do Turismo, como estratégia norteadora da Política Nacional de Desenvolvimento do Turismo nas ilhas do Arquipélago. Todas as dimensões de sustentabilidade foram contempladas no processo de elaboração do PEDT – CV, com destaque para as três consideradas pilares do conceito de sustentabilidade (a sociocultural, a econômica e a ambiental). Por outro lado, notou-se certa convergência entre a literatura do turismo, em especial, a linha teórica que aborda questões relacionadas à sustentabilidade política do turismo, e as estratégias políticas adotadas na elaboração do Plano em questão.

Ao realizar este estudo, constatou-se também que durante todo o período em que as ações que envolvem o turismo vêm-se manifestando no Arquipélago, em particular durante os anos de 2000 a 2010, tomado como referência neste estudo, o setor do turismo cabo-verdiano não contou com nenhum Plano, como o atual, que explicitasse as políticas públicas que nortearam as ações em nível do turismo implementadas no território nacional.

Um estudo realizado por Cabral (2005, p. 171) constatou que o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2002/2005) já previa a execução de um plano estratégico de desenvolvimento turístico. Segundo esse autor, "[...] em Fevereiro de 2004, numa oficina de validação presidida pelo então Secretário de Estado do Turismo, Dr. Amílcar Lima, a DGDT apresentou a proposta do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico (PEDT), com um horizonte temporal de 12 anos". Porém, "devido às discordâncias e às polêmicas geradas, o então Plano ficou à espera de novos contributos e da sua conseqüente homologação". O autor afirma que "no *atelier* de validação, a então presidente do Centro de Promoção Turística dos Investimentos e das Exportações (PROMEX), Dra. Georgina de Mello e outros especialistas, acusaram o plano estratégico de ser inibidor do investimento turístico". Assim, o setor do turismo só passa a contar com um Plano aprovado pelo governo em 2010, praticamente 15 anos depois de serem registradas as primeiras ações que envolvem o turismo no Arquipélago, já que os resultados do PIB demonstrado no Capítulo 4 mostraram que, em 1995, o turismo já contribuía gerando 2,0% de todas as riquezas produzidas pelo país.

Essa constatação leva a concluir que a ausência de um Plano constituiu um dos principais motivos a justificar o baixo desempenho de alguns dos indicadores apresentados e discutidos no Capítulo 6. Diante deste achado, pode-se afirmar que a ausência de um planejamento e de políticas que adotem princípios de prática do turismo sustentável à altura das complexidades do setor do turismo cabo-verdiano, constitui um dos principais elementos

responsáveis pelos impactos ambientais e socioeconômicos negativos causados por este fenômeno. Dessa forma, confirma-se o segundo pressuposto desta pesquisa.

7.3 Síntese do Capítulo.

O propósito deste Capítulo foi analisar o nível de conhecimento e de adesão a práticas de sustentabilidade do turismo por parte das instituições públicas que elaboram e implementam as políticas públicas para o setor do turismo em Cabo Verde. Feito isso, atende-se ao quarto objetivo específico desta pesquisa.

De acordo com a análise do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde (2010-2013) realizada neste Capítulo, conclui-se que o Plano em questão adota os princípios que norteiam a prática de turismo sustentável. Não obstante se as ações estratégicas delineadas no Plano serão ou não cumpridas na prática, isso não pode ser afirmado *a priori*, levando-se em conta que o ciclo de uma política pública consiste do processo de Elaboração, Execução e, só depois, a política deve ser avaliada. Diante disso, emerge a necessidade de um estudo futuro, que venha avaliar o atual Plano, após a sua execução completa, considerando que a intenção neste estudo foi apenas analisar o atual Plano à luz do conceito de sustentabilidade turística.

A seguir, apresenta-se a última parte desta dissertação. A fim de apresentar resultados consistentes sobre a análise do processo de desenvolvimento do turismo no Arquipélago, objeto de estudo desta pesquisa, realiza-se a triangulação dos resultados encontrados, visando integrar os diferentes métodos usados nesta pesquisa.

TRIANGULAÇÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES

O objetivo central desta pesquisa foi **compreender o processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde no decorrer dos anos 2000 a 2010, à luz do conceito de sustentabilidade turística.** Para atingir este propósito, diferentes técnicas de coletas e análise de dados/informações foram utilizadas, o que permitiu no final a triangulação dos resultados encontrados.

A triangulação dos resultados permite fortalecer e enriquecer uma pesquisa científica. Esta estratégia, apresentada particularmente em ciências sociais, como método de triangulação e em alguns casos denominado também métodos múltiplos ou método mistos, permite, segundo Neves (1996, p.2), "tornar uma pesquisa mais forte e reduzir os problemas de adoção exclusiva de um desses grupos.

O uso da triangulação é feita normalmente quando o fenômeno ou problema a ser analisado exige que o pesquisador utilize a abordagem quali-quantitava para interpretá-lo. Fazendo referência a Sick (1979), que chama a combinação de métodos quantitativos e qualitativos de triangulação, citando outros autores como Campbell e Fiske, que, em 1959, propuseram a denominação validação convergente ou multimétodo com sentido semelhante, Neves (1996, p.2) afirma:

> a triangulação pode estabelecer ligações entre descobertas obtidas por diferentes fontes, ilustrá-las e torná-las mais compreensíveis: pode também conduzir a paradoxos, dando nova direção aos problemas a serem pesquisados. Um plano cuidadoso de emprego de métodos quantitativos e qualitativos deve supor que a análise dos dados se dê ao longo da execução do estudo, o que eventualmente pode provocar seu redirecionamento.

Esse estudo buscou estabelecer as ligações entre as descobertas obtidas, como propõe esse autor, visando dar mais consistência aos resultados encontrados a partir do uso da abordagem quanti-qualitativa. Entre as técnicas utilizadas na fase da coleta dos dados para

esta pesquisa, encontram-se os **Indicadores de Sustentabilidade Turística** que ofereciam as Fórmulas de cálculo, o **Questionário**, e a **Análise Documental**.

As **fórmulas** fornecidas pelos indicadores foram operacionalizadas, na sua maior parte, com dados obtidos em fontes secundárias, isto é, nas instituições governamentais competentes que realizam pesquisas periódicas sobre o setor do turismo, e os outros segmentos da economia cabo-verdiana. Em alguns casos, as fórmulas foram substituídas por dados primários coletados através do **questionário**, considerada a segunda técnica de coleta dos dados utilizada nesta pesquisa. O terceiro instrumento utilizado foi a **análise documental**, que foi importante para conhecer o nível de compreensão das práticas de sustentabilidade do turismo por parte das instituições públicas que elaboram e implementam as políticas públicas para o setor do turismo cabo-verdiano. A Figura 10, a seguir, descreve de forma sistematizada, a maneira como os dados/resultados encontrados foram triangulados.

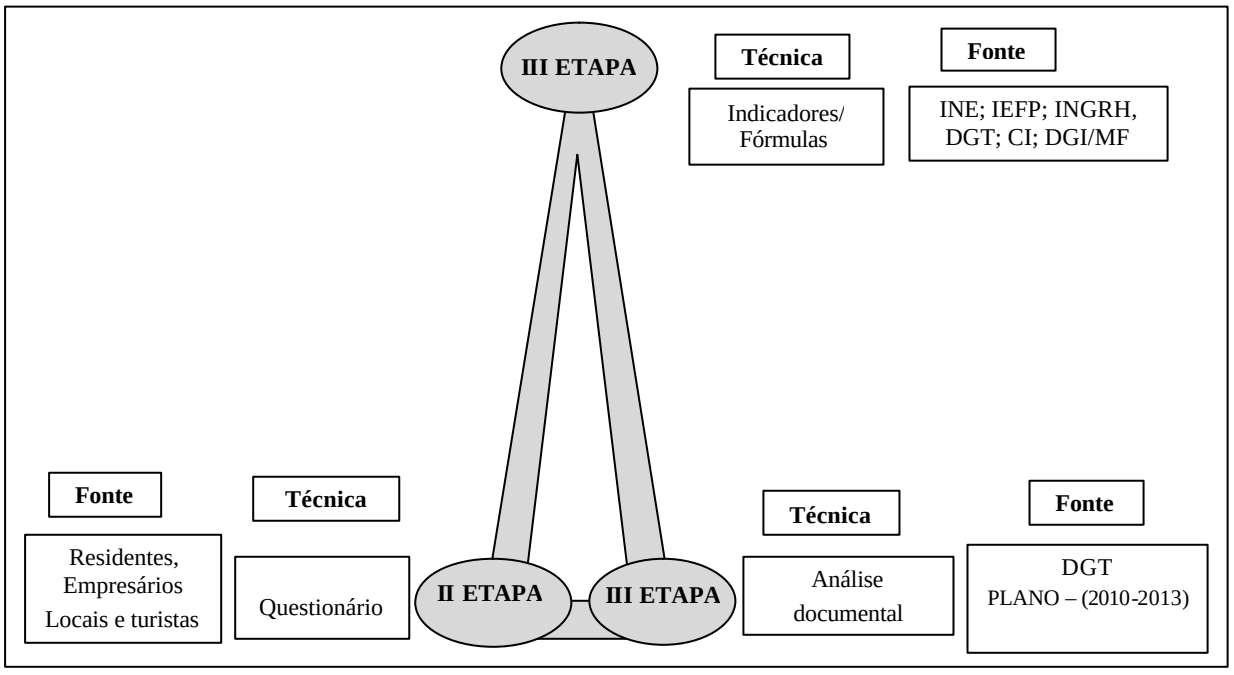

Figura 10 – Origem dos Dados Triangulados nesta pesquisa
Fonte: Elaboração própria (2011).

Os principais resultados encontrados na análise do processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, serão triangulados nesta parte conclusiva, seguindo a mesma lógica usada para apresentar os resultados desta pesquisa discutida nos Capítulos 6 e 7, isto é, por etapas.

Os dados referentes à **1ª Etapa,** como demonstra a Figura 12, foram encontrados a partir do uso dos indicadores de sustentabilidade turística proposto por Gracia e Díaz (2007) e

pela Comissão Europeia (APA, 2007), apresentados e discutidos na primeira parte do Capítulo 6.

1ª Etapa

Analisando os resutados encontrados na **1ª Etapa** desta investigação, observa-se que, no que diz respeito à dimensão sociocultural, o resultado do indicador que mede a percepção da comunidade local acerca da atividade turística aponta para o fato de que a maior parte da população (90%) disse estar satisfeita com as atividades, incluindo as de natureza turísticas que se vêm desenrolando no Arquipélago e, consequentemente, com o fato de Cabo Verde ser um destino turístico.

No que tange à dimensão econômica, o resultado do indicador que avalia o total de empregos diretos gerados pelo turismo indicou que o número de empregos diretos gerados por esse setor, quando comparado com os demais setores da economia do Arquipélago, é pequeno. Além disso, quando comparada à variável empregabilidade no setor do turismo com as variáveis IDE e número de camas nesse setor, observou-se que a evolução desse setor no nível de emprego não tem sido muito representativa. Por outro lado, pelo fato de os investimentos estarem concentrados em quatro ilhas, o número de empregos gerados nesse setor apresenta também a mesma tendência.

No âmbito da dimensão ambiental, constatou-se através dos resultados alguns desafios que o turismo apresenta. No que tange aos recursos naturais, em especial a água, o resultado apontou para a necessidade da intervenção do poder público estatal, pois, de acordo com cálculo efetuado, a quantidade de água disponível para novos projetos é muito pequena (5%), o que pode comprometer a evolução deste setor em longo prazo, caso não haja investimentos nas diferentes formas de exploração desse recurso. O resultado do indicador sobre disponibilidade de água para novos projetos mostra ser mais preocupante, quando o resultado do último indicador apresentado e discutido na 1ª Etapa, que cacula a Intensidade Turística, indica que a evolução do turismo em Cabo Verde de um modo geral é insustentável.

2ª Etapa

Nesta seção, apresentam-se os resultados referentes à **2ª Etapa**, isto é, os achados encontrados a partir da análise dos dados coletados através dos questionários e roteiro de entrevista, dirigidos aos Residentes, Empresários Locais e Turistas.

Do ponto de vista sociocultural, os resultados dos questionários aplicados aos três grupos-chave citados no parágrafo anterior apontaram a infra-estrura de segurança pública como o principal problema do setor do turismo em Cabo Verde.

Já no que concerne à dimensão econômica, podem-se destacar os resultados que apontaram para as boas condições em termos de infraestruturas turísticas, entre elas, as condições das praias, dos serviços de táxis, a qualidade dos aeroportos. Estas são algumas variáveis analisadas nesse estudo que sinalizam para os avanços conquistados no setor do turismo em Cabo Verde e têm uma relação direta com a satisfação dos turistas, e, por conseguinte, com a possibilidade do aumento da demanda turística internacional nesse destino.

Quanto à dimensão ambiental, os resultados referentes às entrevistas feitas aos três grupos, não mostraram nenhum achado que pudesse ser considerado de destaque para esta seção. No geral, os três grupos entrevistados nesta pesquisa avaliaram o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde como sendo pouco sustentável. Os resultados das variáveis emprego, intensidade turística, citadas na 1ª Etapa, e segurança pública, citada na 2ª Etapa, justificam em grande medida o fato de os três grupos entrevistados nesta pesquisa afirmarem que o desenvolvimento do turismo nesse destino é pouco sustentável.

3ª Etapa

Quanto aos resultados da **3ª Etapa** referentes aos achados encontrados a partir da análise do atual Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde à luz do conceito de sustentabilidade turística, constatou-se que o setor do turismo nesse destino passou a contar oficialmente com um Plano que norteia as ações implementadas nesse segmento, a partir do ano de 2010. Este achado leva a constatar que o fato do setor não ter contado com nenhum Plano durante os meados da década de 90 até o final da década de 2000, período em que a participação do setor do turismo no PIB em Cabo Verde passou de 2,0% para 21%, justifica em grande medida os resultados dos alguns indicadores apresentados e discutidos no Capítulo 6. Estes apresentaram baixos desempenhos, apontando para a concentração dos investimentos e dos empregos em apenas quadro ilhas, sendo de destaque o caso da ilha do Sal que concentrou mais de 50% dos investimentos em 2008 (BCV, 2010), período em que esse setor apresentou o seu crescimento mais alto.

Finalmente, conclui-se esta investigação retomando a pergunta de partida: **o desenvolvimento do setor do turismo no arquipélago cabo-verdiano processou-se de**

forma sustentável no decorrer dos anos 2000 a 2010? Com base nos achados desta pesquisa, apresentado no decorrer das análises expostas nos Capítulos 6 e 7, e depois sistematizados através da triangulação dos resultados feita nesta última parte conclusiva, a reposta à pergunta de partida é **não**. Dito de outra forma, o processo de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde vem-se dando de maneira, **pouco sustentável.**

O turismo é capaz, de fato, de trazer grandes benefícios para Cabo Verde, assim como foi e tem sido com outros países. Por outro lado, é bem verdade que a gestão deste setor exige uma estrutura institucional supramercado que dite as "regras do jogo" de forma estratégica, através das políticas explicitadas em planos de gestão, que visam maximizar os benefícios da gestão desse segmento da economia para a comunidade local, o que não se verificou durante quase duas décadas em que o turismo mostrou o seu potencial de crescimento no Arquipélago.

8.1 Limitações da Investigação

Entre as limitações desta pesquisa, destacam-se:

1) O tempo e custo para elaborar uma dissertação com este propósito. Por ser uma pesquisa exploratória, este estudo permitiu apenas uma familiarização com o fenômeno e a problemática investigada. Diante disso, a intenção é aprofundar a análise desse objeto no doutorado, visando compreendê-lo e alcançar resultados mais precisos sobre o desenvolviemnto do turismo no Arquipélago.

2) Alguns indicadores que estavam previstos para serem testados nesta pesquisa não foram utilizados, por questões relacionadas à disponibilidade de dados. São eles:
    a) Grau de participação da comunidade nas atividades culturais;
    b) Deterioração de estruturas de interesse turístico;
    c) Expansão do espaço turístico construído.

Pelo fato de o tempo se configurar como uma das principais restrições desta pesquia, isso não permitiu que os indicadores não testados, apresentados acima, fossem susbstituidos por outros. Numa pesquisa futura, a intenção será susbstituir os indicadores não testados e aumentar o número de indicadores de sustentabilidade turística para a análise do objeto desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE. **Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: SIDS PORTUGAL.** Disponível em: < http://www.apambiente.pt/Instrumentos/sids/Documents/SIDS%202007/SIDS%20Portugal.pdf>. Acesso em: 02 de Jun. 2011.

ALMEIDA, Isabel D.; ABRANJA, Nuno. A. **Turismo e Sustentabilidade**. COGITUR Journal of tourism studies. Disponível em: < http://revistas.ulusofona.pt/index.php/jts/article/view/506/409>. Acesso em: 02 de Jun. 2011.

ÁLVARES, Lucia C. CARSALADE, Flávio de L. **Planejamento e Gestão de Políticas Públicas para o Turismo Sustentável: O Caso do Programa Estrada Real**. Revista de Turismo – Vol. 1 - N° 1 - Nov. 2005.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO. **BAD e Cabo Verde "Construindo juntos, uma África melhor.** Disponível em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Cap%20Vert%20Yol%20portugais%20ok.pdf>. Acesso em: 02 de Jun. 2011.

BANCO DE CABO VERDE. **Relatório Anual 1999**. Praia, 2011.

_____.Relatório Anual 2000. Praia, 2011

_____. **Relatório Anual 2002**. Praia, 2011

_____. **Relatório Anual 2004.** Praia, 2011

_____. **Relatório Anual 2006.** Praia, 2011

_____. **Relatório Anual 2008.** Praia, 2011

_____. **Relatório Anual 2009.** Praia, 2011

BANCO ESPIRITO SANTO. **Cabo Verde Economic Outlook: Economia em recuperação.** Disponivel em: http://pt.scribd.com/doc/51947412/Cabo-Verde-jan-2011. Acesso em: 01 de mar. 2011.

BARTHOLO, R. et al. **Análise de iniciativas turísticas com base comunitária: os casos de Trindade (Paraty – RJ) e Conceição de Ibitipoca (Lima Duarte – MG).** Rio de Janeiro, 2006.

BARTHOLO, R. et al. **Utilização de indicadores de sustentabilidade na análise de destinos turísticos.** Relatório técnico-científico.UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 2009.

BENI, Mário C. **Política e Planejamento do Turismo no Brasil**. São Paulo: ALEPH, 2006.

BENI, Mário C. **Análise Estrutural do Turismo.** São Paulo: SENAC, 1998.

BERQUÓ, E. S.; SOUZA, J. M. P.; GOTLIEB, S. L. D. **Bioestatística.** 1. ed. rev. São Paulo

BRITO, Bruno D. M.; MELO, Rodrigo Sousa . **PROGRAMA CIDADÃO TURISTA – Uma Ação de Inclusão Voltada para o Desenvolvimento do Turismo de Base Local em João Pessoa – Paraíba.** II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL. Fortaleza, 2008.

BRITO, Brígida R.. **O Turista e o Viajante: Contributos para a conceptualização do Turismo alternativo e Responsável.** IV CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. Disponível em: <http://fama2.us.es:8080/turismo/turismonet1/economia%20del%20turismo/turismo%20y%20antropologia%20social/turista%20e%20o%20viajante.pdf>. Acessado em: 2 de junh. 2011.

BURSZTYN, Ivan. **Políticas públicas de turismo visando a inclusão social.** DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – 2005. Disponivel em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Ivan%20Bursztyn%20-%20tese%20completa.pdf>. Acesso em: 22 de jan. 2011.

CABO VERDE**. Página oficial do governo central.** Disponível em: http://www.governo.cv. Acesso em: 11 de jan. 2010.

CABO VERDE INVESTIMENTO. **Turismo.** Praia, 2010.

CABO VERDE. **Programa do Governo para a VII Legislatura 2006-2011.** Praia, 2006.

CABO VERDE. **Programa do Governo para a VI Legislatura 2001-2005.** Praia, 2001

CABRAL, José Carlos. **O papel do turismo no desenvolvimento de Cabo Verde – turismo e combate à pobreza: nu djunta-mô**. DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO DA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA. Lisboa, 2005.

CORDEIRO, Itamar J. D. **Instrumentos de Avaliação da Sustentabilidade do Turismo: uma análise crítica.** DISSERTAÇÃO APRESENTADA NA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA. UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. 2008.

CORDEIRO, I. D. k; KÖRÖSSY LEITE, N.; PARTIDÁRIO, M. R.**Instrumentos de avaliação de sustentabilidade de destinos turísticos: uma revisão de literatura**. Caderno Virtual de Turismo. Vol. 10, N° 2. 2010.

COSTA LEITE, I. **Entre África e Europa: Cabo Verde e a sua estratégia de desenvolvimento.** Comunicação apresentada à CONFERENCIA INTERNACIONAL ÁSIA/ÁFRICA. Porto, UFP - Universidade Fernando Pessoa, novembro de 2004. Disponível em <https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1016/1/Cabo_Verde%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 12 de dez. 2009.

DELAMARO, et al.**A dinâmica das políticas públicas do setor de turismo nos municípios do Cone Leste Paulista: reflexões sobre a dimensão político-institucional da sustentabilidade.** Caderno Virtual de Turismo. Vol. 7, N° 1. 2007. <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/195/159>. Acesso em: 21 Mar. 2011.

DIREÇÃO GERAL DO TURISMO. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde.** Praia. 2011.

DINICA, V. ***Sustainable tourism governance: international recommendations and stakeholder perceptions in the Netherlands***. Paper presented at the International Conference "Re-creating Tourism in the 21st Century", University of Lincoln, Hanmer Springs, New Zealand, 2008. Disponível em: <http://www.lincoln.ac.nz/PageFiles/7235/Dinica.pdf>. Acessado em: 3 de junh. 2011

ENDRES, Ana Valéria. **Políticas de Turismo, Desenvolvimento e o Papel do Estado: Cenários e Inquietações.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 5. n. 1 (1) agosto-dezembro. 2008.

ESTÊVÃO, João. **O desenvolvimento de Cabo Verde e o modelo de integração econômica internacional**. INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS. Lisboa, 2004. Disponível em:http://www.ieei.pt/files/Cabo_Verde_e_modelo_integracao_economica_internacional_Joao_Estevao.pdf. Acesso em: 12 de agosto de 2010.

ÉVORA, Ludmila Ailine Pires. **Cabo Verde Independente: "programáticos" e "pragmáticos" na "reforma" do estado.** DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO PROGRMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 2008

FARSARI, Y., R; BUTLER, and P. Prastacos. ***Sustainable tourism policy for Mediterranean destinations: issues and interrelationships***. In *Journal of Tourism Policy*, Vol. 1, No.1 pp. 58 – 78. 2007.

GARCIA; DÍAZ. ***Planificación Turística y Desarrollo Sostenible*"**. Edtora Sptem Universitas, Oviedo. Espanha, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, C. L.; AMARAL, M.T. M. **Metodologia da Pesquisa Aplicada ao Lazer**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.eeffto.ufmg.br/celar/_interface/main/equipe/membros/publica%C3%A7%C3%B5es/Lazer_Metodologia.pdf>. Acesso em: 28 de jun. de 2011.

GUZZO, Renata F. **Efeito Estufa: uma análise turística e ambiental.** Revista do PPGEA/FURG-RS. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol20/art16v20.pdf>. Acesso em: 28 de jun. 2011

HANAI, F. Y.; ESPÍNDOLA, E. L. G**. Envolvimento e Participação de Atores Sociais na Elaboração de um Sistema de Indicadores de Sustentabilidade: uma Experiência no Processo de Desenvolvimento do Turismo Sustentável.** Disponível em: <http://hygeia.fsp.usp.br/siades/documentos/Publicacoes/artigo_8f.pdf>. Acesso em: 26 de jun. 2011.

HALL, C. Michael**. *Policy learning and policy failure in sustainable tourism governance: from first- and second-order to third-order change?*** Disponivel em: < http://canterbury-nz.academia.edu/CMichaelHall/Papers/435549/Policy_learning_and_policy_failure_in_sustainable_tourism_governance_from_first-_and_second-order_to_third-order_change>. Acesso em: 05 de jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. **III Recenseamento Empresarial de Cabo Verde.** Praia, 2009.

_____.**Censo 2010**. Praia, 2011. Disponível em <www.ine.cv>. Acesso em: 2 mar. 2011.

_____. **Análise dos principais resultados - movimentação de hóspedes.** Praia, 2011. Disponível em <www.ine.cv>. Acesso em: 2 mar. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS. **Plano de Acção Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.** Praia, 2010.

IRVING, M. A. SANCHO, A. P.; BURSZTYN, I. MELO, G. M. **Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico.** Caderno Virtual de Turismo, n. 18, dez. 2005.

KO, Tae Gyou. **Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach,** Tourism Management, 26(3), pp.431-445, 2005.

KÖRÖSSY, Nathália. **Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável": uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística.** Caderno Virtual de Turismo. Vol. 8, N° 2. 2008

MAIA, A. I. W.; BORGES, Marta P. **Turismo em Cabo Verde: perspectivas de crescimento com o aeroporto internacional da praia, Ilha de Santiago.** Caderno Virtual de Turismo. Vol. 6, N° 2. 2006.

MARCON, Elza M. G. **O turismo como agente de desenvolvimento social comunidade guarani nas "ruínas jesuíticas de são miguel das missões.** DISSERTAÇÃO DO MESTRADO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM TURISMO. UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. Disponivel em: <http://tede.ucs.br/tde_arquivos/3/TDE-2006-09-25T061603Z-22/Publico/Dissertacao%20Elza%20M%20G%20Marcosn.pdf>. Acesso em: 31 de mar. 2011.

MARINÉ, F. B. **Política Turística.** 50 AÑOS DEL TURISMO ESPAÑHOL: UMA ANÁLISIS HISTÓRICO Y ESTRUTURAL. Editorial Centro de Estudios RAMÓN ARECES, S. A. ESCOLA OFICIAL DE TURISMO. SECRETARIA DE ESTADO DE COMERCIO, TURISMO Y PYME.

MEDEIROS, Nilsa, R. **Seminário: análise documental**. Disponivel em: www.fclar.unesp.br, acessado em 15 de março de 2011.

MENDONÇA, T. C. M.; IRVING, M. A. **Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil - Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE).** Caderno Virtual de Turismo, Vol. 4, N° 4, 2004.

MILANI, Carlos R. S.; DROULERS, Martine, **Desenvolvimento Local e Turismo em Tarrafal (Cabo Verde) - Lições metodológicas a partir de uma experiência local**, UNESCO e Programa *Management of Social Transformations*, Praia, 2002.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estudo da demanda turística internacional 2004-2008.** Brasil, 2010.

MONIZ, Ana I. D. S. A. **A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: o caso dos Açores,** TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EMPRESARIAIS DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES. Ponta Delgada, 2006.

MOLINA, S. **O Pós-Turismo**, tradução Roberto Sperling, São Paulo: Aleph, 2003.

MOURA, A. K. C.; GARCIA, L. G. **Políticas públicas de turismo e sustentabilidade: o pólo turístico cabo branco em análise.** Revista de Cultura e Turismo**.** CULTUR, ano 03 – n. 03 – Junho/2009

MOURA, A. K. C. **O mito do desenvolvimento sustentável da atividade turística: uma análise crítica das teorias da sustentabilidade, das políticas públicas e do discurso oficial do turismo na paraíba.** DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE – PRODEMA – DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. João Pessoa 2008.

NEVES, José Maria. **As relações externas de Cabo Verde: o caso da União Europeia.** INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS. Lisboa, 2002. Disponível em: <http://www.ieei.pt/files/Relacoes_externas_Cabo_Verde_caso_UE_Jose_Maria_Neves.pdf>. Acesso, 28 de jun. 2011.

NOSCASACV. **Localização das ilhas cabo-verdianas**. Disponivel em: http://portuguese.noscasacv.com/page/107.aspx. Acesso em: 22 mar. 2011.

NUNES, Irene. **Turismo, Desenvolvimento e Dependência em Cabo Verde**. DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO CURSO DE MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Lisboa, 2009.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO. Indicadores Turísticos. Praia, 2010.

OLIVEIRA, Sérgio L. P. **Turismo e desenvolvimento sustentável**: o caso da vila do abraão. DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Rio de Janeito, 2006. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4043/Dissertacao-Final.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 jun. 2011.

OLIVEIRA, S. T.; QUEIROZ, O. T. M. M. **Políticas de turismo: uma análise do Programa Estrada Real em São João Del Rei – Minas Gerais.** Revista Hospitalidade. São Paulo, ano V, n. 2, p. 65-83, jul.- dez. 2008.

OLIVEIRA, E.; MANSO, J. R. P. **Turismo sustentável: utopia ou realidade?** I CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO. ESG/IPCA - Barcelos - 1 a 2 Outubro, 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TURISMO.**Turismo e desenvolvimento local sustentável: elementos para um debate.** Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/turismo%20desenvolvimento%20local%20sustent%E1vel.pdf>. Acesso em: 10 de junh. 2011

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. ***Understanding Tourism: Basic Glossary.*** Disponível em: <http://www.unwto.org/pdf/Understanding_TourismBasicGlossary_EN.pdf>. Acesso em: 26 de jun. 2011.

_____. *Tourism 2020 Vision*. Disponível em:http://www.unwto.org/facts/eng/vision.htm. Acesso em: 15 abr. 2011.

_____. *UNWTO World Tourism Barometer.* Committed to Tourism, Travel and the Millennium Development Goals. Volume 9. Nº 1.2011.

_____. **Por um turismo más sostenibile: guía para responsables políticos.** Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente y Organización Mundial del Turismo, 2006.

PNUD. **Objetivos de desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm/index.php>. Acesso em: 26 de jun. 2011.

PRADO, M.V. P.;ANDRADE, J. R. L.; FACCIOLI, G. G. **Turismo Sustentável e Capacidade de Carga dos Atrativos Turísticos no Município de Canindé do São Francisco/Se: uma reflexão dos aspectos metodológicos.** PRODEMA.UFS. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT15/marta_virginia.pdf>. Acesso em: 3 junh. 2011.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais.** Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. 2. ed.Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.

REIS. V. M. V. **Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na República de Cabo Verde após a Independência**. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA

AO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO EM ÁFRICA: ANÁLISE E GESTÃO. INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA. Lisboa. 2000.

RODRIGUES, C. C. K.; RODRIGUES, J. L. K. **A Sazonalidade e a Indústria do Turismo no Vale do Paraíba Paulista.** IX ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO – UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA. Disponivel em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/1033_0679_01.pdf>. Acesso em: 23 de jun. 2011.

SANSOLO, D. G.; CRUZ, R. C., **Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica.** *in* Caderno Virtual de Turismo, ISSN 1677-6976, nº 10. Disponível em <http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/>. Acesso em: 4 de mar. 2011.

SANTOS, S. R. TEIXEIRA, M. G. C. **Análise do Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Maranhão: Potencialidades e Entraves na Gestão De Pólo Turístico.** Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, v. 11, nº 2. p. 218 – 241, maio/ago. 2009.

SILVA NETTO, Joviniano Pereira da; HANAI, Frederico Yuri . **O turismo como alternativa de desenvolvimento sustentável do espaço rural.** IN: X CONGRESO ARGENTINO DE INGENIERÍA RURAL Y II DEL MERCOSUR, 2009, Rosario. Actas - X CADIR 2009. Rosario : UNR Editora, 2009. p. 1917-1921.

SILVA, Sandra S. B. **Capital humano e capital social: construir capacidades para o desenvolvimento dos territórios.** DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Univerisdade de Lisboa. Disponivel em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/379>. Acesso em: 31 de mar. 2011.

SILVA, Y. F. **Sobre riscos e segurança turística: algumas reflexões.** V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR) Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina, 2008. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplPadrao/tplVSeminTur%20/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/semin_tur/trabalhos/gt04/arquivos/gt04-10.pdf>. Acesso em: 23 de fev. 2011.

SILVEIRA, C. E.; MEDAGLIA, J. S. **A influência da ideologia do capitalismo industrial no desenvolvimento do turismo de massa europeu e suas conseqüências na política nacional de turismo brasileira.** IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

SOUSA, Renata Marisa Correia. **Sustentabilidade do Destino Turístico Porto Santo**. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DA UNIVESIDADE DA MADEIRA, Porto Santo. 2006. Disponivel em: <www3.uma.pt/Unidades/DGE/index.../Teses/Renata_Marisa.doc>. Acesso em: 1 de Maio. 2011.

TAVARES, Adilson J. C. **A Importância da Política Externa no Processo do Desenvolvimento o Caso Paradigmático de Cabo Verde.** DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO PROGRMA DE POS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA

POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. Lisboa, 2010.

TEIXEIRA, Fernanda Pires. **Gestão do conhecimento aplicada à gestão Sustentável do turismo em parques nacionais.** TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA E GESTAO DO CONHECIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Florianópolis, 2010.

VASCONCELOS, F. P., CORIOLANO, L. N. M. T.. **Impactos Sócio-Ambientais no Litoral: Um Foco no Turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no Estado do Ceará/Brasil.** Revista da Gestão Costeira Integrada 8(2):259-275. Ceará, 2008

VAZ, Margarida; DINIS, Anabela. **Turismo no Litoral *versus* Turismo no Interior Português. O Destino Turístico Serra da Estrela.** Munich Personal RePEc Archive - MPRA. Disponivel em: <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/4706/1/MPRA_paper_4706.pdf>. Acesso em: 3 de Junh. 2011.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

World Travel and Tourism Council (WTTC), World Tourism Organization (WTO). ***Tourism and the world economy*.** Disponível em: <http://www.unwto.org/facts/eng/barometer.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

World Travel and Tourism Council (WTTC). **Tourism Research.** Disponível em: < http://www.wttc.org/eng/Tourism_Research/Economic_Data_Search_Tool/>. Acesso em 26 de jun. 2011.

YIN, R.K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi – 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos **Residentes**

Questionário[14] de Entrevista Aplicado aos Residentes.

Boa Dia / Boa Tarde / Boa Noite, o meu nome é, Adilson Claudino Pereira Monteiro, sou Estudante de Mestrado em Administração da Universidade Federal da Bahia – Brasil e estou realizando um estudo sobre a Sustentabilidade do Turismo em Cabo Verde com o objetivo de cumprir um dos requisitos do Mestrado. Agradeço desde já toda a colaboração que nos possa prestar e informamos que os dados que nos vai fornecer terão tratamento estatístico e permanecerão Confidenciais.

Identificação do indivíduo entrevistado.

Sexo:
Masculino ☐
Feminino ☐

Nacionalidade_____

Idade |_____|_____| anos

Nível de Escolaridade:
Sem Educação Formal ☐
Básico ☐
Fundamental ☐

Médio ☐
Superior ☐
Pós-graduação ☐

1. Na sua opinião como o senhor avalia os seguintes aspectos do setor do turismo cabo-verdiano?

	Péssimo	Bom	Excelente
Infra-estrutura			
Limpeza Pública			
Segurança Pública			
Serviço Taxi			
Transporte Público			
Telecomunicações			
Sinalização Turística			
Infra-estrutura Turística			
Aeroporto			
Rodovias			
Restaurante			
Alojamento			
Diversão noturna			
Condições atuais das praias			

[14] Questionário elaborado a partir de (MONIZ, 2006; MT, 2010).

2. Na sua opinião, qual o principal problema do setor de turismo cabo-verdiano? *(indique apenas uma opção)*

a) Clima	
b) Água	
c) Energia	
d) Quantidade de produtos turísticos disponíveis	
e) infra-estruturas	
f) Educação da comunidade do destino em relação a atividade turística	
g) Isolamento/afastamento das ilhas	
h) Acessibilidade à Região	
I) Informação disponível	
j) Atividades de animação, entretenimento, vida noturna	
k) Patrimônio histórico e arquitetônico, monumentos, museus	
l) Segurança	
o) Outros	

3. O que senhor acha que poderia ser feito para melhora o turismo cabo-verdiano? *(indique apenas uma opção)*

a) Investir em Diversificação dos produtos turísticos;	
b) Investir emEmpresários locais que atuam no sector	
c) Aumentar a Quantidade de produtos turísticos disponíveis	
d) Reduzir os custos turísticos	
e) Investir numa educação voltada para o turismo na comunidade local	
f) Outros	

4. Nível de Satisfação em relação à Cabo Verde Como Destino Turístico?

Muito insatisfeito ☐

Insatisfeito ☐

Satisfeito ☐

Muito Satisfeito ☐

Superou ☐

5. Do seu ponto de vista como o senhor (a) avalia o desenrolar do setor do turismo cabo-verdiano?

a) Insustentável ☐

b) Pouco Sustentável ☐

c) Sustentável ☐

PÊNDICE B – Questionário aplicado aos **Empresários Locais**

Questionário[15] de Entrevista Aplicado aos Empresários Locais

Boa Dia / Boa Tarde / Boa Noite, o meu nome é, Adilson Claudino Pereira Monteiro, sou Estudante de Mestrado em Administração da Universidade Federal da Bahia – Brasil e estou realizando um estudo sobre a Sustentabilidade do Turismo em Cabo Verde com o objetivo de cumprir um dos requisitos do Mestrado. Agradeço desde já toda a colaboração que nos possa prestar e informamos que os dados que nos vai fornecer terão tratamento estatístico e permanecerão Confidenciais.

Identificação do indivíduo entrevistado.

Sexo:
Masculino ☐
Feminino ☐

Nacionalidade_____

Idade |_____|_____| anos

Nível de Escolaridade:
Sem Educação Formal ☐
Básico ☐
Fundamental ☐

Médio ☐
Superior ☐
Pós-graduação ☐

1. Na sua opinião como o senhor avalia os seguintes aspectos do setor do turismo cabo-verdiano?

	Péssimo	Bom	Excelente
Infra-estrutura			
Limpeza Pública			
Segurança Pública			
Serviço Taxi			
Transporte Público			
Telecomunicações			
Sinalização Turística			
Infra-estrutura Turística			
Aeroporto			
Rodovias			
Restaurante			
Alojamento			
Diversão noturna			

2. Na sua opinião, qual o principal problema do setor de turismo cabo-verdiano? *(indique apenas uma opção)*

b) Clima	
b) Água	
c) Energia	
d) Quantidade de produtos turísticos disponíveis	
e) infra-estruturas	
f) Educação da comunidade do destino em relação a atividade turística	
g) Isolamento/afastamento das ilhas	
h) Acessibilidade à Região	
I) Informação disponível	
j) Atividades de animação, entretenimento, vida noturna	
k) Patrimônio histórico e arquitetônico, monumentos, museus	
l) Segurança	
o) Outros	

[15] Questionário elaborado a partir de (MONIZ, 2006; MT, 2010).

3. As políticas de turismo implementado pelas instancias governamentais tem prejudicado em algum aspecto a prática do turismo no destino?

Discordo Plenamente	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo Plenamente

4. O que senhor acha que poderia ser feito para melhora o turismo cabo-verdiano? *(indique apenas uma opção)*

b) Investir em Diversificação dos produtos turísticos;	
c) Investir emEmpresários locais que atuam no sector	
d) Aumentar a Quantidade de produtos turísticos disponíveis	
e) Reduzir os custos turísticos	
f) Investir numa educação voltada para o turismo na comunidade local	
g) Outros	

5. Nível de Satisfação em relação à Cabo Verde Como Destino Turístico?

Muito insatisfeito ☐
Insatisfeito ☐
Satisfeito ☐
Muito Satisfeito ☐
Superou ☐

6. Do seu ponto de vista como o senhor (a) avalia o desenrolar do setor do turismo cabo-verdiano?

d) Insustentável ☐
e) Pouco Sustentável ☐
f) Sustentável ☐

APÊNDICE C – Questionário aplicado aos **Turistas** – Versão Português

Questionário[16] de Entrevista Aplicado aos Turistas.

Boa Dia / Boa Tarde / Boa Noite, o meu nome é, Adilson Claudino Pereira Monteiro, sou Estudante de Mestrado em Administração da Universidade Federal da Bahia – Brasil e estou realizando um estudo sobre a Sustentabilidade do Turismo em Cabo Verde com o objetivo de cumprir um dos requisitos do Mestrado. Agradeço desde já toda a colaboração que nos possa prestar e informamos que os dados que nos vai fornecer terão tratamento estatístico e permanecerão Confidenciais.

Identificação do indivíduo entrevistado.

Sexo:
Masculino ☐
Feminino ☐

Nacionalidade_____

Idade |_____|_____| anos

Nível de Escolaridade:
Sem Educação Formal ☐
Básico ☐
Fundamental ☐
Médio ☐
Superior ☐
Pós-graduação ☐

1) Na sua opinião como o senhor avalia os seguintes aspectos do setor do turismo cabo-verdiano?

	Péssimo	Bom	Excelente
Infra-estrutura			
Limpeza Pública			
Segurança Pública			
Serviço Taxi			
Transporte Público			
Telecomunicações			
Sinalização Turística			
Infra-estrutura Turística			
Aeroporto			
Rodovias			
Restaurante			
Alojamento			
Diversão noturna			

2. Na sua opinião, qual o principal problema do setor de turismo cabo-verdiano? *(indique apenas uma opção)*

c) Clima	
b) Água	
c) Energia	
d) Quantidade de produtos turísticos disponíveis	
e) infra-estruturas	
f) Educação da comunidade do destino em relação a atividade turística	
g) Isolamento/afastamento das ilhas	
h) Acessibilidade à Região	
I) Informação disponível	
j) Atividades de animação, entretenimento, vida noturna	
k) Patrimônio histórico e arquitetônico, monumentos, museus	
l) Segurança	
o) Outros	

[16] Questionário elaborado a partir de (MONIZ, 2006; MT, 2010).

3. O que senhor acha que poderia ser feito para melhora o turismo cabo-verdiano? *(indique apenas uma opção)*

a) Investir em Diversificação dos produtos turísticos;	
b) Investir emEmpresários locais que atuam no sector	
c) Aumentar a Quantidade de produtos turísticos disponíveis	
d) Reduzir os custos turísticos	
e) Investir numa educação voltada para o turismo na comunidade local	
f) Outros	

4. Nivel de Satisfação em relação à qualidade Dos serviços prestados?

Muito Insatisfeito ☐

Insatisfeito ☐

Satisfeito ☐

Muito Satisfeito ☐

Superou ☐

5. Do seu ponto de vista como o senhor (a) avalia o desenrolar do setor do turismo cabo-verdiano?

g) Insustentável ☐

h) Pouco Sustentável ☐

i) Sustentável ☐

APÊNDICE D – Questionário aplicado aos **Turistas** – Versão Inglês

Interview Questionnaire[17] for Tourists.

Good Morning / Good Afternoon / Good Evening, my name is Adilson Claudino Pereira Monteiro, I am a student of Master in Administration (MBA) at the Federal University of Bahia - Brazil and I am conducting a study on Sustainability of Tourism in Cape Verde in order to obtain one of the requirements of Masters. I would like to thank you all for the support that you can offer and inform you that all the data provided will be statistical and will remain Confidential.

Identification of the person interviewed.

Sex:
Male ☐
Female ☐

Nacionality _____

Age
|____|____| years

Educational Background:

Without Formal education ☐
Elementary ☐
Medium / High School ☐
Superior Education ☐
Post-graduate ☐

1. In your opinion how do you evaluate the following aspects of the tourism sector in Cape Verde?

	Terrible	Good	Excellent
Infrastructure			
Public Cleanging			
Public Safety			
Taxi Service			
Public Transport			
Telecommunications			
Tourism Sign			
Tourist Infrastructure			
Airport			
Highways/Roads			
Restaurant			
Accommodation			

2. Tell me, please, in your opinion, what is the main problem of the tourism sector in Cape Verde? (Select only one).

a) Climate / weather	
b) Water	
c) Energy	
d) Number of tourism products available	
e) Infrastructures	
f) Community education for tourism	
g) Isolation / remoteness of the islands	
h) Region Accessibility	
I) Information available	
j) Entertainment activities and nightlife	
k) Historical and architectural monuments, museums	
l)Security	
o) Other	

[17] Questionário elaborado a partir de (MONIZ, 2006; MT, 2010).

3. What do you think could be done to improve tourism in Cape Verde? (Select only one)

a) Invest in diversification of touristics products;	
b) Investing in local business people operating in the sector	
c) Increase the amount of tourism products available	
d) Reduce travel costs	
e) Investing in an education-oriented tourism in the local community	
f) Other	

4. The level of Satisfaction with the quality of services provided to tourists.

Very dissatisfied ☐

Dissatisfied Dissatisfied ☐

Satisfied Satisfied ☐

Very Satisfied ☐

Exceed ☐

5. From your point of view how do you evaluate the progress of tourism sector in Cape Verde?

j) Unsustainable ☐

k) Little Sustainable ☐

l) Sustainable ☐

APÊNDICE E – Questionário aplicado **Turistas** – Versão Francês

Questionnaire[18] de l'Interview aux Touriste.

Bonjour, Je suis, Adilson Claudino Pereira Monteiro, Etudiant de Maitrise en Administration a l'Université Fédérale de Bahia – Brésil. Dans le cadre d une recherche sur la durabilite du tourisme au Cap Vert pour accomplissement d'un des objectifs du cours. Je vous sollicite quelques informations que je considère très utiles pour achever mon travail. Je remercie d'avance votre compréhension et collaboration en assurant que tous les données et informations reçues aurons un traitement statistiques et resterons confidentielles.

Identification de l'individu interview

Sexes:
Masculine ☐
Feminine ☐

Age
|_____|_____| annees

Nationalité _____

Niveau de Scolarité:

Education Informel ☐
Fondamentale ☐
Moyen ☐
Supérieur ☐
Póst - Graduation ☐

1. D après vous, comment est ce que vous avaliez les aspects suivants dans le Secteur du Tourisme?

	Tres Pauvres	Bien	Excellente
Infra structure			
Sainete Public			
La Sécurité Public			
Le Service des Taxi			
Transport Public			
Télécommunication			
Signalisation Touristique			
Les Infrastructures Touristiques			
Aéroports			
Boulevards, Rues et Avenue			
Restaurants			
Alojamento			
Diversão noturna			
Condicões atuais das praias			

[18] Questionário elaborado a partir de (MONIZ, 2006; MT, 2010).

2. Quel est le principal problème, d'âpres vous, dans le Secteur du Tourisme au Cap Vert? *(indiquez seulement une option))*

a) Climat	
b) L'eau	
c) L'Energie	
d) La quantité des produits touristiques disponibles	
e) Les infrastructures	
f) Éducation de la communauté par rapport aux activités touristiques	
g) La Dispensation ou l isolément des lies	
h) L accessibilité aux Régions	
I) L information Disponibles	
j) ctivités des loisir , entremêlement,	
k) Patrimoines historique et architectonique, Monuments	
L) Sécurité	
m) Autres	

3. Que pensez vous qu'il faudriat faire pour développer le Truisme au Cap Vert? *(indiquez une selu option)*

a) Investissements et Diversifications des produits touristiques;	
b) Investir dans les hommes d'affaires locales quei travaient dans le secteur du tourisme.	
c) Augmenter la Quantité des produits touristiques disponibles	
d) Réduire les couts touristiques	
e) Investir dans un tourisme axes sur l'education dans les communautés locales.	
e) Autres	

4. Niveaux de Satisfaction de la qualités des services rendus aux touristes.

Médiocre ☐

Insatisfait ☐

Satisfait ☐

Satisfait ☐

Depasses ☐

5. A votre avis comment evaluerles progrees touistique au Cap Vert?

a) Insoutenables ☐

b) Peu Soutenables ☐

c) Soutenables ☐

ANEXOS

ANEXO A – Localização geográfica de Cabo Verde

Fonte: Noscasacv (2011).

ANEXO B – Quantidade de água disponível (m3/ano.)

Origem do recurso	Bruto (ou nominal)	Explorado periodo médio (explorado garantido)	Explorável periodo seco (explorado garantido
Subterranea	124.000.000	65.000.000	44.000.000
Superficial	181.000.000	118.000.000	53.100.000
Dessalinizada	10.895.250	10.741,95	10.741,95
Tratada	2.070.000	621.000	621.000
Total	317.965,25	194.362,95	108.462,95

Quadro 14 – Síntese da Produção de Recursos (de origem natural ou não) em m3/ano.
Fonte: PAGIR, 2010.

ANEXO C – Programas do Plano Estratégico para Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde – (PEDT-CV).

PROGRAMAS		
Dimensão "ACESSOS"		
1. Programa "Ligar o Mundo às Ilhas"	Modernização e expansão de aeroportos internacionais *(em fase de conclusão)*; Modernização e expansão de portos para recepção de navios-cruzeiro (*em andamento);* Estímulo à concorrência e à diversificação de ofertas nas ligações internacionais entre Cabo Verde e outros destinos; Exploração de novas rotas aéreas / novos mercados emissores de turistas; Análise da pertinência de revisão do atual regime jurídico do visto,	✓ Melhorar o acesso de turistas ao país, quer por via aérea, quer por via marítima; ✓ Simplificar os processos administrativos de entradas de curta duração em Cabo Verde; ✓ Reduzir o custo do acesso a Cabo Verde.
2. Programa "Ligar as Ilhas entre si"	Modernização das infraestruturas portuárias e aeroportuárias Modernização e expansão de portos para recepção de navios roll-on roll-off (*em andamento);* Estímulo à concorrência e à diversificação de ofertas nas ligações aéreas e marítimas em Cabo Verde, através de políticas fiscais e outras; Promoção da integração dos sistemas de transporte aéreo (internacional e nacional) e marítimo para facilitar o tráfego de turistas entre as ilhas; Estímulo à simplificação dos processos e rapidez no embarque e desembarque nas viagens internas.	Melhorar a integração territorial e entre os sistemas de transporte aéreo e marítimo; ✓ Facilitar o escoamento dos turistas a todas as ilhas do país, reduzindo o tempo gasto com o transporte; ✓ Promover a concorrência e a redução do custo de viagens internas.
3. Programa "Viajar nas Ilhas"	Modernização e expansão da rede viária (*em andamento);* Plano de identificação, sinalização e gestão de percursos turísticos terrestres; Plano de formação profissional para operadores do setor nas ilhas (condutores, taxistas, guias turísticos, animadores turísticos, organizadores de eventos, etc.); Implementação de certificação e controle de veículos/empresas especializadas em transporte turístico; Regulamentação da profissão de guias turísticos e outras profissões de suporte.	? Facilitar a deslocação dentro das ilhas; ? Melhorar a qualidade do serviço prestado no transporte turístico nas ilhas; ? Melhorar o acesso a áreas de interesse turístico nas ilhas.

Dimensão "INFRAESTRUTURA GERAL"		
4. Programa "Mais Saúde Também Para Quem nos Visita"	Integração dos Planos Nacionais de Saúde ao desenvolvimento da atividade turística no país: adequação dos meios de saúde nas regiões de forte concentração do turismo, planos de saúde pública, planos de educação, formação e sensibilização, entre outros; Plano de Prevenção e Gestão de Epidemias; Plano de fiscalização sanitária de equipamentos turísticos; Promoção de entrada de operadores privados no setor da saúde.	• Garantir que o sistema nacional de saúde tenha capacidade de resposta ao crescimento do setor turístico no país.
5. Programa "Mais Segurança Também Para Quem nos Visita"	Integração dos Planos Nacionais de Segurança ao desenvolvimento da atividade turística no país: adequação dos meios de segurança nas regiões de forte concentração do turismo, planos de segurança pública e combate ao crime, criação de delegacias especializadas; prevenção e combate ao tráfico ilícito relacionado com a indústria turística; Plano de reforço de segurança nos portos e aeroportos, zonas balneares e outras de forte concentração turística; Plano de informação sobre segurança preventiva dirigida ao turismo; Plano de fiscalização e controle de venda ambulante.	• Garantir elevados padrões de segurança também para quem nos visita.
6. Programa "Água, Energia e Saneamento para o Desenvolvimento Turístico"	Reforço da capacidade de produção e distribuição de água e energia no país (plano de investimentos da ELECTRA), para adequar a oferta de água e energia à procura esperada, nas regiões de forte potencial de desenvolvimento turístico; Promoção da entrada de produtores independentes no setor de água e energia e reestruturação do setor; Plano de melhoria de eficiência energética em Cabo Verde visando a redução de custos: implementar companhia logística de combustíveis, combater o roubo de energia e água, reduzir as perdas na distribuição de energia e água, adaptar centrais para a utilização de fuel óleo, campanhas de eficiência energética nas unidades hoteleiras e similares, entre outros; Plano de investimento/expansão da rede de esgotos, também nas regiões de forte desenvolvimento turístico; Promoção de utilização de energias renováveis e de reutilização de águas residuais nas unidades turísticas.	• Aumentar a oferta e viabilidade no fornecimento de água e energia; • Melhorar o sistema de saneamento; • Reduzir os custos de água e energia; • Aumentar a % de utilização de energia renovável no setor turístico; • Aumentar a reciclagem de água no setor turístico; • Melhorar a eficiência energética no país.

(continuação)

7. Programa "Melhor Suporte de Comunicações e Produtos Financeiros para o Desenvolvimento Turístico"	Promoção da concorrência no setor de telecomunicações para redução de custos; Promoção da entrada de mais provedores de serviços ligados à internet; Promoção da massificação de meios electrónicos de pagamento, para permitir maior utilização de cartões de crédito nas unidades de suporte ao turismo; Promoção da concorrência no setor bancário para facilitar o acesso ao crédito por parte de operadores turísticos e investidores ligados ao setor; Criação de linhas de crédito especiais e incentivos para promover o investimento nacional no setor turístico.	• Reduzir os custos de comunicação (incluindo os de acesso à internet); • Facilitar a utilização de cartões de crédito por parte dos turistas para pagamentos no país; • Aumentar o investimento nacional no setor turístico.

Dimensão "INFRAESTRUTURA TURÍSTICA"		
8. Programa "Receber Nossos Visitantes com Conforto e Qualidade"	Plano de definição e gestão de capacidade de carga em cada ilha/região, de acordo com as potencialidades e a necessidade de salvaguarda da sustentabilidade ambiental; Revisão e implementação de sistemas uniformizados de classificação de unidades turísticas (hotel, aparthotel, resort, pensão, residencial, pousada, alojamento rural) e de recurso turístico, em linha com as melhores práticas internacionais; Implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento da imobiliária turística em Cabo Verde, como instrumento de desenvolvimento do setor; Promoção do turismo inclusivo e da adaptação das infraestruturas a turistas com necessidades especiais; Implementação de mecanismos de fiscalização, auditoria e controle de qualidade de unidades turísticas e recursos turísticos; Promoção da certificação de qualidade das unidades turísticas (normas ISO) através de política fiscal e medidas legislativas; Plano integrado de formação profissional e capacitação de recursos humanos para o setor turístico; Projeto de Excelência no Turismo, para elevar a qualidade ao longo de toda a cadeia de "produção" da indústria turística.	• Elevar o padrão de qualidade nas unidades turísticas e recursos turísticos, como forma de aumentar a competitividade do país.

(continuação)

9. Programa "Promover o Destino Cabo Verde com Eficiência"	Identificação, sistematização e classificação dos recursos turísticos existentes em Cabo Verde; Elaboração e implementação de um Plano de Comunicação e Marketing: i) diagnóstico da comunicação atual do destino "Cabo Verde"; ii) definição do posicionamento estratégico; iii) identificação dos públicos-alvo; iii) planificação e execução do marketing mix (produto, preço, canais de comunicação, promoção); Reforço da estrutura institucional responsável pela promoção centralizada do destino "Cabo Verde"; Implementação de normas e mecanismos de controle e coordenação da promoção de Cabo Verde como destino turístico pelos operadores do setor, como forma de garantir uma gestão centralizada do posicionamento estratégico.	• Gerir de forma centralizada e mais eficiente a promoção do destino "Cabo Verde" no mercado mundial.
10. Programa "Política Fiscal para um Turismo Sustentável"	Revisão da política fiscal para o setor do turismo: i) classificar investimentos/ empreendimentos de acordo com critérios estratégicos para o desenvolvimento do turismo[38]; ii) diferenciar incentivos, direitos e obrigações, com base na classificação atrás referida; iii) definir mecanismos de fiscalização e seguimento. Plano de melhoria da eficiência tributária (combate à informalidade e evasão fiscal, promoção de micro e pequenas empresas no setor e densificação da base tributária para redução da carga fiscal); Realizar estudo sobre a pertinência da introdução da Taxa de Turismo, em linha com as práticas internacionais, visando a captação de recursos para programas de sustentabilidade do turismo (funcionamento da instituição central de gestão do turismo, programas de habitação social, formação profissional, preservação ambiental, promoção empresarial e promoção e marketing do destino "Cabo Verde").	• Adequar a política fiscal para o setor às necessidades estratégicas de desenvolvimento sustentável do turismo e de maior interiorização e democratização dos benefícios gerados pelo setor.

Dimensão "ESTRUTURA INSTITUCIONAL"		
11. Programa "Melhor Gestão do Turismo Nacional"	Reforço da estrutura central do turismo, com responsabilidades nas áreas de Estudos e Pesquisas, Políticas de Turismo, e *Marketing* e Assuntos Estratégicos; Optimização dos recursos institucionais que intervêm direta ou indiretamente na atividade turística; Definição e implementação de mecanismos formais de articulação entre os diversos *stakeholders* da atividade turística: Conselhos Nacionais, Conselhos Regionais, Conselhos Municipais, Comissões de Coordenação Interministeriais, etc.	• Tornar mais eficiente a gestão do setor turístico a nível nacional e regional.
12. Programa "Melhor Legislação para o Desenvolvimento do Turismo"	Modernização e simplificação da estrutura jurídico-legal relacionada com a gestão do turismo: conjugação na defesa dos interesses estratégicos com a necessária celeridade e simplificação administrativa de processos relacionados com a atividade turística (criação e registo de empresas, registo de propriedade, etc.); Adequação da legislação sobre o turismo, de acordo com os eixos estratégicos de desenvolvimento do setor definidos neste plano, e em linha com as melhores práticas internacionais; Definição e reforço dos mecanismos de fiscalização e acompanhamento.	• Dotar o país de uma estrutura jurídico-legal moderna e coerente com os objetivos de desenvolvimento sustentável do turismo.

Dimensão "SUSTENTABILIDADE"		
13. Programa "Mais Ambiente, para Mais Turismo"	Integração das necessidades de desenvolvimento turístico sustentável nos Planos Nacionais para o Ambiente: avaliar o impacto da atividade turística sobre o meio ambiente; definir objetivos estratégicos de sustentabilidade ambiental da atividade turística, e mecanismos de avaliação; adequar a legislação ambiental para minimizar o impacto do turismo sobre o meio ambiente sem pôr em causa o seu desenvolvimento; Promoção e estímulo à utilização de tecnologias "amigas do ambiente" na construção e exploração de equipamentos turísticos; Promoção e gestão das áreas protegidas como produtos turísticos potenciais; Plano de formação e sensibilização das comunidades para a preservação dos recursos naturais como produto turístico em si; Implementação de mecanismos formais de coordenação entre as entidades gestoras do ambiente (Direção Geral do Ambiente, Câmaras Municipais, ONG´s) e do turismo (Direção Geral do Turismo, operadores privados, ONG´s, etc.).	• Reduzir o impacto do desenvolvimento do turismo sobre o meio ambiente em Cabo Verde; • Promover o meio ambiente enquanto produto turístico em si.
14. Programa "Mais Cultura, para Mais Turismo"	Integração da cultura enquanto recurso turístico, no Plano Estratégico para a Cultura; Plano de identificação/cadastro de produtos culturais de interesse turístico em todas as ilhas, e sistematização para fins de promoção e marketing; Plano de estímulo e promoção de atividades culturais para o mercado turístico externo, através de políticas fiscais e incentivos; Plano de normatização/certificação de produto cultural tipicamente cabo-verdiano.	• Articular a preservação e desenvolvimento da atividade cultural com a promoção do turismo; • Estimular o crescimento da "economia da cultura

(continuação)

15. Programa "Para um Turismo com Rosto Social"	Criação e implementação do Fundo de Sustentabilidade Social do Turismo, alimentado com parte das receitas de Turismo, com o objetivo de minimizar os efeitos do turismo a nível da procura por habitação de baixo custo, formação profissional, preservação do meio ambiente, segurança pública, saúde e saneamento; Plano de estímulo do empreendedorismo para o setor turístico (criação de pequenas e médias empresas para atender às necessidades do turismo, geração de rendimento e autoemprego, incorporação de mais valias nos produtos e serviços para o turismo, etc.), visando uma maior interiorização da cadeia produtiva; Plano de promoção do contato sustentável dos turistas com a população local; Plano de desenvolvimento do turismo no espaço rural, integrado com as comunidades locais, que considere, entre outras, a recuperação das habitações rurais degradadas visando a sua reutilização para o turismo no espaço rural; Plano de recuperação (paisagística, social e ambiental) de áreas de forte impacto da atividade turística e imobiliária; Políticas visando o aumento do rácio de empregos gerados por turista.	• Minimizar os impactos negativos do turismo sobre as populações.

Dimensão "MONITORIZAÇÃO"		
16. Programa "Avaliar para Melhorar"	Implementação/reforço de mecanismos de monitorização e avaliação do desenvolvimento do turismo e do seu impacto nas áreas de fluxos de turistas, qualidade e satisfação do turista, geração de rendimento, contribuição para a economia, criação de emprego, indicadores de sustentabilidade ambiental, etc.; Implementação de um Sistema de Informações Estatísticas do Turismo; Implementação das Contas Satélite do Turismo; Implementação do Observatório do Turismo de Cabo Verde.	• Monitorar de forma mais eficiente a atividade turística e os seus impactos;
17. Programa "Conhecer o Turista para Melhor o Servir"	Implementação de mecanismos de avaliação da percepção do destino "Cabo Verde" no mercado mundial: estudos periódicos de mercado nos países emissores, avaliação de satisfação dos visitantes.	• Aprofundar o conhecimento dos turistas, das suas necessidades e do seu nível de satisfação.

Fonte: MECC (2011)